

A CIDADE DESIGUAL E A SEGREGAÇÃO PLANEJADA: O CASO DOS REASSENTAMENTOS URBANOS COLETIVOS EM ALTAMIRA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DARISMAR SILVA SOARES

Orientador: Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto



Universidade Federal do Pará - UFPA

**Programa de Pós-graduação
em Geografia - PPGeo**

**Área de concentração: Organização
e Gestão do Território**

2022



Departamento de Geografia - UFPA
Instituto de Geografia e Estatística
Populacionais e Urbanas



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A CIDADE DESIGUAL E A SEGREGAÇÃO PLANEJADA: O CASO
DOS REASSENTAMENTOS URBANOS COLETIVOS EM ALTAMIRA**

DARISMAR SILVA SOARES

**Altamira, Pará
2022**

DARISMAR SILVA SOARES

**A CIDADE DESIGUAL E A SEGREGAÇÃO PLANEJADA: O CASO DOS
REASSENTAMENTOS URBANOS COLETIVOS EM ALTAMIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, na área de concentração: Organização e Gestão do Território e na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais da Amazônia como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto.

**Altamira, Pará
2022**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S676c Soares, Darismar Silva.
A cidade desigual e a segregação planejada: O caso dos
reassentamentos urbanos coletivos em Altamira / Darismar Silva
Soares. — 2022.
165 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2022.

1. Segregação socioespacial. 2. Remoções planejadas. 3.
RUC. 4. hidrelétricas de Belo Monte . 5. Altamira. I. Título.

CDD 900

**A CIDADE DESIGUAL E A SEGREGAÇÃO PLANEJADA: O CASO DOS
REASSENTAMENTOS URBANOS COLETIVOS EM ALTAMIRA**

Elaborada por:

DARISMAR SILVA SOARES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, na área de concentração: Organização e Gestão do Território e na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais da Amazônia como requisito à obtenção do título de Mestre.

Apresentado em: 26/08/2022

Banca Avaliadora

Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto
(Orientador)

Prof. Dr. José Antônio Herrera
(Avaliador interno)

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro
(Avaliador Externo)

**Altamira, Pará
2022**

À minha mãe Maria Lucimar Silva (*in memoriam*). Por todos os sonhos que ela não pode realizar.

Aos meus netos Ana Rafaela e João Gabriel, que meu amor pela ciência seja inspiração para suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Aos moradores dos RUC Água Azul, Jatobá e Laranjeiras, obrigada pela confiança e apoio dados a esta pesquisa, pelas conversas nas calçadas nos fins de tarde, pelos passeios pelas ruas dos RUC, pelos sorrisos e lágrimas e por todos os exemplos de superação, força e resistência.

Ao meu orientador, professor Dr. José Queiroz de Miranda Neto, um professor exemplar e um ser humano formidável. Obrigada pela dedicação, paciência e empatia, sua postura como orientador nos inspira a acreditar na educação e nos dar força para continuar a trajetória.

Aos professores e professoras do PPGEIO e aos membros das bancas pelas contribuições teóricas à formulação deste trabalho, em especial ao professor Dr. José Antônio Herrera por ter me incentivado a desenvolver essa pesquisa.

Aos meus colegas da turma 2020 do PPGEIO em Altamira, especial a Kesley Emerick, Simone Silva, Bianca Roberta, pelos aprendizados, debates, trocas, conversas, desabafos e brincadeiras. Infelizmente, o distanciamento causado pela pandemia nos tirou a oportunidade de desfrutarmos de momentos de estudos presenciais, mas não limitou nossa capacidade de buscar o conhecimento.

À minha família pelo apoio, carinho e compreensão nos momentos de ausência. Eu amo vocês!

A todos os educadores e trabalhadores da UFPA - Campus de Altamira, que contribuem para a educação pública e resistem a ser momento tão complicado em nosso país.

Gratidão.

“Direito à moradia na cidade sem o direito à cidade não existe”

(Hermínia Maricato)

RESUMO

Esta pesquisa analisou o processo de remoção das comunidades carentes de Altamira que viviam nas áreas de várzeas dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas, para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) nas áreas periféricas. O estudo se dá a partir da instalação da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira e a reurbanização das áreas centrais, que, entre outros fatores culminou no afastamento de milhares de famílias, mudando toda dinâmica de suas vidas. Nosso objetivo principal é demonstrar que o processo de remoções planejadas dos moradores dos baixões se constitui como segregação socioespacial. Desta forma, apresentaram-se elementos que comprovaram a ideia levantada. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa onde se buscou, através das entrevistas semiestruturadas com moradores, identificar elementos que comprovem a segregação socioespacial. Os resultados deste estudo demonstraram que os moradores estão insatisfeitos com a mudança das suas moradias principalmente pelo fator mobilidade e que o distanciamento das áreas centrais acarretou outros problemas como desemprego, aumento da pobreza, violência, baixa qualidade de educação, agravamento na saúde, isolamento social, perda dos laços afetivos com vizinhos e familiares, perda da identidade com o rio entre outros agravantes de cunho social e psicológico. Assim, esta pesquisa comprova a tese inicial.

Palavras chaves: Segregação socioespacial, Remoções planejadas, RUC, Hidrelétrica de Belo Monte, Altamira.

ABSTRACT

This research analyzed the process of removal of poor communities from Altamira who lived in the floodplain areas of the Altamira, Ambé and Panelas streams, to Collective Urban Settlements (RUC) in outlying areas. The study is based on the installation of the Belo Monte hydroelectric plant in Altamira and the re-urbanization of the central areas, which, among other factors, culminated in the removal of thousands of families, changing the entire dynamic of their lives. Our main objective is to demonstrate that the process of planned removals of the residents of the baixões is constituted as socio-spatial segregation. In this way, we present elements that prove the idea raised. The methodology used was qualitative research where we sought, through semi-structured interviews with residents, to identify elements that prove socio-spatial segregation. The results of this study showed that the residents are dissatisfied with the change of their homes, mainly due to the mobility factor, and that the distance from the central areas caused other problems such as unemployment, increased poverty, violence, low quality of education, health problems, social isolation, loss of affective ties with neighbors and family, loss of identity with the river, among other social and psychological problems. Thus, this research proves the initial thesis.

Key words: Socio-spatial segregation, Planned Removals, RUC, Belo Monte Hydroelectric, Altamira.

LISTA DE SIGLAS

ADA	Área Diretamente Afetada
COSALT	Companhia de Saneamento de Altamira
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEPURB	Laboratório de Estudos Populacionais e Urbanos
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MXVPS	Movimento Xingu Vivo para Sempre
NESA	Norte Energia S.A.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Programa Integrado de Colonização
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
RUC	Reassentamento Urbano Coletivo
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UHE	Usina Hidrelétrica

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Imagem aérea da cidade de Altamira-Pará.....	64
Figura 2: Vila de Altamira em 1896.....	66
Figura 3: Orla do cais de Altamira ano de 1940.....	70
Figura 4: Rua 7 de setembro, conhecida como rua da palha.....	71
Figura 5: Trecho de desmatamento da floresta para a construção da Rodovia Transamazônica.....	74
Figura 6: Baixão do bairro Boa Esperança em período de seca.....	78
Figura 7: Baixão do Tufi em período de cheia do igarapé Altamira.....	79
Figura 8: UHE Belo Monte.....	89
Figura 9: Fotos das oficinas profissionalizantes- realizadas pelo GSAI e MAB.....	121
Figura 10: Seresta da Izabel RUC- Água Azul.....	122
Figura 11: aula teórica do projeto Guardiãs da Amazônia e da Agroecologia.....	123
Figura 12: Aula prática do projeto Guardiãs da Amazônia e da Agroecologia.....	123
Figura 13: Sopão solidário (GSAI) RUC Laranjeiras.....	124
Figura 14: Protesto popular contra a violência em Altamira 2017.....	125
Figura 15: Casas muradas no RUC Água Azul 2022.....	126
Figura 16: Casas Gradeadas no RUC Jatobá.....	127
Figura 17- Posto de saúde do RUC Jatobá.....	131
Figura 18: Placa de reforma do posto de saúde.....	131
Figura 19: Rua de Acesso ao bairro Água Azul.....	132
Figura 20: Ideal RUC Água Azul.....	134
Figura 21: Escola Florêncio Filho RUC Jatobá.....	134
Figura 22: Creche Vovô Bezerra RUC Jatobá.....	136
Figura 23: Protesto dos moradores do RUC Laranjeiras e MAB pela falta de água Agosto/2021.....	142
Figura 24: protesto de moradores do RUC Laranjeiras por falta de água.....	143
Figura 25: Participação do MAB o protesto pela falta de água no RUC Laranjeiras.....	144
Figura 26: Enquanto as mulheres lavam roupa, o menino brinca no igarapé Ambé.....	144
Figura 27: Baixão Açaizal Altamira 2011.....	146
Figura 28: RUC Jatobá.....	146
Figura 29- Avenida principal RUC Jatobá.....	147
Figura 30- aparelhos esportivos dos RUC.....	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Situação trabalhista em porcentagem dos moradores dos RUC Água Azul, Laranjeiras e Jatobá.....	110
Quadro 2: nível educacional dos residentes dos RUC Água Azul, Laranjeiras E Jatobá.....	135
Quadro 3: Frequência de Uso da Internet em %	137
Quadro 4: Meio de Comunicação mais utilizados nos RUC para obter informações em %	138

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Ocupação do Açaizal	73
Mapa 2: Principais ocupações em Altamira entre 1990 e 2010	80
Mapa 3: Os RUC em Altamira-PA.....	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	19
1.1. As reformas urbanas e suas consequências	19
1.3. As diferentes abordagens sobre a segregação.	26
1.4. Os espaços industriais no Brasil e a Favelização	33
1.5 Urbanização e segregação nas cidades Amazônicas.	47
CAPÍTULO 2: PERPECTIVA HISTÓRICA GEOGRÁFICA DA URBANIZAÇÃO DE ALTAMIRA.	56
2.1 Um histórico do processo de urbanização em Altamira.....	56
2.2 Belo Monte e as redefinições urbanas.....	81
2.3 Novas espacialidades da habitação e relações centro-periferia.....	90
CAPÍTULO 3: OS RUC E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	98
3.1 Os Principais elementos da segregação socioespacial	99
3.2 A realidade dos RUC como produto social do espaço.	148
3.3. Os RUC e segregação planejada;	150
3.4. A quem interessa as remoções urbanas?	156
3.5. Responsabilidade com a população atingidos.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	167

INTRODUÇÃO

A segregação socioespacial é parte do processo de produção do espaço urbano e precisa ser entendida de modo amplo, pois diz respeito tanto a um conjunto de ações e políticas urbanas (seja uma política por parte do setor privado, do setor público, ou em conjunto), estabelecendo espaços diferenciados na cidade no que se refere ao acesso à terra, à infraestrutura e aos equipamentos urbanos distribuídos desigualmente (SPOSITO, 1996).

Souza (2003) acrescenta que a segregação é um fenômeno urbano que se iniciou nas grandes metrópoles e vem se destacando nas pequenas e médias cidades, especialmente àquelas que recebem grandes empreendimentos.

Nosso objetivo principal é demonstrar que o processo de remoções planejadas dos moradores dos baixões para os reassentamentos urbanos coletivos se constitui como segregação socioespacial. Acredita-se que as remoções planejadas dessas comunidades se apresentem como segregação socioespacial e pretende-se no decorrer deste estudo apresentar elementos que comprovem a tese levantada.

A partir da instalação da usina de Belo Monte a cidade passa várias mudanças estruturais na sua área urbana, sendo as remoções planejadas dos moradores dos baixões a mais expressiva, sobretudo por representar o fim da história de luta dessa parcela da sociedade pelo direito de viver na cidade, de conviver com classes sociais distintas e de promover o direito de uso de equipamentos públicos, bens e serviços da cidade.

Como base no questionamento proposto, este trabalho busca subsídios dentro dos estudos geográficos, de forma que é possível levantar as seguintes hipóteses.

Considerando a existência dos RUC como integrante das novas espacialidades advindas de Belo Monte, estes foram construídos em virtude da reestruturação da cidade para receber um empreendimento. Porém, ao se avaliar que não se dão aos moradores possibilidades de escolhas do espaço das novas habitações como: o tipo, a qualidade da moradia e dos serviços urbanos, é possível que se constate a existência de uma “segregação planejada”, na qual se considera, igualmente, os transtornos ocasionados nos aspectos sociais e culturais no momento de transição.

Em 2010, a usina de Belo Monte tem sua licença de construção liberada, iniciam-se as obras e conseqüentemente muda toda a dinâmica da cidade, sob uma grande especulação de

crescimento econômico, os moradores veem a cidade sendo invadida por milhares de trabalhadores de várias partes do país, com esse aglomerado de pessoas, os preços das habitações dispararam, aumentando ainda mais os problemas de moradia já existentes na cidade. A hipótese é que a usina de Belo Monte motivou a especulação imobiliária, elevando o valor das terras e moradias e propiciou o aumento da crise de moradias na cidade.

Com a implantação da hidrelétrica de Belo Monte, a cidade de Altamira foi reestruturada devido aos possíveis alagamentos ocasionados pela alteração do nível do Rio Xingu nos períodos de inverno, nos bairros que ficavam próximos aos igarapés Altamira e Pannels. De acordo com Miranda Neto (2016), uma extensa e densamente habitada área urbana de 387 hectares foi modificada pela Norte Energia, existindo a necessidade de remanejar estes moradores para outras áreas da cidade.

Outra hipótese é que o projeto de revitalização da área urbana da cidade utilizou o discurso de segurança e melhoria na qualidade de vida das comunidades que viviam em áreas de várzeas, para conseguir o apoio da sociedade em geral e promover a segregação socioespacial através das remoções planejadas para os RUC.

De acordo com Sposito (2013), as remoções planejadas para receber grandes empreendimentos se enquadram nas novas formas de segregação socioespacial por priorizar os interesses políticos e econômicos das grandes empresas e do Estado, desta forma, reproduzindo desigualdades, exclusão social e discriminação a partir do espaço habitado.

Corrêa (2013) corrobora ao afirmar que é possível distinguir a segregação imposta, envolvendo aqueles que residem onde lhe é imposto, sem alternativa de escolha locacional e de tipo de habitação (CORRÊA, 2013, p. 43).

Com o intuito de compreender como se deu os processos urbanos os quais eventualmente geraram segregação socioespacial, buscou-se através do apoio teórico, a formulação de conceitos necessários para responder questões fundamentais para construção desse trabalho.

Empreendeu-se inicialmente um estudo sobre o processo de urbanização de algumas cidades da Europa a partir das mudanças na produção do trabalho dentro de uma economia capitalista, dando ênfase à crise da moradia e à segregação socioespacial, este processo de leitura dos autores clássicos foi essencial para a formulação da nossa compreensão da produção da cidade dentro de um uma perspectiva capitalista.

Para que esse estudo seja compreendido com mais facilidade, este trabalho apresenta algumas etapas da execução da pesquisa, tais como: os objetivos propostos, o método de análise e os procedimentos metodológicos utilizados. Faz-se necessária, também, uma

caracterização da área em estudo, a fim de se entender com maior clareza os estágios subsequentes, como se propõe a seguir.

Ancorados nos trabalhos de Lefebvre (1999), Engels (2015), Clark (1982), Harvey (2012), observou-se a segregação socioespacial como um reflexo da divisão de classes sociais, refletidas em uma sociedade fragmentada em ricos e pobres a partir do espaço habitado. A partir desse resgate histórico, buscou-se relacionar o modelo de urbanização usado nas cidades da Europa com a urbanização das cidades brasileiras, dando destaque às metrópoles da Amazônia (Manaus e Belém) e algumas cidades médias. Como respaldo teórico desta temática recorreu-se a Santos (1993), Becker (1985), Rodrigues (2013), Trindade Junior (2016), Abelém (1989).

Quanto à caracterização da área de estudo, o lugar empírico escolhido para desenvolver a pesquisa são os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) de Altamira. Sendo nossos lócus de pesquisa os RUC Jatobá, Água Azul e Laranjeira.

Os reassentamentos urbanos coletivos (RUC) fazem parte das novas espacialidades decorrentes da reestruturação da cidade de Altamira após a implantação da hidrelétrica de Belo Monte. Esses espaços foram construídos para abrigar moradores que viviam nas áreas centrais de Altamira e tiveram que sair pelo fato dessas áreas estarem localizadas próximos aos igarapés Altamira e Pannels.

Os deslocamentos destas famílias se caracterizam como remoção planejada. Segundo Maricato (1999), as remoções planejadas são intervenções urbanísticas que muitas vezes são responsáveis por acentuar as desigualdades sociais.

As remoções planejadas seguem as dinâmicas da ideologia capitalista de mercado, em que as relações econômicas sobressaem aos problemas sociais.

A ideia a ser comprovada neste trabalho é de que os RUC, enquanto novas espacialidades criadas em Altamira-PA, após a instalação da hidrelétrica de Belo Monte, caracterizam-se como espaços de segregação socioespacial. Para a comprovação da afirmativa, demonstraremos que existem problemas relacionados ao fornecimento e execução de serviços essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, e desta forma, confirma-se a temática abordada. Os elementos apresentados foram: acessibilidade/mobilidade, desemprego, violência, saúde, educação, abastecimento de água, saneamento e lazer.

A partir do trabalho de campo, possibilitou-se aos moradores o direito de se expressarem, demonstrando sua insatisfação através dos relatos fornecidos nas entrevistas. As entrevistas tiveram como parâmetro comparativo a pesquisa realizada pela Fundação Viver,

Preservar e Produzir (2017), a fim de perceber se houve mudanças positivas ou negativas nos anos posteriores que antecedem esta pesquisa.

Nas últimas décadas, os estudos urbanos têm destacado os inúmeros problemas ambientais e sociais relacionados ao desenvolvimento das cidades relacionados à economia capitalista. As mudanças no modelo de exploração do trabalho, o comportamento e as estratégias das classes sociais no espaço habitado têm sido uma temática importante. Carlos (2001) chama atenção para a justaposição que acontece no processo de produção do espaço urbano em momentos históricos diferentes, sendo elas, a realizações humanas subordinadas a dominação políticas e do capital. Ou seja, o espaço habitado reflete as relações sociais em um espaço-tempo determinado (CARLOS, 2001, p.12).

A segregação socioespacial é apontada pelos teóricos como: expressão das desigualdades sociais relacionadas ao crescimento das cidades, principalmente nas grandes metrópoles e cidades médias. Essas mudanças espaciais estão diretamente ligadas às relações sociais, ou seja, o espaço muda de acordo com as mudanças da sociedade.

Nessa perspectiva, relacionamos as transformações históricas no espaço das cidades às transformações na ordem social, de modo que apresentamos a segregação socioespacial como tema principal deste estudo.

Reiteramos a importância deste trabalho para a compreensão do desenvolvimento geograficamente desigual. Os estudos de Soja (2003) têm uma indiscutível importância no debate no âmbito da Geografia, aprimorando as relações sociais e evidenciando as desigualdades de classes, que diferenciam seus membros de acordo com o lugar onde vivem, tanto na produção como na divisão das riquezas.

Soja (2003) reforça que dialeticamente as relações de produção geral estão simultaneamente ligadas às relações sociais e espaciais, evidenciadas através das relações de classes e observada nos conflitos de classes e de transformação das estruturas sociais, verificada na divisão do espaço organizado em centros e periferias (SOJA,1993, p. 99).

Santos (1993) analisa o modelo espacial “centro-periferia” como criador de pobreza, afastando a população de menor renda para as periferias, devido às dificuldades de acesso às infraestruturas, o autor destaca o aumento do número de pobres. Assim, a expansão da malha urbana afasta ainda mais a população e faz com que este modelo seja um impulsionador da pobreza.

Da mesma forma, Harvey (2004) complementa que os processos que produzem diferenças geográficas no modo de vida, no uso dos recursos naturais, nas relações políticas, econômicas e culturais estão sendo perpetuadas, reproduzidas e reforçadas constantemente

através de ações políticas e econômicas na atualidade. Assim, a segregação socioespacial, dentro da abordagem que pretendemos analisar, está relacionada ao processo de urbanização capitalista e é parte estruturante das cidades. Ou seja, quanto mais capitalista as cidades, maiores as desigualdades sociais.

A segregação socioespacial se apresenta como a expressão da sociedade capitalista, em que a distribuição de renda é desigual, fragmentando a cidade em espaços distintos e evidenciando a exclusão dos pobres através do espaço. Maricato (2015) traz sua contribuição sobre o espaço urbano, transformado em mercadoria. Segundo a autora, a terra urbana está sempre na condição de monopólio, é uma mercadoria especial que tem o atributo de captar ganhos sob a forma de renda. A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central (MARICATO, 2015, p. 23).

Vale ressaltar, que a segregação não se restringe somente à separação de pessoas pelas classes sociais, mas existem elementos intrínsecos nessa questão que precisam ser trazidos à discussão, como: a apropriação da terra como fruto do trabalho, as limitações da classe trabalhadora na ascensão social, a dominação de privilégios e de controle social. Esses fatores são visualizados nas desigualdades do acesso à moradia, na mobilidade e no acesso às oportunidades e uso dos bens da cidade. Carlos (2001) esclarece:

A ação do Estado - por intermédio do poder local - ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação.[...] o espaço produzido assume a característica de fragmentado (em decorrência dos empreendedores imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço), homogêneo (pela dominação imposta pelo Estado ao espaço) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho) (CARLOS, 2001, p.15).

A segregação socioespacial, no decorrer dos processos históricos de urbanização das cidades, tem-se evidenciado em segregação induzida. Ou seja, através da exploração do trabalho há uma distribuição desigual da riqueza e a terra é consubstanciada em mercadoria apropriada pelo setor imobiliário que elabora constantemente estratégias de valorização do solo urbano.

O Estado, ao investir em infraestrutura em áreas nobres se ausenta nas áreas periféricas, forma-se um conjunto de fatores que induzem os pobres a morarem em locais mais afastados sem condições básicas de sobrevivência. Ressalta-se, também, as remoções planejadas como uma ação do Estado em conjunto com as grandes empresas, que potencializam a segregação socioespacial, e que na maioria das vezes são vistas pela sociedade como ação necessária tanto para a realização dos projetos urbanísticos, como

também, para a melhoria das condições habitacionais dos indivíduos.

Todavia, nos processos de remoções planejadas, não são levados em consideração fatores como distância entre os reassentamentos e o centro da cidade, o engajamento econômico estabelecido por trabalhadores autônomos em relação ao centro da cidade, assim como os laços emocionais e culturais estabelecidos nos anos de convivências na localidade com familiares e vizinhos, entre outros.

Posto essas observações, acreditamos na importância de analisarmos o caso dos RUC de Altamira, que se caracterizam como novas espacialidades, criadas por consequência da reestruturação da cidade para receber um empreendimento. Trazemos este estudo como exemplo de segregação socioespacial através das remoções planejadas pelo Estado, para atender as mudanças estruturais da cidade em virtude da implantação da hidrelétrica de Belo Monte.

Quanto à metodologia utilizada para a pesquisa, parto de três fontes principais: inicialmente, buscou-se através da pesquisa bibliográfica a compreensão da temática segregação socioespacial e seus conceitos, assim também, como identificar na história os processos excludentes ligados a novas formas de reprodução do espaço, em especial as novas espacialidades e a relação centro e periferia.

O método utilizado na pesquisa será o dialético. Segundo Gil (1994), o método dialético, empregado em pesquisa qualitativa, considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social; as contradições se transcendem dando origem às novas contradições que requerem soluções.

Neste trabalho, utilizaremos a abordagem dialética, que se alinha à concepção desenvolvida por Karl Marx, a qual pretendemos estruturar nossos estudos. O método dialético de Marx (1867) tem como sujeito o próprio real, a lógica da coisa e não a coisa da lógica, do conceito, razão pela qual ele nem é um método subjetivista, tal como o idealismo especulativo acríptico e abstrato, que pressupõe um pensamento autonomizado enquanto demiurgo do real.

Desse modo, investiga-se o problema a partir da própria realidade, descartando o senso comum, chegando a verdade através da razão. Marx não separa a objetividade da subjetividade, a apreensão da realidade não pode surgir a partir de tematizações e sim das práxis sociais. O autor esclarece:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas

raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel [...] compreendia sob o nome de “sociedade civil” (MARX, 2008, p. 45)

O autor indica que a análise dialética parte da realidade concreta de um sujeito que produz, que transforma, que recria a natureza para garantir a sua sobrevivência e desta forma se autoconstrói. Assim, acreditamos que através do método dialético possamos analisar os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) como exemplo de segregação socioespacial, sendo os RUC representações de novas espacialidades urbanas, construídas em decorrência da reestruturação da cidade de Altamira, após a implantação da hidrelétrica de Belo Monte, como parte do processo de produção do espaço na perspectiva materialista.

Além do método apresentado, faz-se necessário discorrer sobre as técnicas e procedimentos para efetivação da pesquisa. Para compor a parte prática da pesquisa, serão feitas entrevistas semiestruturadas. De acordo Gil (1999, p. 120), a entrevista semiestruturada segue um comando inicial, no entanto, permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, podendo o entrevistador conduzir a entrevista, quando o entrevistado se desvie do tema original.

A entrevista semiestruturada é um método mais espontâneo, em que o entrevistador faz apenas algumas perguntas predeterminadas. O restante do processo é parecido com uma conversa, não planejado com antecedência. Acreditamos que este método possibilitará que os moradores se expressem de forma mais espontânea e natural permitindo uma análise mais real da situação. Estes dados serão analisados posteriormente sob a luz dos autores que estudam o tema.

Acreditamos que o embasamento teórico possibilita a compreensão da temática (segregação socioespacial) e as dinâmicas apresentadas no processo de urbanização das cidades, para isso, fizemos uma revisão bibliográfica com foco na segregação socioespacial, como parte do processo de produção do espaço.

Buscamos a literatura de autores clássicos como Engels (2015), Lefebvre (1999), Santos (1979), Soja (1993), Park (2018), Harvey (2012), entre outros, a fim de compreender o processo histórico das mudanças de produção capitalista do trabalho e conseqüentemente da exclusão por classes. Estes autores introduzem, uma nova forma de pensar o espaço, a partir de uma sociedade que se divide em classes e conseqüentemente transforma o espaço em mercadoria.

Lefebvre (2011) traz algumas contribuições sobre a problemática urbana. Como ponto de partida, o autor relaciona a industrialização ligada ao sistema capitalista, como transformadora da sociedade e indutora das desigualdades sociais. Benevolo (1983) aponta

para a divisão social observada no espaço quando fala sobre o centro e a periferia, sendo esta última, o resultado do rápido crescimento populacional em decorrência da industrialização.

Clark (1982) acrescenta que o solo urbano passou a ser monopólio da burguesia, determinando, portanto, o valor do uso do solo, e a expulsão dos pobres das áreas centrais para as periféricas. Harvey (2012) pondera que a exclusão social faz parte do fenômeno de classe, pois a riqueza da burguesia é sustentada pela exploração do trabalhador e da apropriação e dominação do espaço. Santos (1979) contribui ao afirmar que o processo de urbanização inicialmente era considerado como a cura dos problemas sociais e abolição da pobreza. No entanto, o que se percebe, era o aumento das injustiças sociais reproduzidas relações de autoridade e submissão.

Buscou-se correlacionar as crises urbanas nas cidades brasileiras com os modelos utilizados nas grandes metrópoles mundiais. A Reforma Haussmann em Paris e a Reforma Moses em Nova York foram essenciais para compreender os problemas existentes na atualidade. Os debates travados por Maricato (2015), Rodrigues (1991), Corrêa (1989), Vasconcelos (2013) e Sposito (2005), entre outros, foram de suma importância para desenvolver os conceitos sobre a segregação socioespacial, apresentando algumas particularidades como favelização, autosegregação e a remoção planejada.

Na intenção de aproximar a discussão da segregação socioespacial para a nossa realidade, apresentamos os estudos sobre urbano na Amazônia, na intenção de articular os eventos ocorridos na região com implantação do modelo de produção capitalista em escala nacional e global, assim também como a utilização desse modelo de urbanização nas metrópoles e cidades médias da Amazônia.

Dessa forma, a contribuição dos autores Santos (2008), Becker (2015), Trindade Junior (2015), Rodrigues (1996) e Abelém (2018). Contém também literaturas específicas sobre os processos de crescimento econômico de Altamira desde sua fundação até a construção da hidrelétrica de Belo Monte, sendo mais expressivos: Umbuzeiro (2012) e Miranda Neto (2016).

CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O processo de urbanização das cidades e as novas formas de produção do trabalho, sob a ótica capitalista, trouxe mudanças significativas em todos os aspectos da vida na sociedade contemporânea. Neste trabalho iremos destacar o processo de segregação socioespacial que os pobres vêm sofrendo desde o início da industrialização até os dias atuais.

Entender como as cidades se organizam hoje, desde as grandes metrópoles até as cidades médias da Amazônia, demanda um esforço de analisar a complexidade dos processos excludentes na trajetória de urbanização e reformulação das cidades para receberem os grandes empreendimentos. Segundo Harvey (1990), a urbanização das cidades é uma espécie de capitalismo materializado. O autor pontua a cidade como o espaço onde ocorre as construções, desconstruções e transformações da sociedade seja nos aspectos físicos (das moradias) aos aspectos socioculturais (comportamentos).

Neste capítulo queremos resgatar o processo histórico da industrialização na Europa, que conseqüentemente, mudou a organização das cidades e trouxe como principal consequência a exploração dos pobres e a exclusão social nitidamente expressada pelo espaço habitado.

1.1. As reformas urbanas e suas consequências

De acordo com Harvey (2014), as cidades surgiram a partir de um excedente de produção concentrado social e geograficamente, desta forma a urbanização da cidade sempre foi uma questão voltada para as desigualdades de classes, haja vista que esse excedente é tirado das pessoas e de um algum lugar, da mesma forma que o lucro, costumam permanecer nas mãos de uma pessoa ou com um grupo específico, movimento este característico do sistema capitalista de produção.

De acordo com Marx (1867), o capitalismo fundamenta-se na produção da mais-valia (lucro), por outro lado a urbanização das cidades produzem excedente de produção exigidos pelos capitalistas na produção do lucro, e por outro, essa mais-valia é retirada do trabalhador que é explorado e sobrevive com a mínimas condições financeiras. Assim, o processo de urbanização das cidades está intimamente ligado ao capitalismo. Desta forma, Harvey (2014) complementa que a urbanização das cidades, dentro de um modelo capitalista, tem se

fundamentado na necessidade de absorver o mercado e de controlar a expansão do capital. Entretanto, a reformulação das cidades, para agregar esse novo estilo de vida, pautada na modernidade e no consumismo tem gerado crises sem precedentes, sobretudo dentro de um contexto sociocultural, que modifica o estilo de vida da população mais pobre, voltada para questão da moradia.

Em uma primeira análise, trazemos como exemplo a crise urbana de 1848 que atingiu toda Europa, mais particularmente: Paris, que teve como efeito uma revolução liderada por trabalhadores desempregados e por burgueses socialistas, culminando em um golpe de Estado e com tomada de Luís Bonaparte ao poder.

Como principal ação, o governo Bonaparte anunciou uma grande reforma urbana que visava além da reestruturação da cidade de Paris, a construção de estradas por toda Europa e financiamento de obras em outras cidades. A Reforma Haussmann, tinha como objetivos, a reconfiguração da infraestrutura urbana de Paris, resolver a questão dos excedentes de capital e de desemprego através da urbanização. Todavia, a urbanização de Paris não mudou apenas a infraestrutura da cidade, mudou essencialmente, as relações sociais, evidenciou a exclusão de classes através dos novos espaços habitados, intensificou as desigualdades, particularmente de desfrutar do desenvolvimento cultural e social e se fortalecia o abismo entre os ricos e pobres. Lefebvre (2002) esclarece esse fenômeno como polaridades dentro de um processo produção o qual a urbanização não absorveu o desenvolvimento da vida social, sobretudo para os trabalhadores.

Segundo Harvey (2014), Haussmann concebia a cidade em maior escala, agregou o subúrbio e reformulou bairros inteiros (como *Les Halles*), ao invés de apenas tecidos urbanos. Ele mudou a cidade de uma vez só e não aos poucos (HARVEY, 2014, p.35).

Cardoso (2004) acrescenta que centenas de edifícios foram demolidos, bairros inteiros foram destruídos, para receber a reforma de Paris, desta forma, para resolver o déficit habitacional, conjuntos residenciais com casas populares foram criados para a moradia dos trabalhadores pobres. No entanto, a segregação socioespacial era nitidamente notada, através da cidade burguesa, com bairros para pobres e bairros para os ricos. Assim, compreendemos que o projeto de urbanização que transformou Paris na “Cidade Luz”, conhecida por ser um centro de consumo turístico e lazer, evoluiu de forma desigual, sobretudo nos aspectos socioespaciais. Engels (2015) comenta sobre o processo de exclusão dos pobres na urbanização das cidades, e tece críticas ao sistema político e econômico, e diz que a escassez de moradias é um produto necessário da forma burguesa da sociedade, da qual a massa trabalhadora depende exclusivamente de salários, e, portanto, da soma de

mantimentos necessárias para garantir sua existência e reprodução (ENGELS, 2015, p. 71).

Assim, a exclusão socioespacial dos pobres, dentro do modelo de urbanização das cidades da Europa, segue a ordem capitalista de manter a exploração de classes. Engels (2015) acrescenta que o problema da escassez de moradia, não é por acaso, é uma instituição necessária, e que só pode ser resolvida a partir da mudança da ordem social da qual se origina todas as demandas de exclusão social.

Outro exemplo que queremos destacar foi a crise urbana nos Estados Unidos que culminou na década de 1960 com os movimentos antissegregacionistas liderados por afroamericanos, mas que tiveram início com as reformas modernistas, que tinha como principal objetivo estabilizar o capitalismo e impulsionar a economia mundial pós-guerra.

Segundo Harvey (2013), Moses investiu na construção de conjuntos habitacionais de casas pré-fabricadas de baixo custo, localizadas nos subúrbios das cidades (suburbanização).

Esse projeto de revitalização dos subúrbios trouxe como consequências o esvaziamento dos centros urbanos e isolamento das comunidades afroamericanas que viviam em guetos próximos. Essa ação gerou um descontentamento por parte desse tecido social, que se sentiram excluídos do processo de desenvolvimento e acessibilidade à prosperidade que a urbanização das cidades propunha.

Assim como em Paris, as reformas urbanas no Estados Unidos se destacam pelo movimento repetitivo de segregação socioespacial, ainda que em diferentes experiências urbanas.

No Brasil, a urbanização aconteceu de forma tardia em comparação com outros países. O processo acentuou-se nas primeiras décadas do século XX, principalmente com o esvaziamento rural e a busca de melhores condições de vida nas cidades polos da industrialização. Desta forma, são realizadas diversas reformas, baseadas no urbanismo moderno, que seguia a mesma linha dos países da Europa, tendo como inspiração a cidade de Paris. Assim, observa-se, a mesma dinâmica de exploração da classe trabalhadora, a aglomeração de pessoas, o aumento da pobreza, a falta de moradia e conseqüentemente a segregação socioespacial.

Comparando o processo de urbanização das cidades no Brasil com as cidades da Europa, observa-se um movimento repetitivo de ações, que em primeiro momento fazia-se obras de saneamento com o objetivo de higienizar a cidade, eliminava-se algumas epidemias de doenças, embelezava-se os centros urbanos para criar um ar de sofisticação e atrair o consumo, e como de costume, criavam-se sistemas de afastamento dos pobres para áreas longe dos centros urbanos como: periferias, morros, áreas alagadas e extremos da

cidade.

As cidades de São Paulo, Santos, Curitiba, Recife, Manaus e Belém, também foram submetidas ao processo de urbanização do modelo Europeu, tendo como ponto comum o excedente populacional (êxodo rural) que ascendeu em exclusão socioespacial, marcante dentro de um contexto de urbanização pautados no desenvolvimento capitalista. De acordo com Santos (1993), o maior salto populacional urbano deu-se entre os anos 1940 e 1980, houve uma troca de moradias da população, em que a taxa de urbanização em 1940 era de 26,35% e em 1980 alcançou 68,86% (SANTOS, 1993, p. 23).

Ainda falando sobre a influência do estilo de urbanização europeia adotado no Brasil, destaca-se a cidade do Rio de Janeiro, no governo de Pereira Passos, quando foram utilizados os mesmos critérios da reforma de Paris, demolindo as casas de populares para dar acesso as grandes avenidas, revitalizando para ser entregue a burguesia, e deixando como alternativa os morros, mangues e periferias para serem habitadas pelos pobres.

Como observamos, a urbanização das cidades é um processo acima de tudo social, pois, não se trata apenas dos aspectos físicos de reformulação dos espaços, mas, principalmente das mudanças de comportamento da sociedade, de ter ou de ser negado acesso aos bens de desenvolvimento pessoal e coletivos. Historicamente, o processo de crescimento urbano não se deu em conjunto com o desenvolvimento, como se era esperado, principalmente pelos mais pobres, que acreditavam na ideologia capitalista de ascensão social através do trabalho. Todavia, ao contrário do que se pensava, a crise da moradia e a exclusão socioespacial se deu devido ao crescimento desordenado e a ausência do Estado em resolver o problema do excedente populacional. Entretanto, a fragmentação da sociedade em classes e posteriormente em espaços distintos, ocasionalmente faz parte de um planejamento em que a exclusão do pobre é perspicaz para a manutenção do poder. Ou seja, a crise urbana é pensada, é uma necessidade de manutenção do capitalismo. Assim, a segregação do pobre, dentro das dinâmicas de urbanização se mostra como necessária para reafirmar o poder, expressado através do espaço habitado. Santos (1978) esclarece:

Ora, diante da realidade, que está sob nossos olhos, não se pode pensar em crescimento que não seja acompanhado por transformações estruturais frequentemente profundas, mas esse crescimento, considerado como uma condição prévia, termina por se tornar um obstáculo ao desenvolvimento "humano", devido aos bloqueios de estruturas que ele provoca por toda parte" (SANTOS, 1978, p. 30).

É relevante ressaltar que as condições de segregação socioespacial para população mais pobre têm vestígio ainda no escravismo brasileiro, que influenciaram o processo de

urbanização, em especial, pelo predominante pensamento ideologicamente colonialista, que não possibilitou à classe trabalhadora ter uma compreensão dos direitos à terra e à propriedade, admitindo que a posse da terra permanecesse com a elite.

Antes da industrialização, o valor da terra era conferido pela quantidade de escravos que se tinha nas propriedades, com o crescimento das lutas pelas libertações dos escravos, começa também a luta pela privatização da terra, ou seja, a libertação dos escravos significou a escravização da terra, pois, a elite do século XIX era agroexportadora e precisava ter o controle da produção. Com a abolição da escravatura esse controle que era feito pelo domínio da mão de obra, passou a ser feito pelo domínio da terra. Segundo Maricato (2013):

As resistências que, durante décadas, buscaram contrariar a abolição do trabalho escravo marcaram o surgimento do trabalho livre. A cidade é, em grande parte, reprodução da força de trabalho. Desde sempre, essa reprodução, entre nós, não se deu totalmente pelas vias formais e sim pelos expedientes de subsistência (MARICATO, 2013, p.45).

Ainda falando sobre a crise da moradia dentro da urbanização das cidades brasileiras, Abramo (1996) contribui seguindo as três lógicas da ação social, sobre as quais, o Estado através do aparelho institucional e da sociedade civil, decide a ocupação da cidade de acordo com o público-alvo, respaldado de que, dessa forma, irá garantir o bem-estar social para todos. Ou seja, o Estado decide a localização e a forma como cada público terá acesso ao solo urbano.

Assim, no Brasil, tornou-se inviável para os trabalhadores aquisição de uma propriedade, ou até mesmo, um aluguel de uma casa no centro ou em bairros próximos, pois, seguindo a lógica capitalista, quanto mais mão de obra, menores são os salários pagos, tendo ainda como obstáculo a especulação imobiliária adjacente ao grande fluxo de pessoas na cidade. Abramo (1996) pontua sobre a lógica da necessidade, motivada pela pobreza, que impossibilita suprir as necessidades básicas através de recursos monetários. Assim, a falta de apoio institucional, ligada a carência pecuniária, faz com que os trabalhadores tenham como alternativa a ocupação ilegal de áreas próximas às cidades, (geralmente estes espaços são áreas de risco, de preservação ambiental, beiras de rios, córregos, áreas inundáveis), para a autoconstrução de suas moradias, sem observância da legislação burocrática e detalhista criadas para controlar o solo e a produção da cidade.

Segundo Maricato (2015), por todos esses anos, os trabalhadores vêm sendo penalizados na questão da moradia, sem pelo menos a sociedade compreender que a crise da habitação no Brasil é gerada principalmente pela falta de políticas públicas sensíveis ao déficit

habitacional que gera segregação espacial e a exclusão de um todo social, econômico, ambiental, jurídica e cultural. Sobre esse cenário de desigualdade social refletido nas moradias, Rodrigues (1991) acrescenta:

Desde mansões até os cortiços e favelas a diversidade é muito grande. Está diversidade deve-se à capacidade diferente de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno quanto pelos equipamentos e serviços coletivos. Somente os que desfrutam de determinada renda ou salário podem morar em áreas bem servidas de equipamentos coletivos, em casas com certo grau de conforto. Os que não podem pagar vivem em arredos de cidades, nas extensas e sujas “periferias” ou em áreas centrais ditas “deterioradas”. Nesses arredos de cidades há inclusive aqueles que “não moram”, vivem embaixo de pontes, viadutos, em praças, em albergues, não tem um teto fixo ou fixado no solo. Nestes arredos de cidade, mergulha-se num turbilhão de miséria, de sujeira, o que torna cada vez mais difícil ter força para resistir a estas cidades e aos efeitos da miséria (RODRIGUES, 1991, p. 12).

De acordo com Maricato (2000), é na cidade (no campo, com articulações nas cidades) que se construíram as forças socioculturais, econômicas e políticas que formaram o Brasil. A cidade é um espaço muito importante de luta da classe trabalhadora, apresentada inicialmente com as mudanças nas formas de produção do trabalho (industrialização), buscando por melhorias nas condições de trabalho e por entenderem que é necessário que uma parte dos lucros do objeto produzido, tenha que voltar como renda para os trabalhadores. Entretanto, as lutas por melhorias salariais, entre outras demandas de direitos trabalhistas, não foram suficientes para suprir os problemas de habitação. De acordo com Botelho (2007), a casa, além de um bem, reflete uma necessidade básica do ser humano, que é ter um abrigo para sua reprodução diária e familiar (2007, p. 89).

De fato, a moradia é o produto mais caro e necessário para reprodução da força de trabalho, pois assim como a alimentação, o trabalhador precisa de um lugar para viver, onde ele possa ter o mínimo de condições de descanso e segurança. Todavia, a moradia tornou-se um negócio lucrativo, impossibilitando a camada mais pobre de usufruir desse bem. Como esclarece Rodrigues (2001), de alguma maneira é preciso morar: no campo, na pequena cidade, na metrópole, tanto morar como vestir, como alimentar-se, é uma das necessidades básicas dos indivíduos.

Historicamente, as características da habitação mudam, no entanto, é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço. Medeiros (2007, p. 13) aponta que a habitação é um bem que essencialmente no modelo de produção capitalista toma forma de mercadoria.

O processo de urbanização das cidades tem se apresentado como obstáculos para a aquisição de moradias da classe trabalhadora, que, de todas as formas se vê prejudicada, pois

os baixos salários não correspondem à compra de imóveis e na maioria das vezes nem de alugueis. Isso leva os trabalhadores a habitarem em áreas periféricas como solução para economizar em aluguel e assim suprir as demais necessidades. No entanto, o que o trabalhador economiza na moradia ele gasta em transporte e recuperação da saúde, devido às doenças adquiridas pelo estresse do trajeto, a diminuição de horas de sono entre outros fatores. Desta forma, faz-se necessário refletir sobre as políticas públicas fundamentais para melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

Quando falamos em segregação socioespacial, estamos refletindo, além da exclusão pelo espaço habitado, melhor dizendo, a localização da moradia implica no direito de vivenciar as oportunidades da cidade, seja de saúde, educação, trabalho ou lazer. As localizações também influenciam nas expectativas de vida do trabalhador, seja pela violência, pelas condições da escolarização e posteriormente os empregos (escolaridade e renda). Assim, a cidade é um território de oportunidades e, ao mesmo tempo, de segregação relativamente oculta, no preço da terra e dos imóveis.

O padrão de urbanização mudou muito no final da década de 1980 com o processo de desindustrialização ocorrido com a globalização e com a retorno das atividades de exportação de produtos agrícolas e pecuários no Brasil. De acordo com Maricato (2015), o Brasil é a grande fazenda do mundo, as grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, desaceleraram no crescimento e as cidades do Centro-Oeste e Norte ganham destaque, dentre elas Brasília e Goiânia, outro destaque foi o crescimento das periferias em algumas metrópoles neste período como Belém, Curitiba, Salvador e São Paulo. De acordo com Maricato (2013), Belém é o município central, que apresenta crescimento negativo em contraposição ao gigantesco crescimento dos municípios periféricos (MARICATO, 2013, p.26)

De acordo com Corrêa (1989), a urbanização capitalista fragmenta a cidade em ricos e pobres, manifesta as lutas de classes e é um reflexo da ação, concreta e subjetiva, de agentes sociais que produzem a partir da reprodução das relações de produção, a exploração do trabalho, a acumulação de capital, a exclusão dos pobres e, por conseguinte, a espoliação do trabalho e os problemas de moradia, presentes dentro de um cenário de urbanização das cidades. Seja na Europa do século XIX, ou nas cidades do Brasil na atualidade, segregação socioespacial está presente. Assim, é fundamental a compreensão deste fenômeno e seus diferentes enfoques.

1.3. As diferentes abordagens sobre a segregação.

A complexa situação das cidades, face a separação das pessoas, pelo fator econômico, étnico e social, remete-nos ao entendimento do fenômeno da segregação socioespacial. A partir dos debates conceituais e exemplos de como se constituiu esse processo em outros países. Vasconcelos (2013) acrescenta que as desigualdades espaciais, embora tenham o mesmo objetivo (afastar os pobres da cidade), constituem-se de formas diferentes de acordo com o lugar e o tempo em que essa urbanização aconteça. O autor traz uma reflexão sobre os conceitos de “segregação”, “gueto” e “periferização” e os diversos sentidos, sobretudo nas cidades norte-americanas, em contraste com as cidades brasileiras.

Castell (1983) comenta que a distribuição dos locais de residência obedece as leis gerais da distribuição dos produtos, desta forma o autor mostra que a segregação está ligada à uma gama de elementos como renda, etnia e status profissional e, portanto, existe classificação de pessoas baseada nas condições sociais e econômicas “a segregação urbana seria, em uma primeira aproximação, a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só nos termos de diferença, mas também de hierarquia” (CASTELL, 1983, p. 210).

Harvey (1999), ao discutir o significado da segregação socioespacial, argumenta que a diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista. Para o autor, segregação significa diferenciação residencial segundo grupos, significa diferencial de renda real - proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade aos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura etc.

A desigualdade, a segregação, os guetos, as áreas “ricas” e as “pobres” são produtos da urbanização capitalista. Têm sido incrementadas pelo interesse do capital em aplicar seus excedentes na produção das cidades, força produtiva, que se torna, cada vez mais, o chão da fábrica, com o objetivo de ampliar a acumulação do capital (HARVEY, 1999, p. 133-134).

De acordo com Lefebvre (1983), a segregação é resultado de uma estratégia de extrema diferenciação social que conduz à formação de espaços homogêneos, impedindo a comunicação entre as diferenças:

A diferença está ligada à ideia de relações percebidas ou concebidas, enquanto a separação e a segregação estão ligadas à ideia de rompimento da relação. Estas últimas constituem-se em uma “ordem totalitária, cujo objetivo estratégico é romper a totalidade concreta, destroçar o urbano (LEFEBVRE, 1983, p. 139).

Lefebvre (1996) reforça que a segregação propicia o inverso, conduzindo a um espaço homogêneo e fragmentado que impossibilita a comunicação e o encontro.

Castell (1999) argumenta que a segregação do espaço sofre influência das estruturas capitalistas ligadas à política, à economia e à ideologia.

Nos aspectos econômicos, a segregação segue a dinâmica do mercado capitalista, onde quem tem maior poder aquisitivo ocupa as áreas centrais, onde elas podem usufruir de todos os bens e serviços da cidade, enquanto os mais pobres ocupam as áreas periféricas distantes dos centros, onde o valor das casas é mais baixo, quanto mais pobre forem mais distantes vivem e pior são suas habitações.

Levando em conta a segregação pela política, observamos que em geral, tem-se poucas iniciativas efetivas de políticas públicas favoráveis para a questão da habitação, sendo os financiamentos de casas em conjunto habitacionais uma delas.

Sobre segregação ideológica, destaca-se a interferência do simbolismo de superioridade reproduzidos pela cor da pele e etnias, desta forma, o fator econômico e políticos sofrem interferências da autonomia ideológica que interfere na localização das moradias das pessoas. Trazemos como exemplo de segregação ideológica, os Estados Unidos da América, onde mesmo depois de mais de um século de libertação dos escravos, os estados do sul do país pressionaram o governo a criarem leis segregacionistas, isso se deu porque ideologicamente os brancos se sentiam superiores e não aceitavam dividir os mesmos espaços, chegando a criar um lema (direitos iguais, mas separados) firmando a ideologia de segregação. Vasconcelos (2013), quando explica sobre diferenciação espacial e desigualdade espacial, traz como exemplo o “guetos” norte-americanos, bairros onde moravam em sua maioria negros segregados. Neste caso, as formas sociais são diferentes nas estruturas espaciais. Os “guetos” negros norte-americanos por outro lado são invisíveis (VASCONCELOS, 2013, p. 18).

No Brasil, há uma série de divergências sobre o conceito de segregação pelo fato dessa exclusão ser efetivada pelas questões econômicas e sociais, muito embora isso não exclua os negros dessa dinâmica, o que fica evidente ao ser comparado ao processo de segregação entre as cidades do Brasil e as cidades norte-americanas, é que, enquanto nos Estados Unidos, os segregados era uma raça homogênea, a exclusão se dava não só pela moradia, mas também nos espaços públicos das cidades.

No Brasil, a segregação não é legitimada (houve leis de segregação em alguns estados dos Estados Unidos), mas ela acontece de forma involuntária, ou seja, devido suas condições econômicas, as pessoas acabavam indo morar em periferias afastadas do centro ou até mesmo

em áreas centrais próximas do trabalho, em cortiços ou invasões. Alves (2018) acrescenta:

Pois a camadas da sociedade com o menor poder aquisitivo são e nosso país, criminalizados, e os espaços por ela ocupado, ainda que de maneira provisória e para o consumo/trabalho/moradia, são rotulados de “degredados” como se a cidade fosse um organismo com partes que padecessem exatamente por serem identificados como populares (ALVES, 2018, p. 113).

Os primeiros estudos a usarem o termo “segregação” foi a Escola de Ecologia Humana de Chicago nos Estados Unidos, tratava-se de um estudo baseado no Darwinismo Social para analisar as transformações urbanas e o processo de imigração e formação de “guetos”. Estes estudos eram baseados na ideia da cidade como um organismo vivo na qual os indivíduos deveriam adaptar-se, uma espécie de seleção natural da cidade, onde aqueles que melhor se adaptassem conseguiriam as melhores áreas.

A Escola de Chicago utilizava o termo segregação voluntária e segregação involuntária, ou seja, segundo os estudiosos dessa escola, existiam pessoas que se segregavam por vontade própria e involuntária, quando o indivíduo era segregado por forças externas, como relata Villaça (2001):

A segregação nas periferias das cidades brasileiras seria involuntária. E ainda, que não existiriam dois processos, mas apenas um, ou seja, quando há um vitorioso, existe um derrotado. A segregação de um se reflete na segregação do outro, dialeticamente no mesmo processo e ao mesmo tempo (VILLAÇA, 2001, p. 360).

O processo de segregação no Brasil se deu principalmente pela via econômica e social, o que não significa que a segregação ideológica, que prega a superioridade dos brancos em relação aos negros, também estivesse presente. O que queremos destacar, é que a condição de morar em favelas é uma condição firmada pelo econômico e que pode se modificar de acordo com as mudanças no padrão econômico de cada indivíduo e não necessariamente pela cor da sua pele. Desta forma, o fato de existir uma maior concentração de negros morando em favelas é uma consequência do processo de urbanização de uma sociedade, anteriormente colonialista, de sistema econômico escravista e não simplesmente por ideologia de raça. Já nos Estados Unidos, mesmo quando um negro conseguia de alguma forma sair do “gueto”, ele não tinha o direito de morar nos mesmos bairros dos brancos e continuavam segregados em outros locais da cidade.

Wacquant (2005) comenta que a burguesia negra e a classe trabalhadora que conseguiu escapar dos guetos “se vê novamente contida, a contragosto, em bairros, periféricos, inteiramente negros” ou em bairros segregados contíguos ao cinturão negro

(WACQUANTE, 2005, p. 22). Vasconcelos (2018) pondera sobre a situação dos bairros negros, com o processo de segregação após o fim das normas impeditivas.

A eliminação de barreiras para a livre mobilidade dos residentes de um “gueto”. Tanto as políticas afirmativas, quanto as eliminações de barreiras, permitiam a saída da classe média e altas dos antigos bairros negros. Os “hiperguetos” forma formadas nas áreas abandonadas... a situação teria piora a medida de quem ficava naquela área os que não tinham condições de sair (VASCONCELOS, 2018, p. 26).

As formas como a segregação espacial se estabelecem nas cidades variam historicamente. Todavia, o fator econômico é um ponto comum de exclusão entre todos os processos de urbanização das cidades. Como observamos no caso dos Estados Unidos, a situação econômica dos negros norte-americanos segregados não foi o fator principal para a exclusão, o fator ideológico se destacava, deixando a questão econômica como uma consequência da segregação ideológica, que impossibilitava os negros de desfrutarem das mesmas oportunidades oferecidas na cidade, como escolas, empregos e melhores trabalhos.

Nos Estados Unidos, mesmo após a Guerra Civil de 1865, com a vitória dos Estados do Norte e com a imediata abolição da escravatura, os Estados do Sul ainda cultivaram a ideologia de superioridade sobre os negros e iniciaram as primeiras tentativas de implementar nestes estados as leis segregacionistas, pois para os brancos era inadmissível que negros, recém-libertos, tivessem os mesmos direitos, sobretudo de frequentar os meus espaços que os brancos. Souza (2013) corrobora:

Em toda sociedade heterônoma haverá, em algum grau e de algum modo, segregação residencial, como uma expressão espacial da desigualdade e da assimetria sociais (entre classes e, eventualmente, também fortemente entre “raças” ou etnias) (SOUZA, 2013, p. 130).

No Brasil, o processo de libertação dos escravos também não foi aceito ideologicamente pela sociedade, embora aqui, a questão racial não tenha a mesma expressão, nunca deixou de existir preconceito, exclusão e falta de oportunidades, tanto no campo do trabalho como da educação e de moradia. Desta forma, os negros brasileiros começaram a ocupar os morros próximos aos bairros nobres das principais capitais da época, mas não necessariamente pela questão racial e também pelas questões econômicas.

A segregação socioespacial sempre esteve ligada à natureza do trabalho e às condições econômicas, em algumas situações, o fator da cor da pele (etnia) se destacava, no entanto, o trabalhador sempre foi excluído da cidade. Destacamos, a forma como os negros eram selecionados para ocuparem os espaços das cidades nos Estados do Sul dos Estados dos Unidos. Wirth (1967) traz uma compreensão quanto a seleção dos negros para a ocupação dos

espaços urbanos das cidades.

O local e a natureza do trabalho, a renda, as características raciais, étnicas, o status social, os costumes, hábitos, gostos, preferências e preconceitos estão entre os fatores significantes de acordo com os quais a população urbana é selecionada e distribuída em locais mais ou menos distintos. Elementos populacionais diversos, habitando localidade compacta, tendem, portanto, a se separar uns dos outros na medida em que suas necessidades e modos de vida são incompatíveis uns com os outros e na medida em que sejam antagônicos. Do mesmo modo, pessoas de status e necessidades homogêneos, consciente ou inconscientemente, se dirigem ou são forçadas para a mesma área (WIRTH, 1967, p. 102).

Park (2018) estudava o comportamento social a partir da localidade onde as pessoas estavam inseridas. Ele define segregação como a repartição das populações nas grandes cidades. O autor fala que existe um processo para a segregação, que o mesmo acontece em alguns momentos, inicialmente, a segregação se deu pela nacionalidade (língua) e pela cultura (religião), esses estudos foram fundamentais no início do século XX, quando este mesmo estudo fez uma pesquisa empírica nos bairros de imigrantes, “guetos” da cidades de Chicago e Nova Iorque. Sobre isso, Vasconcelos (2013) complementa:

A segregação é um processo de formação e manutenção do gueto... o gueto negro é uma área involuntariamente concentrada espacialmente e usada pela sociedade dominante para separar e eliminar um grupo particular da população, extremamente definida como racial ou étnica (VASCONCELOS, 2013, p. 25).

O processo de segregação socioespacial aconteceu de forma diferente no Brasil e nos Estados Unidos, portanto não é conveniente comparar as favelas do Brasil com os “guetos” dos Estados Unidos, pelo fato de que as favelas surgiram por necessidades econômicas e demandas políticas e sociais, onde as pessoas pobres construíram suas moradias independentemente da cor da pele, já os guetos eram redutos onde os negros viviam por serem proibidos de ocupar outros espaços nas cidades exatamente pela cor da pele.

Sendo assim, alguns estudiosos acreditam que o termo segregação não se aplica no Brasil, exatamente pela mobilidade que o indivíduo tem de morar ou não na favela de acordo com sua situação financeira, desta forma, usar o termo desigualdade socioespacial seria o mais adequado. Segundo Souza (2013), esta concepção mantém afinidade ideológica com o espírito de “Gilberto Freyre”, ou seja, uma interpretação da realidade brasileira como sendo menos dura que a dos EUA ou da África do Sul, marcadas por políticas de segregação racial (SOUZA, 2013, p. 128). Sobre a desigualdade social refletida no espaço urbano, Kaztman (2007) traz sua contribuição:

São diversas as formas que a desigualdade social assume, mas a segregação constitui seu ápice. Alicerçada na diferenciação que compõe os fundamentos da sociedade,

que distribui desigualmente uma série de atributos entre os seus membros, se expande pela segmentação relacionada às relações que os elementos constitutivos da estrutura social estabelecem. Ou seja, o aprofundamento se dá graças "... à existência de barreiras para a passagem a outra categoria diferenciada (KAZTMAN, 2007, p. 320).

No Brasil, é o possível observar o processo de segregação socioespacial pelas formas como os recursos são investidos em melhoramento das áreas de acordo com a classe econômica de seus moradores. Sposito (2013) traz como exemplo de segregação em São Paulo. "Quando passeamos pelas ruas do Morumbi em São Paulo, distinguimos rapidamente de São Miguel Paulista ou da Freguesia do Ó, e nos damos conta da segregação social que também claramente manifesta-se nas formas espaciais" (SPOSITO, 2013, p.81).

Vasconcelos (2018) também explica a segregação socioespacial pelo abandono do Estado nas áreas periféricas. Segundo o autor, as pessoas mais pobres vivem em áreas ilegais de difícil acesso aos bens da cidade. Portanto, a segregação socioespacial vai além de habitar neste ou em outro local, trata-se de um processo econômico, político e social em que as oportunidades são distribuídas de forma desiguais em nível econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro pobre periférico tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente o que implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital. Segundo Corrêa (1999):

Segregação, quer dizer, diferenciação residencial segundo grupos, significa diferencial de renda real - proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade aos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura etc. Se já existe diferença de renda monetária, a localização residencial implica em diferença maior ainda no que diz respeito à renda real (CORRÊA, 1999, p. 133-134).

Harvey (1973) esclarece que as desigualdades existentes ao acesso da população carente nas políticas públicas, refletem-se em segregação socioespacial. Segundo o autor, as dinâmicas urbanas não estão expostas somente nas formas como as cidades se estruturam, mas principalmente nas formas como se dá a reprodução de desigualdade dentro de uma sociedade e na divisão das riquezas entre a população.

Desta forma, percebemos um movimento para a manutenção da pobreza e da exclusão social. Santos (2013) acrescenta que em nome do progresso, e à custa de injustiças cada vez maiores, importantes parcelas dos recursos são distribuídas de maneira a beneficiar aqueles que já são ricos. Portanto, as desigualdades são mantidas através de uma estrutura de produção orientada (SANTOS, 2013, p. 81).

Sposito (2005) traz sua contribuição ao afirmar que é a segregação é social, no

sentido amplo do termo, nele se incluindo o econômico, político, ideológico, mas é, ainda, espacial, na medida em que o espaço não é apenas reflexo, mas é, também, determinação dos processos e dinâmicas que orientam o movimento da sociedade (SPOSITO, 2005, p. 102).

No Brasil, o processo de segregação se deu na dimensão objetiva, ou seja, a partir da separação de ricos e pobres, dentro de um processo de reestruturação urbana, onde os pobres ocuparam as favelas, invasões, periferias, loteamentos e conjuntos habitacionais. É importante acrescentar que esses locais geralmente trazem entre outros problemas as dificuldades de acesso aos bens da cidade. Já os ricos moram em bairros nobres, bem localizados, em condomínios fechados com a facilidade de desfrutar dos bens disponíveis na cidade, sem a exposição dos problemas sociais existentes nela. No âmbito da segregação subjetiva, diz respeito a forma como as pessoas se sentem nos espaços da cidade, em relação a sua localidade de moradia. Embora muitas vezes a grande maioria das pessoas não se identifiquem como “segregado”, sentem-se excluídos em determinados espaços em relação ao local onde moram. De acordo com Sabatine, Cáceres e Cerda (2004):

Se a relação entre desigualdades sociais e segregação residencial está tão permeada pelo fenômeno da mobilidade e das identidades sociais, parece essencial levar em conta os aspectos subjetivos da segregação ao estudá-la. (...) a dimensão subjetiva é essencial não apenas para explicar a origem da segregação, mas também para entender seus efeitos mais negativos de desintegração social que atualmente estão se agravando. Para o caso de pessoas e famílias pobres, a dimensão subjetiva da segregação consiste no sentimento de marginalidade e “de estar sobrando”. Sentimentos como estes são fatores chave para que a “segregação objetiva” dê lugar a efeitos de desintegração social (SABATINE, CÁCERES E CERDA, 2004, p. 63-64).

Para Davis (2006), a segregação socioespacial acontece em conformidade com o Estado em favorecimento à elite:

O Estado mantém a segregação, pois: A segregação urbana não é um status quo inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média (DAVIS, 2006, p. 105).

No Brasil, a política e a economia são os fatores determinantes para o processo de segregação socioespacial, fundada na desigualdade concreta, como elemento constitutivo da sociedade capitalista. Hodiernamente, os conceitos de segregação representados, ganham novos contornos do sistema social dominante, ao mesmo tempo em que age sobre a sociedade recriando novas formas de viver e sobreviver na cidade.

1.4. Os espaços industriais no Brasil e a Favelização

O processo de industrialização e as novas formas de produção e organização do trabalho traz mudanças significativas em espacial nos arranjos espaciais e suas formas, promovendo o surgimento das classes sociais, a urbanização deixou explícito, a segregação socioespacial através dos espaços habitados e as moradias. Corrêa (2018) afirma que a segregação residencial da cidade capitalista emerge a partir da localização diferenciada no espaço urbano dessas distintas classes sociais e suas frações (CORRÊA, 2018, p. 42). O autor argumenta que isso se dá principalmente nas grandes metrópoles, onde se observa que os recursos de melhoria e infraestrutura são destinados para a áreas onde moram pessoas dotadas de maior poder político e financeiro.

Segundo Abramo (2008), a ação conjunta dos capitais incorporadores – detentores do solo urbano, e dos capitais construtores – produtores da moradia, incorrerá na mudança de uso do solo (ABRAMO, 2008, p. 422). Ou seja, essa ação promove a diferenciação de áreas dentro do mesmo espaço urbano. Assim, os investimentos imobiliários habitacionais são transformados em infraestrutura com atributos intrínsecos (características físicas), e extrínsecos (acessibilidades que a localização da moradia permite usufruir), que incorporado ao valor da moradia torna-o inacessível para as pessoas mais pobres. É importante ressaltar que essas dinâmicas inferem no padrão de ocupação dos imóveis de acordo com sua renda (ABRAMO, 2008, p. 423).

À vista disso, é que uma parcela da sociedade com maior poder financeiro busca a interação, a homogeneidade social, relativa estabilidade e segurança nos condomínios e bairros nobres. Por outro lado, as pessoas com menor poder financeiro, são induzidas a buscarem moradias em áreas afastadas das cidades, onde o valor da terra é acessível. Consequentemente, o mercado imobiliário é atuante no processo de segregação.

Sposito (2018) acrescenta que a segregação é dentre todos os conceitos e noções que tratam das dinâmicas de segmentação socioespacial das cidades é a que tem maior grau de determinação no plano espacial: sem este não se constituem e somente nele pode se revelar. (SPOSITO, 2018, p. 66).

Os estudos sobre segregação socioespacial têm nos levados a profundas reflexões sobre classes sociais, discriminação e segmentação de grupos dentro da sociedade. Nesta perspectiva, trazemos a “favelização” como instrumento de compreensão desse processo excludente da população mais pobres.

O termo “Favelização” vem do processo de ocupação dos morros do Rio de Janeiro,

após a abolição da escravatura, onde muitos ex-escravos desmotivados pela falta de empregos e pela discriminação étnica encontraram refúgio nos morros. Outro ponto relevante para esse processo de favelização foram as políticas sanitaristas e de embelezamentos das cidades, tendo como uma das ações a destruição de cortiços habitados pelos negros. Alvarez (2018) acrescenta:

No Rio de Janeiro, capital do Império e depois da República, a antiga cidade colonial, com suas ruas estreitas, edificações precárias e encortiçadas, começa a ser alvo de propostas de intervenção, com base em princípios higienistas... combate a habitações coletivas /cortiços, sendo que vários cortiços foram fechados ou demolidos. Em 1890, o processo se intensificou com a reforma urbana... no século XX, já incorporado o discurso da modernização (ALVAREZ, 2018, p. 116).

Nesse ínterim, podemos dizer que o processo de favelização, inicialmente ligado à segregação por etnia, intensificou-se no século XX com a urbanização, a partir da industrialização no país, ressignificando a segregação étnica, por segregação pautada em critérios econômicos e sociais.

De acordo com Villaça (2001), historicamente é possível entender a formação das favelas enquanto estigmas de um “crescimento desordenado”, que tem como uma de suas características mais marcantes a proposição de segregação espacial de bairros residenciais, conforme suas distintas classes sociais, criando-se a partir desse cenário verdadeiros sítios. Sobre a forma de como as cidades brasileiras se constituíram socialmente a partir do espaço habitado Sposito (2004) esclarece:

As cidades brasileiras tiveram suas estruturas urbanas baseadas por relações do tipo centro-periferia, no âmbito das quais as áreas centrais eram caracterizadas como as melhores equipadas e as periferias pelo uso residencial dos segmentos de menor poder aquisitivo, marcadas pela precariedade de condições de vida individual e coletiva. (...) o processo de extensão urbana e de suburbanização ocorriam *pari passu* ao aumento da concentração demográfica e como expansão dessa dinâmica, fazendo com que a estruturação urbana, apoiada em um esquema de centro periferia (SPOSITO, 2004, p. 114, 118 e 119).

As favelas das grandes cidades brasileiras são vistas como um espaço específico devido suas características sociais, econômicas e culturais, resultantes de processo de criação dentro de um contexto de colonização escravista de discriminação, exclusão e desigualdades.

Campos (2009) compara as favelas aos quilombos como espaço de refúgio, desta forma, o autor explica o estigma da favela como local perigoso, pois da mesma forma que o quilombo era um desafio para a sociedade escravocrata, a favela se revela um desafio para a sociedade republicana. “A favela surge no cenário urbano do Rio de Janeiro, sem estar contextualizada em um processo social, mas como resultante de fatos espaciais e

temporalmente delimitados” (CAMPOS, 2005, p. 63).

As favelas, de um modo geral, atormentam a cidade. Os barracos amontoados, construídos com material reciclado, dão a paisagem um ar de fracasso, a falta de saneamento, de iluminação, de pavimentação, característicos dos espaços habitados de forma ilegal, dão um aspecto de pobreza e abandono. Ademais, a favela dentro de um contexto ideológico capitalista, representa um local perigoso onde impera a malandragem, a prostituição e criminalidade.

De fato, não descartamos que na favela, assim como em outros bairros da cidade, não existam esses problemas sociais. No entanto, é nas favelas onde residem a grande maioria dos trabalhadores braçais da construção civil, explorados no mercado capitalista de trabalho com vencimentos tão baixos que mal suprem suas necessidades vitais, as quais, a moradia é uma delas. Desta forma, morar nas favelas é a única alternativa para os trabalhadores pobres sobreviverem na cidade. Kowarick (1980) corrobora:

Pobre dentre os pobres, este estrato da população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis vitais de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário (KOWARICK, 1980, p. 86).

Segundo Abramo e Farias (2016), a favela se constitui de forma “ilegal” de ocupação do solo. Tradicionalmente as condições de vida das pessoas que moram nas favelas são precárias devido elas estarem localizadas em áreas de difícil acesso, córregos, baixadas, áreas de preservação ambiental, morros ou encostas de florestas. Entretanto, mesmo com todas as adversidades, a favela tem sido vista como solução para os problemas habitacionais nas grandes cidades.

A favela representa para a maioria da grande população pobre a única forma de se manter na cidade, em primeiro lugar pelo baixo valor de aluguéis ou pela possibilidade de construir a casa própria com a ajuda da comunidade, em segundo plano, as favelas geralmente se localizam próximas dos grandes centros comerciais, o que facilita a mobilidade e proporciona economia em transportes para locomoção. De acordo com Abramo (2016):

Apesar das remoções elas continuaram a crescer e a surgirem novos assentamentos nas áreas vazias. Segundo a literatura, as causas para esse processo de crescimento e proliferação, estão relacionadas às estratégias de sobrevivência das classes de baixa renda, que vêm a favela não apenas como alternativa de moradia dentro de suas possibilidades econômicas, mas como solução para a redução dos gastos com transporte, localizando-se próximos ao local de trabalho (ABRAMO, 2016, p. 441).

Outro ponto característico das favelas é autoconstrução das moradias. Kowarick (1980) acrescenta que a autoconstrução representava para a grande maioria da sociedade uma alternativa encontrada pelas comunidades pobres para resolver os problemas habitacionais recorrentes do processo de urbanização das cidades. No entanto, a autoconstrução faz parte de uma dinâmica capitalista de desenvolvimento, onde a exploração do trabalhador reflete em inúmeros problemas estruturais em destaque a segregação socioespacial. Maricato (2015) corrobora:

As cidades são evidências notáveis dessa formulação teórica, e, nelas, o melhor exemplo talvez seja a construção (e parte das cidades) pelos próprios moradores (trabalhadores de baixa renda). Essas construções se dão aos poucos em seus horários de folga, ao longo de muitos anos, ignorando toda e qualquer legislação urbanísticas em áreas ocupadas informalmente (MARICATO, 2015, p. 26).

Ao contrário da ideia de que a segregação socioespacial se deu pela falta de planejamento dentro de um processo de urbanização desordenado, a segregação socioespacial é um produto de uma lógica pensada pelo capitalismo denominada como “Espoliação Urbana” que nada mais é do que a exploração do trabalhador o levando à pauperização absoluta em todas as nuances de necessidades sociais. Desta forma, a espoliação urbana do trabalhador é um modelo de reprodução de pobreza urbana muito pensada pelo sistema capitalista, produto de uma dinâmica de acumulação do capital. Kowarick (1980) esclarece:

Espoliação urbana: é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1980, p.59)

Ainda refletindo sobre a autoconstrução como uma característica da espoliação urbana, Kowarick (1980) acrescenta:

A construção da casa própria leva a um endividamento que face a uma deterioração salarial imperante, só pode ser coberto através do prolongamento da, já extensa jornada de trabalhos. Se a este tempo forem adicionadas as horas gastas a locomoção diária e os referentes a confecção da moradia tem-se um quadro claro de desgaste daqueles que ingressam na aventura de possuir uma propriedade frequentemente marcada pelo baixo valor de revenda. (KOWARICK, 1980, p.62-63)

Quando Kowarick (1980) traz o exemplo da autoconstrução como uma característica da espoliação do trabalhador e não uma solução dos problemas habitacionais urbanos, o autor nos leva a refletir que a dinâmica de autoconstruir residências se dá pelo fato de que os trabalhadores são mal remunerados, que seus vencimento não suprem suas necessidades básicas, que o mercado imobiliário não demanda condições para que os pobres possam morar

nos centros urbanos e que o poder público não cumpre com seus deveres em promover melhores condições de vida para os trabalhadores urbanos dentro de um processo de urbanização da cidade.

O processo de espoliação tira do trabalhador seu único bem, a energia e força de trabalho, ao passo que esses trabalhadores sacrificam muitas vezes a sua folga para construir suas casas, e em contrapartida sacrificam a própria alimentação para poder comprar os materiais necessários para a construção. A autoconstrução dentro deste contexto não se trata de um esforço para conseguir realizar o sonho da casa própria, e sim, de um exemplo materializado do processo de exploração do trabalhador dentro de uma dinâmica capitalista imbricada entre economia política e produção do espaço urbano.

A segregação do espaço urbano, a exclusão social dos direitos de usufruir os bens das cidades, atrelados às dicotomias da favela, geram desigualdades sociais, fortalecendo o preconceito que liga a pobreza à marginalidade, e que nos leva a pensar nas dinâmicas de desigualdades dentro da cidade como modelo de segregação espacial quem vem se redesenhando no decorrer da história em diferentes regiões e em diversos momentos, mas sempre com um ponto em comum, o aditamento das cidades a partir do predomínio dos mais ricos em prejuízo dos mais pobres.

Sem sombra de dúvida, o padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação presente numa sociedade plena de contrastes acirrados. De uma forma mais ou menos acentuada, este processo perpassa todos os patamares da pirâmide social em que os mais ricos procuram se diferenciar e se distanciar dos mais pobres... a cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença. “Uma praga, um quisto, urna calamidade pública” (KOWARICK, 1980, p. 92-93).

Assim, é possível compreender que a segregação socioespacial dos pobres, compactua com uma política que explora o trabalhador, transformando-o em mercadoria, excluindo-o dos processos produtivos e na maioria das vezes de direito de sobreviver na cidade.

a) A favelização no município de Belém.

Refletindo nossa realidade, trazemos o exemplo de Belém, onde o processo de “favelização” aconteceu nas áreas alagáveis (baixadas) nas várzeas dos rios. Segundo Rodrigues (1996), o problema das baixadas em Belém iniciou-se no período colonial, com a ideia de transformar Belém em uma cidade fluvial, seguindo os moldes de Veneza, aproveitando os igarapés que cortavam a cidade, transformando-os em vias navegáveis ao invés de aterrjá-los e/ou canalizá-los. Desta forma, creditavam resolver o problema das

enchentes e dar a cidade um perfil urbanístico europeu. Todavia, os estudos sobre a urbanização da cidade de Belém demonstram que o processo de produção da cidade tirou os antigos moradores das áreas que seriam revitalizadas e conseqüentemente resultou em uma ocupação desordenada característica da “falta de planejamento” urbano e da negligência do Estado com a população pobre. Abelém (1989) reforça:

À medida que a cidade se expandiu e recebeu seus primeiros equipamentos urbanos, encontrou os acidentes hídricos, contornando-os ao invés de saneá-los, o que levou a ocupação a ser feita preferencialmente nos terrenos de cotas mais altas, deixando grandes áreas desocupadas, formadas por terrenos alagados ou alagáveis, de cotas baixas (ABELÉM, 1989, p. 38).

Na década de 1950, a cidade de Belém ainda não era ocupada nas áreas de baixadas devido estas áreas serem consideradas insalubres e sem infraestrutura. Assim, mesmo que estas áreas de baixada estivessem próximas das áreas centrais da cidade, priorizava-se a ocupação das áreas de terrenos com preços mais elevados e que proporcionasse higiene e infraestrutura. Trindade Junior (2016) nos diz que tal tendência conferiu a cidade por muito tempo uma malha urbana irregular, ajudada pela implantação das áreas institucionais no início da década de 1940, a altura dos limites da primeira légua patrimonial (TRINDADE JUNIOR, 2016, p. 97). Desta forma, as áreas de baixão formaram uma espécie de cinturão em torno das áreas construídas da cidade.

Com a crise no setor gomífero, demanda-se uma intensa crise social e econômica aliada ao desemprego, crescimento demográfico e aos baixos investimento do setor público tornando os empregos no centro da cidade uma das alternativas de sobrevivência. Entretanto, a população que vivia em áreas afastadas do centro, não tinha condições financeiras de custear os gastos com transporte, sendo uma alternativa, a mudança para as baixadas alagáveis próximo ao centro. Abelém (2018) acrescenta:

Com a corrida do campo para a cidade e de cidades menores para a capital, além da pressão exercida pela população nativa sem condições econômicas, o problema habitacional se agrava, as áreas alagadas de Belém, “as baixadas”, vão se transformando em enormes “favelas”. (ABELÉM, 2018, p.50)

Rodrigues (1996) acrescenta que a ocupação das baixadas na cidade de Belém retrata processo de ocupação de forma corrente e usual, no contexto de estruturação da cidade, expressa com clareza uma das facetas mais perversas da exclusão social: a exclusão do espaço ambiental. Souza (1992) se refere à intensa ocupação das baixadas, que passaram a sofrer um fracionamento progressivo dos espaços distintos à moradia. Assumindo dimensões mínimas esses espaços são ocupados por famílias numerosas de baixa renda.

Trindade Júnior (1994) acrescenta:

Ocorre, então, um processo de “favelização” das áreas de baixada. Estas passam a ser reconhecidas, a partir de certas características que se remetem as condições socioeconômicas de seus moradores e suas condições de insuficiência e precariedade de serviços e equipamentos e comunitários bem como aos problemas de infraestrutura urbana (TRINDADE JÚNIOR 1994, p. 167)

Na década de 1970, inicia-se a construção da Doca de Souza Franco, um projeto que visava transformar aquele espaço em área nobre da cidade. Isso se deu devido à construção de inúmeros prédios residenciais e comerciais voltados para a população com maior poder aquisitivo. Logo, embelezar a cidade fazia parte das estratégias de atrair maior número de pessoas interessadas em investir naquele empreendimento. Como consequência houve uma grande expulsão da população pobre que residia naquela área em casas de palafitas próximo a Baía de Guajará, é válido reforçar que aquela população foi expulsa sem nenhum auxílio do governo estadual ou municipal, indo ocupar as áreas de baixadas. Trindade Jr (1997) contribui:

Na verdade, essa política habitacional, articulada em âmbito mais global, viria trazer repercussões importantíssimas na estruturação do espaço metropolitano belenense. Promovia, por exemplo, a valorização do espaço urbano em dois polos. O primeiro, na área que estava sendo saneada, no momento em que retirava as famílias desse local e realizava a urbanização efetiva da área. Abria, assim, amplas possibilidades de valorização de seu solo, alterando, por conseguinte, a dinâmica da segregação socioespacial (TRINDADE Jr, 1997, p. 130).

A população pobre de Belém vivia em favelas, conhecida na região como “baixão”. De acordo com Rodrigues (1996), esse processo se dá devido à apropriação desigual do solo humano dentro de uma dinâmica de desenvolvimento das cidades que seguem políticas capitalistas que não tem como prioridade a resolução dos problemas urbanos, em destaque: a moradia. Corrêa (1988) expõe:

O embrião de periferação e sobretudo a explosiva ocupação das baixadas...acentuaram significativamente a segregação urbana intensificando a segregação urbana, intensificando o fenômeno que Schmidt & Farret (1986) definiram como polarização progressiva entre a cidade legal, dotada de condições urbanas e a cidade legal, dotada das condições urbanas, e uma cidade ilegal, construída por favelas e periferias, em grande parte desprovida dos mais elementares benefícios citadinos, abandonados à sua própria sorte (CORRÊA, 1989, p. 156).

Segundo Trindade Junior (1994) destaca, os diversos agentes responsáveis pela urbanização e os dois tipos de favelização, o das baixadas e o da periferação geográfica. No entanto, ambas convergem processo de periferação social pela segregação social do espaço.

De acordo com Trindade Júnior (2016):

A intensificação do êxodo rural fez com que as baixadas vivenciassem um processo de favelização acelerado. Mais que simples solução de emergência para o problema de moradia, essas áreas tornaram-se, sobretudo parte de uma estratégia de sobrevivência da população pobre face a escassez e a valorização de terras altas, no interior da Primeira Léngua Patrimonial. (TRINDADE JUNIOR, 2016, p. 105)

Na segunda metade do século XX, Belém possuía apenas vinte bairros oficiais, que estavam inclusos dentro da primeira léngua patrimonial, dentre esses bairros oficiais estavam também o bairro da Marambaia e do Souza, que faziam parte do projeto de remanejamento das pessoas mais pobres que ocupavam as áreas de baixadas no centro da cidade, os demais aglomerados urbanos eram considerados invasões e desta forma não recebiam serviços públicos como água, saneamento, coleta de lixo, entre outras necessidades, como; escolas, postos de saúde, transporte público.

Dentre as áreas de invasão que mais cresceram e que foram responsáveis pelo aumento da população urbana em Belém estão Guamá, Jurunas, Montese (Terra Firme), Condor e Cremação. Sobre as condições de moradia desses bairros, Abelém (1989) descreve:

São terrenos sem qualquer infraestrutura física [...] ocupados por casebres de madeira principalmente, cujo acesso é possível graças a pontes de madeira (estivas) construídas por seus moradores. [...] essas áreas possuem poucas áreas já trabalhadas, sendo sua consolidação obtida por aterro fornecido pela própria Prefeitura Municipal e realizada pela população em mutirão. Muitas vezes é a própria população que consegue o material do aterro, tais como caroço de açaí, serragem de madeira e casca de castanha. Trata-se de soluções espontâneas encontradas pelos moradores para poder habitar as baixadas (ABELÉM, 1989, p. 40).

No final do século XX e início do século XXI, destaca-se os conjuntos habitacionais no perímetro da Rodovia Augusto Montenegro, esses conjuntos faziam parte de uma política habitacional que visava melhorar os aspectos visuais do espaço urbano ocupado por habitações das famílias pobres que viviam naquele perímetro. É claro que tal ação só se efetivou devido inúmeras lutas da sociedade juntamente com movimentos sociais. Todavia, nem todos os conjuntos habitacionais foram concluídos, alguns foram abandonados pelo poder público sendo alvo de ocupações da camada mais carente. Trindade Jr (1997) corrobora:

As baixadas se enquadram – enquanto espaços segregados, socialmente excluídos, com deficiência e insuficiência de equipamentos urbanos e comunitários – naquele tipo de espaço que Santos (1987) considera como espaço sem cidadãos. Para os habitantes desses espaços, conforme afirma o autor, é negado o direito à cidadania. Os meios de consumo coletivo estão ausentes ou são insuficientes, como se as pessoas lá não estivessem (TRINDADE Jr, 1997, p. 29).

Segundo Corrêa (2004) a habitação é um bem comum. No entanto, na sociedade capitalista seu acesso é seletivo. Ou seja, as diferentes condições econômicas selecionam espaços e moradias de acordo com as classes sociais, sendo esta ação, uma das maiores representações de exclusão, por estarem atreladas a outros problemas sociais que restringem o desenvolvimento humano. Assim, tanto a favela como os “baixões” representam uma forma de resistência e sobrevivência da população mais pobre que aos poucos através da persistência, dão visibilidade a estes espaços.

b) Autosegregação: condomínios fechados- loteamentos murados

Uma nova forma de segregação espacial vem transformando a paisagem das cidades nas últimas décadas, estes novos espaços são ocupados por uma camada da sociedade com alto poder aquisitivo capaz de pagar por essa exclusão ressignificada em privacidade, segurança e acima de tudo, por garantir a homogeneidade econômica e social entre os indivíduos no mesmo espaço.

Os condomínios fechados têm se expandido de forma grandiosa sendo um importante produto do setor imobiliário. Estes espaços oferecem como principal atrativo: segurança, além da infraestrutura perfeita e espaços de lazer, esportes e trabalho. Desta forma, a cidade vem se fragmentando, e cada vez fica mais visível as desigualdades sociais. O’NEILL (1996) traz uma explicação de como os condomínios fechados vem se estabelecendo dentro da sociedade:

A autosegregação ocorre, de modo geral, no âmbito dos grupos sociais dominantes. Contudo, outros grupos com os salários de alto rendimento têm se deslocado para essas áreas específicas da cidade criando condições de auto segregação. Por se constituírem também em parte do setor que demanda solvável do mercado habitacional atrai para si a ação dos agentes modeladores. Mais esta ação só pode ser medida em que estes grupos estão propenso a aceitar os mecanismos criados para moldar suas preferencias habitacionais ... significando isto uma conscientização das condições da sua própria reprodução. Os novos valores de consumo habitacional permitem a reprodução dos grupos de renda mais alta num ambiente criado especialmente para eles, e ao mesmo tempo que essa reprodução se constitui em uma garantia para a continuidade da sociedade capitalista, dado o nível de renda que estes grupos possuem, criando condições de consumo, tendo em vista a reprodução dos quadros profissionais necessários a sociedade (O’NEILL, 1986, p. 67-68).

Os loteamentos murados e condomínios fechados apresentam algumas características peculiares tais como: tamanho da área, localização, equipamentos de uso coletivo (parques academias, saunas, quadras, piscinas entre outros), legislação de uso do espaço e ocasionalmente, o mais importante: a segurança dos muros e cercas elétricas monitoradas por câmeras que afastam os moradores da violência urbana. Logo, o medo da violência nas cidades tem sido a principal justificativa para a escolha desse tipo de habitação e

consequentemente da autosegregação socioespacial. Neste sentido, Rodrigues (2013) esclarece:

Consideramos; assim, que a segregação socioespacial concretizada pelos loteamentos murados e os condomínios fechados é definida pela propriedade na qual se inclui a mercadoria segurança, que define o valor de troca para aqueles que podem pagar, anulando o valor de uso e impondo as mudanças no mundo da vida cotidiana (RODRIGUES, 2013, p. 149).

A segregação dos pobres sempre foi um ato induzido pelos setores econômico, político e imobiliário que compõem as novas dinâmicas da cidade. Por outro lado, a autosegregação é o movimento contrário, em que os ricos de forma voluntária se afastam dos problemas das cidades.

De acordo com Caldeiras (1997), a urbanização das cidades dentro dos moldes capitalistas gera cidades fragmentadas, em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviriam de fundamento para a estruturação das cidades modernas (CALDEIRAS, 1997, p. 155).

Assim, a segregação, que como diz a palavra separa ricos e pobres nas cidades como expressão da própria desigualdade de classe. Vasconcelos (2018) acrescenta:

A autosegregação é o resultado de uma decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é de loteamentos e condomínios fechados, com entrada restritas, muros e sistema de segurança. É uma forma radical de agrupamento residencial a procura de juntar os semelhantes, excluir os diferentes e impedir o acesso aos indesejáveis. (VASCONCELOS, 2018, p. 27)

Caldeiras (1997) analisando o processo de autosegregação em São Paulo, remete-nos as mudanças históricas da questão da moradia. O autor pontua que no início deste século, classes sociais diferentes ocupavam o mesmo espaço, distinguindo-se apenas pelas moradias. Ou seja, os ricos moravam em grandes casas e os pobres amontoados em cortiços. No entanto eles ocupavam os mesmos espaços dentro da cidade, posteriormente, esses espaços foram se fragmentando em centro-periferia, aumentando o distanciamento das classes sociais. Caldeira (1997) complementa trazendo a realidade dos condomínios na atualidade:

São Paulo contemporânea, com seus altos muros e grades, porteiros e seguranças privados armados, tecnologias de vigilância de toda sorte (câmeras de vídeo, cercas elétricas sobre os muros, portões eletrônicos etc.) e com seus contrastes impressionantes de riqueza ostensiva e extrema pobreza, muitas vezes vivendo lado a lado, o novo padrão de segregação espacial revela-se com clareza (CALDEIRAS, 1997, p. 156).

Autosegregação não se trata apenas da possibilidade de morar em um espaço que remeta à segurança e à qualidade de vida, na maioria das vezes morar em um condomínio

traz a subjetividade de status social e a possibilidade de viver em um mundo totalmente diverso daquele do resto da cidade, criando um sonho de independência tanto da cidade e suas misturas de classes como também dos serviços prestado por trabalhadores mais pobres.

As classes altas paulistas dependem explicitamente dos serviços de um exército de empregados domésticos e não sentem vergonha em transformar o uso destes serviços em símbolos de status, que acabam até incorporados aos anúncios dos condomínios residenciais.

c) As residências de interesse social dos PMCMV

O Programa Minha Casa Minha Vida lançado em 2009 pelo Governo Federal visava dar condições ao trabalhador brasileiro com renda em até três salários mínimos obter um imóvel nas áreas urbanas e rurais das cidades, e desta forma diminuir o déficit habitacional brasileiro.

O Programa Minha Casa Minha Vida funciona da seguinte forma, a união disponibiliza recursos para todo território nacional, solicitando aos estados e aos municípios que apresentassem projetos de conjuntos habitacionais, as prefeituras com apoio de construtoras e de movimentos sociais apresentavam estes projetos a apreciação na Caixa Econômica Federal, principal agente do Programa Nacional de Habitação, responsável por analisar, aprovar, disponibilizar recursos, acompanhar as obras até a entrega das casas.

Quanto ao cadastro das famílias interessadas em adquirir o imóvel, ficava pela responsabilidade das prefeituras. Portanto, a ideia inicial desses conjuntos habitacionais veio como uma fonte de esperança para a população mais pobre que sofria com os aluguéis ou até mesmo vivendo em habitações precárias. No entanto, cabe-nos ressaltar sobre alguns fatores que configuram segregação socioespacial a estes modelos de habitação disponibilizado pelo governo.

A grande maioria desses conjuntos habitacionais, tanto nas metrópoles como nas cidades médias, são construídos em áreas afastadas das áreas centrais das cidades. Desta forma temos como problema o aumento das despesas com transporte para a locomoção para o trabalho, escolas entre outras situações. Isso acarreta no maior empobrecimento das famílias e na diminuição da qualidade da alimentação, o que posteriormente se reflete em doenças.

Outro fator é a infraestrutura das moradias e dos bairros, pois maioria são casas minúsculas construídas com material de qualidade inferior e que futuramente significarão custos em reparos e reformas, os bairros onde são construídos os conjuntos muitas vezes não tem pavimentação das ruas, nem distribuição de água potável e de energia elétrica.

Observa-se uma carência de escolas, postos de saúde, espaços de lazer e esportes, segurança precária (o que estimula a criminalidade) esses fatores pormenorizam os conjuntos habitacionais como espaços perigosos, criando assim barreiras para investimentos como lojas, supermercados, academias, salão de beleza, entre outros empreendimentos, forçando os moradores a buscarem estes serviços no centro da cidade e isolando ainda mais a população.

Segundo Lefebvre (2001), viver em uma área urbana não significa viver na “cidade”, ou seja, viver na cidade é poder usufruir de todos os bens que a “cidade” disponibiliza, desta forma, os conjuntos habitacionais excluem a população carente da “cidade”, o que caracteriza segregação socioespacial. Sobre a localização dos conjuntos habitacionais Bonduki (2009) esclarece:

A localização dos empreendimentos poderá ser inadequada, em áreas carentes de emprego, infraestrutura e equipamentos, correndo o risco, ainda, de gerar impactos negativos como a elevação do preço da terra, que representaria a transferência do subsídio para a especulação imobiliária, desvirtuando os propósitos do programa (BONDUKI, 2009, p. 13).

Maricato (2015) pontua sobre o (PMCMV) e diz que quando finalmente o governo federal cria fundos de investimento no setor urbano de habitações, mobilidade urbana e melhoria da infraestrutura e do saneamento básico em bairros periféricos e favelas reconhecendo assim, a “Cidade Ilegal”.

O programa (MCMV) foi realizado a partir de uma visão empresarial da política habitacional de construir casas novas sem a preocupação com o espaço onde estas mesmas casas seriam construídas, sem levar em consideração as necessidades das pessoas e as problemáticas já existentes na cidade. A autora ressalta que o programa inclui também financiamento imobiliário e que isso foi o ponta pé inicial para gerar um processo de intensa especulação imobiliário aumentando o preço das terras e dos imóveis, chegando a ser considerado como o mais alto do mundo. Neste sentido, a autora acrescenta:

Pela primeira vez na história do Brasil, o governo federal reservou subsídios em volume significativo, para as camadas mais baixa renda não ficassem de fora da produção habitacional. Mas como a moradia é uma mercadoria especial porque está vinculada a terra, uma condição não reproduzível, os subsídios incidiram no aumento do preço da terra (MARICATO, 2015, p. 39).

Portanto, percebemos que mesmo quando o governo se disponibiliza a resolver as questões da moradia e a exclusão social, o que acontece, na realidade, é que o setor econômico cria uma forma de transformar as políticas urbanas em obras inacabadas e que quando se trata de interesses capitalistas, a justiça social fica sempre em segundo plano.

d) As remoções e a segregação planejadas

No decorrer da construção desse texto, retratamos o processo excludente que a população mais pobre vem sendo submetida com a urbanização das cidades. De acordo com Soja (1993): “espaço não é um reflexo da sociedade, ele é a sociedade”. Desta forma, a sociedade obedece a mesma lógica inerente a produção capitalista do espaço que se manifesta em uma cidade fragmentada.

Todavia, faz-se necessário compreender as intervenções urbanísticas que muitas vezes são responsáveis por acentuar o processo de segregação socioespacial. Segundo Maricato (1999) algumas políticas públicas de habitação para a classe trabalhadora em diversos momentos foram indutoras desse processo excludente como por exemplo as remoções planejadas.

Observamos que remoções planejadas ocasionalmente seguem a ideologia capitalista, em que as relações de poder da classe dominante sobressaem às necessidades dos mais pobres seja para revitalizar as cidades, ou para receber empreendimentos ou mesmo para promover grandes eventos como os jogos Pan-americanos de 2007, a Copa do Mundo em 2014 e a Olimpíada em 2016.

Em todos esses casos, observa-se segregação socioespacial por fatores relacionados a aspectos econômicos, por não possibilitar condições para que o trabalhador tenha uma moradia digna que lhe sirva de abrigo, segurança e qualidade de vida para sua produção diária e por fatores sociais, haja visto que no espaço onde está inserida as habitações, constituem-se relações culturais das vivências dos indivíduos, importantes para seu desenvolvimento humano e intelectual.

Desta forma, trazemos como exemplo de remoção planejada e segregação socioespacial o projeto piloto de drenagem dos canais em Belém, ressaltamos que não é objetivo central desta sessão descrever o processo de remoção das famílias das baixadas na íntegra, haja vista que esse tema já ter sido desenvolvido por vários trabalhos acadêmicos, nosso interesse é demonstrar como as políticas habitacionais lidam com a população pobre no processo de remoção planejada pelo governo, pautadas inicialmente no discurso de integração e melhoria de vida das comunidades pobres, mas que no decorrer da ação reforçam as dinâmicas segregacionistas, que ideologicamente anseiam em afastar os pobres das vistas da sociedade.

Uma das características desse processo no Brasil são as revitalizações das áreas de várzeas dos rios, conhecidas como baixadas urbanas. De acordo com Abelém (2018), em

Belém esse processo de revitalização das áreas de várzeas (e a remoção dos moradores) sempre foi uma preocupação devido fatores de ordem prática, como os alagamentos das moradias em período de inverno o que dava muita visibilidade ao problema e gerava conflitos de ordem política e social. Como também pela necessidade de desmobilizar as organizações sociais que se concretizavam nessas comunidades, assessorados pela igreja católica, que cobravam do governo um posicionamento em relação aos direitos essenciais negadas aquela população.

O autor destaca que as remoções, seja por renovação urbana, seja por outros motivos, desarticula as redes sociais e outros laços construídos entre as populações proletárias contribuindo para a atomização e o divisionismo do proletariado (ABELÉM, 2018, p. 52).

Desta forma a pressão popular por melhoria das condições da moradia, o interesse do campo imobiliário em revitalizar as áreas centrais e a possibilidade de verbas federais através de projetos urbanísticos casou com o desejo do Estado em desarticular as lideranças das baixadas e evitar possíveis conflitos, convergindo no início da década de 1970 em um convênio com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o governo do estado, em que o discurso preeminente era a recuperação das áreas de baixadas, e melhoria da vida da população pobre que ali habitava.

O projeto piloto de revitalização das áreas de várzeas em Belém que teve início na década de 1970, demonstra vários fatores ligados a interesses políticos, devido à escolha da área a ser construída, os conjuntos habitacionais que iriam receber as famílias removidas estão ligados a acordos com o governos federal, estadual e municipal, e por tentar minimizar conflitos com movimentos sociais que lutavam pelo direito dos moradores.

De acordo com Abelém (2018), desde a escolha da área de intervenção, o conflito de interesses entre as instituições estatais, com governo local preocupado com as repercussões na população e a instituição federal visando a facilidade de aplicação de verbas (ABELÉM, 2018, p. 57).

O projeto inicial previa a remoção de 722 famílias da área a ser saneada (canais) para as margens da Rodovia Artur Bernardes e Avenida Júlio César, uma das cláusulas do acordo firmado entre as famílias e o programa, seria o não retorno as áreas saneadas (canais próximos ao Bairro Barreiros), desta forma, os moradores deveriam permanecer no local para onde seriam removidos, onde posteriormente seriam construídas as casas do conjunto habitacional.

As famílias foram removidas das áreas de canais e indo para um conjunto de transição, onde 40 famílias ocuparam um conjunto com quatro barracões com dez casas, onde ficariam até a remoção para sua casa definitiva, (as casas eram do tipo 1 e 2, sendo o tipo 1 feita de

madeira nova e tipo 2 sendo de madeira usada das demolições) o que determinava os tipos de casas que famílias iriam receber eram os investimentos feitos nas antigas residências construídas nas áreas desapropriadas. Evidente que todo esse processo fugiu do controle ao passo que depois de 2 anos, a maioria das famílias já tinham mudado para várias casas e ainda não sabiam qual seria seu local definitivo.

O importante do projeto piloto das remoções em Belém feita pelo governo com o objetivo de resolver os problemas das invasões das baixadas das áreas centrais nos mostra a total falta de responsabilidade social com a população pobre, configurando um processo contínuo de exclusão nos espaços centrais das cidades.

Esse relato nos mostra o descompasso do governo entre o planejado e o executado. Outrossim, a segregação socioespacial se justifica a partir da desestruturação familiar, refletida nos impactos psicológicos, culturais e sentimentais, referentes às incertezas advindas de um projeto feito de cima para baixo, que mostra como consequência, a quebra dos vínculos afetivos e sociais com a vizinhança e familiares. Outro fator em destaque foi a falência de alguns negócios como oficinas, barbearias, mercearias entre outros, promovendo o maior empobrecimento das famílias, esta situação agravou ainda mais pelo aumento das despesas com transporte e alimentação devido à distância do trabalho para o conjunto habitacional.

A política de esvaziamento do Centro não é apenas fruto da ideologia funcionalista da cidade moderna, mas sim, uma maneira articulada respaldada politicamente para a ocupação do solo por classes sociais, negando ao trabalhador pobre o direito de usufruir da cidade, que como vimos em vários momentos históricos, ele fez parte da construção.

1.5 Urbanização e segregação nas cidades Amazônicas.

Ao se tratar do desenvolvimento urbano na Região Amazônica, não é raro expressões que relatam a Amazônia como região subdesenvolvida e pouco habitada. Amazônia como sinônimo de floresta e com uma forte carga simbólica de um lugar atrasado que não possui as mesmas oportunidades como os grandes centros urbanos da Região Sudeste e Centro-Oeste.

De fato, a Região Amazônica não se desenvolveu da mesma forma que as demais regiões, especialmente por sempre ser vista como espaço de expansão do capital através dos acordos de extração dos recursos naturais, aberturas de rodovias e exploração da mão de obra barata. Os objetos políticos e econômicos para a Região Amazônica, sempre foram voltados para suprir as necessidades das outras regiões. Picoli (2006) destaca: o objetivo maior era tornar a Amazônia integrada ao mercado mundial e fazer o aproveitamento do grande

potencial natural existente, através das concessões do Estado aos detentores do poder econômico (PICOLI, 2006, p. 39).

O processo de urbanização das cidades da Amazônia se deu em decorrência do processo de industrialização que ocorria em todo país. Desta forma, busca-se reforçar a economia das fronteiras não só no aspecto mundial como também interno. Neste sentido, retoma-se o discurso que reforça o mito de região rica e inabitada. “As terras sem homens da Amazônia, deveriam ser ocupadas pelos homens sem terras do Nordeste” este jargão feito pelo governo militar, com o objetivo oficial de caráter ecologista, escondia a verdadeira pretensão política de concentração de terras e riquezas. Rodrigues (1996) afirma:

A Amazônia é um “espaço” onde é possível criar novas estruturas, exercer monopólio dos meios de produção-matérias primas -mão de obra barata e terra-; um espaço onde há facilidade para abrir mercado de alta tecnologia, e estender o controle do mercado financeiro mundial (RODRIGUES,1990, p.32).

Segundo Santos (1993), o Brasil teve um desenvolvimento pretérito, ou seja, inconstante, desligado da economia local, mantendo relações superficiais com as demais regiões, um desenvolvimento passado, atrasado em relação a outros países que se industrializaram. Na Amazônia, esse processo foi ainda mais tardio devido, principalmente, as condições geográficas e por ser uma área vista, economicamente, como extrativista.

Desta forma, de acordo com Rodrigues (1996), a urbanização das cidades da Amazônia, possuem duas vertentes, uma pautada na geopolítica, que visava ligar a Amazônia às demais regiões, particularmente com o Centro-Sul, outra, de cunho econômico, que objetivava estabelecer ligações capitalistas. Em conformidade com este pensamento: Herrera, Miranda Neto, Moreira (2013) afirmam:

O Brasil tem sua formação econômica e social estabelecida por imposições capitalistas que acarretam desigualdades socioterritoriais no interior [...], com integração dependente de novas regiões à dinâmica econômica nacional, está determinada pelas regiões centrais (HERRERA; MIRANDA NETO; MOREIRA, 2013, p. 20).

A Região Amazônica sempre foi considerada como espaço de exploração das riquezas naturais, assim também como a exploração da população local. Destarte, compreender o processo de urbanização e reestruturação das cidades da Amazônia se faz imprescindível para visualizarmos o processo de segregação socioespacial vivida pelas comunidades mais pobres, nos diversos momentos de urbanização pautadas em políticas públicas aplicadas nos estados, usando como base os interesses da economia capitalista.

Becker (1985) acrescenta:

É assim que, desde o início, o projeto de ocupação da fronteira amazônica previu a urbanização, seja através das várias políticas governamentais para integração do território, seja da política urbana de polos de crescimento (Polamazônia), seja de "urbanismo rural", considerado necessário, segundo o discurso oficial para atrair a população por oferecer condições de vida similares às áreas de origem dos fluxos migratórios (BECKER, 1985, p. 360).

Na Região Amazônica, podemos destacar, como principal particularidade, a hidrografia que exerce forte influência nos sítios urbanos e na morfologia das cidades. Usamos, como exemplo, as grandes metrópoles do estado do Amazonas (Manaus) e do Pará (Belém) e posteriormente de algumas cidades médias, como Marabá, Altamira e Itaituba, para compreendermos o processo de urbanização e as novas dinâmicas econômicas, sociais e políticas retratadas na apropriação e exclusão do espaço habitado.

A Região Amazônica passa por dois grandes períodos de urbanização. Inicialmente no século XIX e início do século XX, conhecido como período do ciclo da borracha, a Amazônia passa por intenso processo de industrialização visando o mercado dos Estados Unidos e posteriormente, na década de 1970, o Brasil, na tentativa de se adequar aos padrões mundiais de industrialização, o próprio governo federal passa a subsidiar a ocupação das terras e com o interesse técnico e político, usando como estratégia a implantação das redes de integração espacial da Amazônia. De acordo com Oliveira (2008):

No período áureo da borracha e no período mais recente da Zona Franca, as vozes dos simples e os conflitos são abafados. Todavia, as especificidades dos lugares da cidade determinam contradições e modos diferenciados de relacionamento dos novos sujeitos com o seu espaço. Neste sentido, a espacialização que se vai construindo num período e noutra corresponde também às reações coletivas e aos conflitos que passam pela cultura e pela memória, ou seja, por ações concretas dos vários sujeitos sociais que constituem a resistência coletiva à tendência homogeneizante que se lhes impõe (OLIVEIRA, 2008, p. 37).

Trazendo como exemplo a cidade de Manaus, que no período da borracha, era conhecida como cidade rica e progressiva por absorver um urbanismo higienizado e moderno, próprio para agregar a nova elite extrativista.

Neste contexto, novas avenidas são abertas e palacetes são erguidos sobre os igarapés que cortavam a velha cidade. Então, a população nativa que dependia dos igarapés para sua sobrevivência é sujeitada a habitar as margens do Rio Negro. Notadamente, os pobres não tinham espaço nestas novas configurações urbanas onde esconder os problemas sociais era necessário.

Oliveira (2008) esclarece:

Manaus ampliou seus domínios espaciais, com a interiorização pelas “terras firmes”, num modelo de ocupação mista, entre as intervenções planejadas pelo Estado (conjuntos habitacionais) e ocupações espontâneas. A malha urbana expandiu-se para longe das margens do rio Negro, esparramando-se pelos extensos platôs no sentido norte e leste. Na paisagem da cidade, os igarapés podem ser considerados lugares integrados de modos sucessivos e simultâneos às novas lógicas e dimensões de construção da cidade, que explicitam as contradições e as desigualdades sociais, concretizadas em desigualdades socioespaciais (OLIVEIRA, 2008, p. 33).

Novas formas urbanas são visualizadas ao passo que se ergue uma cidade no meio da selva, muda-se a dinâmica urbana, associada a eventos socioeconômicos e ao crescimento do mercado aos interesses políticos. Desta forma, Santos (1993): “O crescimento e, depois, o decréscimo de Manaus e Belém é o exemplo mais clássico desses impactos diretos a partir da decadência da extração e do comércio da borracha” (SANTOS, 1993, P. 25). Oliveira, (2008) acrescenta:

Na paisagem da cidade, os igarapés podem ser considerados lugares integrados de modos sucessivos e simultâneos às novas lógicas e dimensões de construção da cidade, que explicitam as contradições e as desigualdades sociais, concretizadas em desigualdades socioespaciais (OLIVEIRA, 2008, p. 35).

As novas lógicas da construção da cidade explicitam as desigualdades sociais e a segregação social do espaço, através das contradições da cidade moderna limpa e “sem problemas” aos casebres de palha construídos às margens do Rio Negro. A nova estrutura espacial urbana suntuosa e elitizada construída a partir da destruição da natureza local, em contraste com as novas periferias e a expansão da miséria presente na ocupação do espaço.

Os pobres da cidade eram ninguém, seus rostos queimados pelo sol, seus corpos impregnados do odor da borracha, suas mãos calejadas pelo manuseio de pedras e tijolos das grandes construções e de aparelhos eletrônicos, seus corpos cansados de uma jornada estafante numa linha de montagem não contam na espacialização da cidade. Eles são os outros e a cidade embelezada não tinha e não tem lugar para eles (OLIVEIRA, 2008, p. 36).

Ainda falando sobre o processo de urbanização das metrópoles da Amazônia, Belém também passou por um processo de modernização no seu espaço urbano no período da borracha. Neste período, a economia se apresenta como centro de intermédio de exportação de produtos (borracha, castanha e, posteriormente, madeira e minério). Portanto, a cidade passa por um grande crescimento populacional e se vê a necessidade de investimento em infraestrutura como calçamentos das ruas, abastecimento de água, assim também como iluminação e entre outros.

Rodrigues (1988) corrobora:

No contexto de crescimento e diferenciação interurbana acentuada, passaram a se destacar como principais agentes da produção do espaço urbano, além das camadas populares- na maioria migrantes do espaço rural ou de outras cidades menores-, O Estado, as empresas privadas voltadas para a exploração da matéria prima regionais e o capital imobiliário, que passou a exercer uma ação bem mais expressiva na definição da estrutura urbana (RODRIGUES, 1988, p. 97).

De acordo com Rodrigues (1996), após o declínio da borracha, Belém passa por um processo de paralisação de alguns setores da economia, estava praticamente arruinada mesmo tendo alguns setores com o potencial de crescimento como o da construção civil. Isso se deu devido aos baixos investimentos e a ausência de capitais. Deste modo, Belém continua como uma cidade predominantemente com a economia voltada para o setor de serviços. Todavia agora com serviços pobres (RODRIGUES, 1996, p. 98).

Na década de 1970, a Amazônia passa por um novo período de urbanização, desta vez motivado pelo processo de industrialização promovido pelo Governo Federal, na implantação de redes de integração do espaço, de comunicação, urbana e hidroelétricas. De acordo com Trindade Junior (2016), a urbanização da Amazônia, enquanto instrumento de ocupação, está relacionado a atração de frutos migratórios, organização do mercado de trabalho e o controle social (TRINDADE JUNIOR, 2016, p. 41).

Trindade Júnior (2016) destaca a revalorização da cidade de Manaus, que se tornou a metrópole da Amazônia, através dos incentivos fiscais voltados para a formação da Zona Franca de Manaus, e que essa dinâmica em grande parte foi responsável pelo processo de urbanização da Amazônia oriental, tendo como destaque a cidade de Belém, revitalizando sua importância alterando novos espaços econômicos. Diferente de Manaus, Belém não recebeu estímulo a partir do setor industrial de montagem, e sim, nos setores de comércio e serviços e as poucas indústrias instaladas eram voltadas para o beneficiamento de matérias-primas da região. Sobre o processo de urbanização na cidade de Belém, Rodrigues (1996) argumenta:

O lado perverso e excludente do processo de urbanização de Belém se apresenta reproduzindo e ampliando determinadas características históricas de sua estrutura econômica. Mantém-se a predominância do terciário no setor formal da economia, que, no entanto, tem a capacidade de absorver a parcela relativamente pequena da força de trabalho; o contingente de trabalhadores na indústria é ainda mais ainda insignificante inclusive qualitativamente, haja vista o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas locais; e, o exército industrial de reserva, mesmo subtraindo-se os que mesmo desempregados desenvolvem ocupações econômicas não formais, é escandalosamente expressivo. Essas características impõem relação de produção marcadas pelo desrespeito aos mais elementares direitos trabalhistas, por um lado, é um brutal quadro de exclusão socioespacial, particularmente, para uma significativa parcela de alienados do próprio mercado de trabalho (RODRIGUES, 1996, p. 108).

Com a implantação das rodovias, percebe-se uma mudança na paisagem, e as velhas cidades fluviais transformam-se em redes urbanas estruturadas para receber sedes de governo, instituições estatais e privadas. Inegavelmente, as novas estruturas urbanas explicitadas na reorganização das áreas físicas das cidades influenciam na precariedade das comunidades agrícolas, transformando-as em mão de obra barata para novas empresas. Trindade Junior (2011) acrescenta que a urbanização trouxe profunda reestruturação urbana e regional, implicando também na reestruturação do modo de vida que por sua vez, acompanha as transformações econômicas na Amazônia, não só no processo de desenvolvimento econômico como também se tornando condições para sobrevivência do espaço amazônico (TRINDADE JÚNIOR, 1995, p. 44).

O processo de urbanização na Amazônia é fortemente marcado pela interdependência do Estado e a sociedade civil. Neste caso, representado pelos empresários que aproveitaram a oportunidade de terras férteis e de mão de obra barata para se instalarem na região com o intuito de enriquecer.

Por consequência, as políticas públicas nunca foram voltadas para amenizar a situação precária na qual os moradores das regiões foram submetidos com a urbanização, especialmente com a questão da moradia, ocorrida pelas novas formas de produção e a transformações do espaço agrícola, e sim, voltada aos interesses políticos e econômico do Estado e das elites. Becker (1990) esclarece sobre a ação do governo frente urbanização na Amazônia:

Face a tais prioridades, é o próprio governo que passa a viabilizar e subsidiar a ocupação de terras à frente da expansão pioneira. Para tanto, numa poderosa estratégia, ele programa e impõe uma malha de duplo controle, técnico-político, sobre o espaço preexistente (BECKER, 1990, p. 13).

Desde o início, o projeto de ocupação das cidades da Amazônia previa uma urbanização feita através das políticas de integração do território (polos de crescimento) ou das políticas urbanas (urbanismo rural) desta forma, a isolada e vulnerável Região Amazônica experimenta uma urbanização feita a partir dos fluxos migratórios dos crescimento de vilas e cidades velhas, transformando-se em núcleos urbanos com população instável, caracterizado pelas forças de trabalho, aplicação de novas redes e o predomínio de uma política ideológica voltada aos interesses de grupos sociais. Santos (1993) complementa:

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis onde as personalidades notáveis eram os padres, o tabelião, a professora primária, o juiz o promotor, o telegrafista. Sede lugar a cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo

(antes vivia na capital) o veterinário, o bancário (SANTOS, 1993, p. 51).

Segundo Becker (1977), a população urbana da Região Amazônica passou de 34% para 45% entre as décadas de 1970 e 1980, uma mudança significativa, sobretudo nos aspectos econômicos, culturais e sociais da população nativa. Essas mudanças foram fortemente percebidas nas novas espacialidades de acordo com modelo de urbanização adotado em cada região.

Dentre os modelos de urbanização, destacamos a ocupação espontânea, ou seja, apenas induzido pelo estado, sem uma ligação direta, neste modelo: empresas privadas, grupos econômicos e fazendeiros individuais contratam os camponeses em regime de salário combinado para trabalhos como desmatamento para criação de pasto. Posteriormente, este trabalhador passa a trabalhar nas grandes obras públicas ou em mineradoras. Logo, configura-se a nova paisagem urbana, com uma cidade formada por comerciantes, fazendeiros, peões, funcionários públicos, pequenos produtores, migrantes sem terras.

A cidade toma forma, e fica perceptível a exclusão social a partir da ocupação do espaço e dos núcleos urbanos, ora expressando a pobreza eminente nas periferias com quarteirões de casebres de madeira em contraste com as grandes residências, fruto da exploração da mão de obra dos trabalhadores. Becker (1995) corrobora:

Quanto menor o núcleo, mas exclusiva a função de circular a mão-de-obra, mais precários os equipamentos e menor o seu tempo de permanência, o que lhes atribui o caráter dominante de espaço de reprodução. A relação do urbano com a mobilidade do trabalho é patente nos povoados e pequenas vilas. Estes surgem como pontos de aglutinação de mão-de-obra para abertura da região, seja na condição de "peões" assalariados, seja na condição de camponeses, pequenos produtores de alimentos para o próprio suprimento da força de trabalho local (BECKER, 1985, p. 365).

Ainda falando sobre o processo de urbanização das cidades da Amazônia, trazemos como exemplo as cidades médias de Itaituba, Altamira e Marabá, que fizeram parte do projeto de ocupação das fronteiras e integração do território defendido pelo governo federal. Desta maneira, o crescimento urbano dessas cidades foi favorecido pelas implantações das rodovias, que facilitou o acesso de pessoas, entrada e saída de produtos que antes eram feitas principalmente por vias fluviais. Essas mudanças transformaram significativamente as configurações espaciais, ligadas às diversidades culturais, econômicas e sociais, sobretudo no que se refere às políticas regionais e à sociedade civil.

Observamos o reflexo desta urbanização a partir da colonização das cidades localizadas às margens da Rodovia Transamazônica, que fazem parte de um projeto do governo federal para ocupação das fronteiras, destacamos a cidade de Itaituba, às margens do

Rio Tapajós, sede de área de colonização, posteriormente substituída pelas atividades de extração de ouro e por empresas privadas ligadas à pecuária. A cidade se constituía em uma rua central asfaltada, onde se localizava o comércio e uma agência bancária. Em contraste com essa realidade, encontram-se ruas de terra com seus casebres de madeira coberto por palha habitadas por imigrantes da Região Nordeste.

Já a cidade de Altamira faz parte projeto de integração e colonização (PIC) às margens do Rio Xingu. Segundo Becker (1990), tem um crescimento de 369% nas décadas de 1970 e 1980. Consequentemente, a cidade de Altamira recebe centenas de famílias incentivadas a investir na agricultura de cana de açúcar, pimenta do reino e cacau. A cidade expressa o novo modelo de vida urbana com comércio, sede de governo e bancos nas ruas principais. Sendo que as ruas tradicionais próximas às margens do Rio Xingu eram habitadas por novos comerciantes, funcionários públicos, antigos aviadores e fazendeiros.

Em 1974, novas políticas favorecem as grandes empresas e alguns colonos selecionados, essas possibilidades de trabalho atraem migrantes de diversas regiões do país. Porém, os grandes fluxos de trabalhadores encharcam a cidade, possibilitando a expansão em bairros periféricos, loteamentos e invasões que aos poucos vão sendo ocupados por trabalhadores rurais e urbanos.

Em Marabá, os conflitos entre o Estado e a sociedade civil ganham maior expressão. Localizada as proximidades dos rios Tocantins e Itabaiana, tinha como base de economia o extrativismo da castanha. Destaca-se por sua colonização espontânea voltadas ao interesse de exploração mineral e agropastoris, e por suas configurações espaciais advindas da urbanização e expressada em uma estrutura física tripartida: Cidade Velha, Nova Marabá e Cidade Nova.

A Cidade Velha compreende uma parcela da população que mantinha certo status financeiro e encontra-se em declínio, como antigos moradores da cidade, fazendeiros, aviadores, funcionários públicos.

A Nova Marabá, consiste em uma área urbana planejada pelo Estado, um espaço verde, usado para sediar prédios do governo, bancos, comércio modernizado, que posteriormente fora loteada e ocupada.

A Cidade Nova é a parte da cidade ocupada de forma espontâneas por trabalhadores temporários, que prestam trabalho para as grandes fazendas e garimpos.

Trindade Junior (2013) esclarece que processo de urbanização das cidades da Amazônia, demonstra segregação socioespacial a partir das diferentes formas de assimilar e

expressar o urbano, não só do espaço físico, mas também de novos valores da sociedade moderna.

A pretensão deste capítulo foi demonstrar o processo de segregação socioespacial que vem ocorrendo com a população pobre a partir da industrialização e das novas formas de produção do espaço pautadas em uma urbanização capitalista. Acreditamos que a exposição de recorte histórico, assim também como o aporte teórico nas perspectivas dos autores, sob o nosso objeto de estudo (segregação socioespacial) foram essenciais para estruturar nosso pensamento sobre nosso objeto de estudo.

No segundo capítulo: Altamira depois de Belo Monte: reestruturação da cidade e novas espacialidades. Analisa-se o processo de instalação da usina de Belo Monte em Altamira-PA e os processos decorrentes, em especial com a produção de novas espacialidades urbanas incluindo aí os Reassentamentos Urbanos Coletivos – RUC.

No terceiro capítulo, pretendemos expor o processo de segregação planejada vivenciada nos RUC, contextualizando o processo de remoção das famílias, buscando compreender como a segregação socioespacial continua naquele espaço, partindo do sujeito e sua percepção sobre o processo.

CAPÍTULO 2: PERSPECTIVA HISTÓRICA GEOGRÁFICA DA URBANIZAÇÃO DE ALTAMIRA.

Neste capítulo, analisa-se o processo de instalação da usina de Belo Monte em Altamira, Pará, e os processos decorrentes, em especial com a produção de novas espacialidades urbanas, incluindo aí os Reassentamentos Urbanos Coletivos – RUC.

Desta forma, acredita-se na necessidade de analisar as transformações atuais com base em determinações históricas que qualificam o processo de urbanização em Altamira ao longo do tempo

Assim, para melhor compreensão iremos explicar sobre três momentos que foram marcos no processo de colonização/urbanização/reurbanização da cidade de Altamira.

O primeiro, a partir das missões jesuíticas, abertura da estrada da volta grande do Xingu por Coronel Gaioso, surgimento do vilarejo de Altamira e o crescimento da economia da borracha.

Segundo momento, com a abertura da Transamazônica e os projetos de colonização da rodovia.

O Terceiro, com implantação da hidrelétrica de Belo Monte, e as redefinições da área urbana da cidade.

Nesta trajetória, trazemos ao debate, as inúmeras transformações que esses empreendimentos trouxeram para a cidade, tanto no espaço físico, como nas relações sociais e econômicas. Atreladas ao crescimento da cidade, surgem vários problemas sociais que estão diretamente ligados ao modelo de desenvolvimento capitalista adotado no país. Dentre eles, destaca-se neste estudo a segregação socioespacial sofrida pela população pobre de Altamira em diferentes momentos, firmando-se na atualidade nos obstáculos enfrentados pelas famílias remanejadas para os RUC.

2.1 Um histórico do processo de urbanização em Altamira

A cidade de Altamira foi criada a partir da Lei Estadual nº 1.234, de 6 de novembro de 1911, assinada pelo Dr. João Luiz Coelho, o então Governador do Estado do Pará. Altamira fica às margens do Rio Xingu e é conhecida como maior município do mundo em extensão territorial e está localizada a 818 km da capital Belém.

Com uma área territorial de 161.446 km², o que lhe dá a dimensão de maior município do mundo e com uma população estimada em 99.075 habitantes (estimativa elaborada pelo último censo IBGE (2010), trata-se de uma cidade-polo em franca expansão econômica e

demográfica, com significativo potencial de crescimento socioeconômico, cultural e político daquela mesorregião. A Figura 1 apresenta uma visão aérea da orla de Altamira em frente ao Rio Xingu.

Figura 1 - Imagem aérea da cidade de Altamira-Pará



Fonte: G1, acesso em abril de 2022.

A história de Altamira está marcada por três momentos históricos de crescimento econômico, que são eles: a economia da borracha, a abertura da Rodovia Transamazônica e a instalação da Hidrelétrica de Belo Monte.

Embora estes projetos tenham acontecidos em momentos diferentes da história, ambos têm algumas características em comum, o aumento populacional e a expansão da área urbana da cidade, surgimento da periferia e baixões e crescimento de inúmeros problemas sociais tendo destaque neste estudo a segregação socioespacial.

A correlação destes projetos de desenvolvimento sob uma perspectiva capitalista conflui para dinâmicas segregacionistas, onde o espaço urbano se divide de acordo com a classe social e poder econômico de cada pessoa. Foi a partir desse movimento que a população pobre foi pouco a pouco sendo excluída de usufruir dos bens da cidade até chegarmos ao momento atual com a remoção desta parcela da população das áreas de baixadas para os reassentamentos urbanos como parte de um projeto de reurbanização em decorrência da implementação de uma usina hidrelétrica na cidade.

a) Das missões jesuíticas à economia da borracha: o surgimento da área urbana de Altamira.

Historicamente, Altamira surgiu a partir das missões jesuíticas de 1750, com o objetivo converter a população indígena da região do Xingu. De acordo com Miranda Neto (2016) esta iniciativa de catequizar a população indígena pelos padres jesuítas fundaram uma rede de pontos de evangelização ao longo dos mais importantes rios da Amazônia, incluindo o Rio Xingu. Desta forma, o processo de evangelização da população indígena promoveu a invasão e controle territorial de inúmeros espaços até então desconhecido no cenário nacional.

Segundo Umbuzeiro (2004), a ocupação do Xingu pelos padres jesuítas se deu de forma lenta, pois era feita através de embarcações fluviais, onde eles enfrentaram grandes dificuldades devido a floresta ser densa e as corredeiras do rio. Auxiliados por índios nativos que conheciam o leito do rio, aos poucos, lentamente, ocuparam as margens do igarapé Panelas e Altamira.

Os padres jesuítas permaneceram na região do Xingu até meados do século XIX. Em 1760, sob a alegação de que o trabalho dos indígenas junto às missões estaria prejudicando a atividade da colonização, a Companhia de Jesus foi expulsa do Pará por ordem do Marquês de Pombal (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012).

Assim, foi a partir dos interesses da Igreja Católica de evangelizar os povos indígenas, atrelados ao interesse econômico de exploração da terra, domínio do território e exploração da força de trabalho que surge a vila de Altamira.

Figura 2: Altamira em 1896



Fonte: Voyage au Xingu – Henri Coudreau – 1897

A presença dos jesuítas foi de suma importância, pois como as missões foram estabelecidas em algumas localidades que mais tarde se tornaram cidades, como Gurupá, Porto de Moz e Souzel (Senador José Porfírio), a qual Altamira fazia parte. Souzel recebeu este nome em homenagem ao padre Torquato Antônio de Souza, que foi vigário na região.

Inicialmente, Souzel era um pequeno povoado com pouco mais de 50 cabanas sendo considerado mais tarde como vila núcleo de ligação entre as comunidades que se formavam ao longo do rio e principal centro econômico da região na época. No ano de 1874, com a aprovação da Lei nº 811, de 14 de abril, cria-se o Município de Souzel, onde se insere hoje, o município de Altamira.

É importante destacar, que com a saída dos jesuítas da região do Xingu, instituiu-se o poder dos coronéis, proprietários de grandes faixas de terra e que estabeleceriam o comércio de extrativismo de borracha entre outros produtos da natureza. Esta atividade se fazia bastante complexa devido às dificuldades de trafegar no Rio Xingu com as grandes cachoeiras, o que dificultava o escoamento de produtos pelas embarcações, haja vista, que por solo firme não existia estradas apenas algumas trilhas deixadas pelos jesuítas (UMBUZEIRO, 2012).

Neste contexto, atrelados a outros interesses pessoais, o Coronel Gaioso resolve iniciar uma empreitada de unir a foz do Rio Tucuruí a foz do Rio Joá, abrindo uma estrada no meio da selva. O ano de 1883 é marcado pela chegada de Coronel Raimundo José de Souza Gaioso e seus escravos se instalando na localidade onde hoje é o município de Altamira.

Segundo Umbuzeiro (2012), Coronel Gaioso era um produtor de café do Estado do Piauí, que decepcionado com a baixa do preço do café e queda da produção das suas fazendas no Maranhão e Piauí, viu na região do Xingu potencial de crescimento econômico através da extração do látex da seringueira, assim também como a produção de farinha.

Coronel Gaioso e seus homens desbravaram o alto do Xingu saindo da foz do Rio Tucuruí até a foz do Igarapé Joá. A viagem durou em torno de três meses e foi feita de forma rudimentar sem auxílio de engenheiros ou apoio governamental. É importante ressaltar que a missão foi realizada em período chuvoso da Floresta Amazônica e que durante a empreitada muitos homens, inclusive o próprio Coronel Gaioso, sofreram com malária e outras doenças típicas da região naquela época (MILEO, 2007).

Em 2 de abril de 1883 é finalizada a estrada desbravada por Gaioso com a chegada à foz do Igarapé Ambé, denominando o local de Fortaleza (que depois passou a ser chamado de Forte Ambé), seus escravos foram alojados rio acima, onde se formou posteriormente o núcleo urbano de Altamira (UMBUEIRO, 2012).

Durante algum tempo, a estrada aberta pelo Coronel Gaioso e seus escravos, serviu como principal acesso dos moradores da região por terra firme, pois antes o tráfego era pelo rio, onde se dividia em alguns trechos que poderiam ser feitos andando a pé e que era conhecida como estrada pública.

O trabalho de Gaioso mudou todo cenário acima da Volta Grande que antes da sua estrada só existia picadas na mata que era usada como trilhas para evitar o contato das embarcações com as cachoeiras.

Em 1897, Altamira já é conhecida como uma pequena vila, possuindo em torno de 20 casas, tendo à frente o Coronel Raimundo de Paula Marques e o Major Pedro de Oliveira Lemos, e seus familiares (UMBUEIRO, 2012).

Altamira cresce de forma considerável e suas atividades extrativista da borracha e em 1909 já é conhecida como uma vila adiantada, sobressaindo-se em venda e distribuição de látex entre o alto e médio Xingu. Campos e Abreu (1909) contribuem ao relatar alguns aspectos relevantes.

Alta-Mira já tem pretensões de cidadezinha, vai caminhando para tal e muitas induzem a crer que será a sede, importante, dos médios e alto Xingu. (...). Quanto ao desenvolvimento: Alta-Mira conta mais de cem casas, bem arranjado cemitério, quartel e cadeia; tem auctoridades legalmente constituídas, escola, collectoria, agência do correio e o commercio, que lá se faz, é importantíssimo, girando com centenas de contos. (CAMPOS E ABREU 1909, p. 136)

Como citado por Campos e Abreu (1909), o crescimento de Altamira chama atenção tanto nos aspectos populacional, como também como núcleo comercial. Em 1910, uma comissão composta por políticos e moradores influentes entrega ao governador um abaixo-assinado pedindo o desmembramento de Altamira do município de Souzel, alegando que Altamira já tinha estrutura física e econômica e seu total de habitantes já ultrapassavam da sua sede. Assim, em 1917, a vila de Altamira é oficializada como cidade (UMBUZEIRO, 2012).

Altamira desempenhou bem esse papel, chegando a superar o antigo núcleo de Souzel e se estabelecer como a cidade mais importante o alto e médio Xingu, como relata Miranda Neto e Herrera (2016).

Em 1917, a Vila de Altamira é transformada oficialmente em cidade-sede, tornando-se referência para as demais localidades da área. O pequeno núcleo se desenvolveu como entreposto comercial situado entre o Rio Xingu e uma estrada de variação¹, que se estendia por aproximadamente 60 quilômetros até o porto de Vitória. Gradativamente, a cidade de Altamira superava em tamanho e em estrutura a cidade de Souzel (atual Senador José Porfírio), tomando o lugar deste último como principal centro urbano do médio Xingu (MIRANDA NETO e HERRERA, 2016, p. 3).

Altamira tem um crescimento urbano e populacional considerável e boa parte desse desenvolvimento se deu devido sua localização geográfica servindo como entreposto da comercialização da borracha, assim também como pelos investimentos feitos pelo Coronel José Porfírio de Miranda Júnior, empresário da borracha e dono de vários entrepostos comerciais ao longo dos rios Iriri, Xingu e Curuá, principal representante político e considerado “proprietário do Xingu”. Uma das suas principais obras foi a melhoria da antiga estrada aberta por Coronel Gaioso, tornando-a particular e dessa forma tendo domínio da circulação de mercadorias entre as localidades vizinhas.

Como observamos, a cidade de Altamira tem um crescimento econômico ligado à expansão territorial e populacional, desta forma, em um curto espaço de tempo, passa de vila e ganha status de cidade, sendo o principal centro de negociação comercial da época. De acordo com Becker (1992), as cidades têm se constituído em bases logísticas de ocupação e organização do território, assim as cidades representam lugares atrativos para os migrantes, ao mesmo tempo que oferece maiores condições de se inserir no mercado de trabalho.

Altamira, assim como demais cidades da Amazônia, passa por um processo de colonização/urbanização marcado pela exploração do trabalho, desigualdade social, segregação espacial e exploração dos recursos naturais. De acordo com essa mesma autora, o

povoamento da Amazônia a partir da colonização se fez em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista (BECKER, 2015, p.4).

Em concordância com autora, observa-se inicialmente o crescimento da cidade de Altamira ligada à exploração da mão de obra local e posteriormente de migrantes nordestinos ligados ao extrativismo da borracha, das drogas do sertão e de minérios. Percebe-se, neste período, a desigualdade social refletida em diversos aspectos e neste caso em particular pelas condições de vida e moradia. Desta forma, é válido acrescentar que o crescimento econômico de Altamira se deu obedecendo às características específicas da história da Amazônia – extrativismo e produtor de matéria-prima sem a correspondência local de industrialização de seus respectivos produtos. Assim, sua base econômica extrativista se pautava até a década de 1930, na extração de borracha, da castanha-do-pará, da copaíba e da pele de animais (principalmente da pele da onça e do gato do mato) (MILEO, 2007, p. 56).

Como mencionamos anteriormente, Altamira tem seu desenvolvimento espacial e econômico a partir de alguns marcos históricos. No final do século XIX, devido à exploração da borracha como a principal atividade econômica da época, deu-se o primeiro inchaço populacional na região do Xingu, principalmente na cidade de Altamira, que tinha uma grande área de seringa nativa. A economia extrativista sustentava as oligarquias regionais - aviadores da borracha e da castanha - e os seringueiros e coletores de castanhas semiescravidados pela cadeia do sistema de aviação (BECKER, 2015).

Esses trabalhadores eram nordestinos, principalmente do Estado do Maranhão, que ocuparam o vale do Xingu e do Iriri e se dedicaram à extração da seringa. Esses primeiros trabalhadores são pioneiros dessa atividade que com o passar do tempo se adaptaram com os costumes ribeirinhos e se identificaram como povo da floresta. Becker (2015) corrobora ao dizer que as cidades da Amazônia assumem posição-chave frente às prioridades econômicas e geopolíticas de ordem interna e externa. Por um lado, essas são capazes de promover a solução tanto para o problema de matéria prima para região Sul e Sudeste, como também minimizar os conflitos da Região Nordeste com o desemprego (BECKER, 2015).

É válido ressaltar que o período da borracha na região do Xingu se deu de forma macrocefálica, ou seja, os núcleos urbanos eram comandados por Belém e Manaus que recebiam produtos das cidades intermediadoras das compras e distribuição da borracha, Altamira era um ponto de extração de compra e distribuição do látex.

A coleta da seringa era feita em algumas épocas do ano, nestes períodos os trabalhadores largavam suas atividades agrícolas e dedicavam-se à extração do látex.

Já nos anos de 1940, intensifica-se a exploração dos seringais nativos da região, incentivada pela demanda da borracha, inicialmente este trabalho era desenvolvido por trabalhadores nativos e índios, no entanto, a demanda era maior que o efetivo de mão de obra.

Com a chegada de trabalhadores nordestinos atraídos pela possibilidade de melhoria de suas condições econômicas, a cidade muda drasticamente seu aspecto físico.

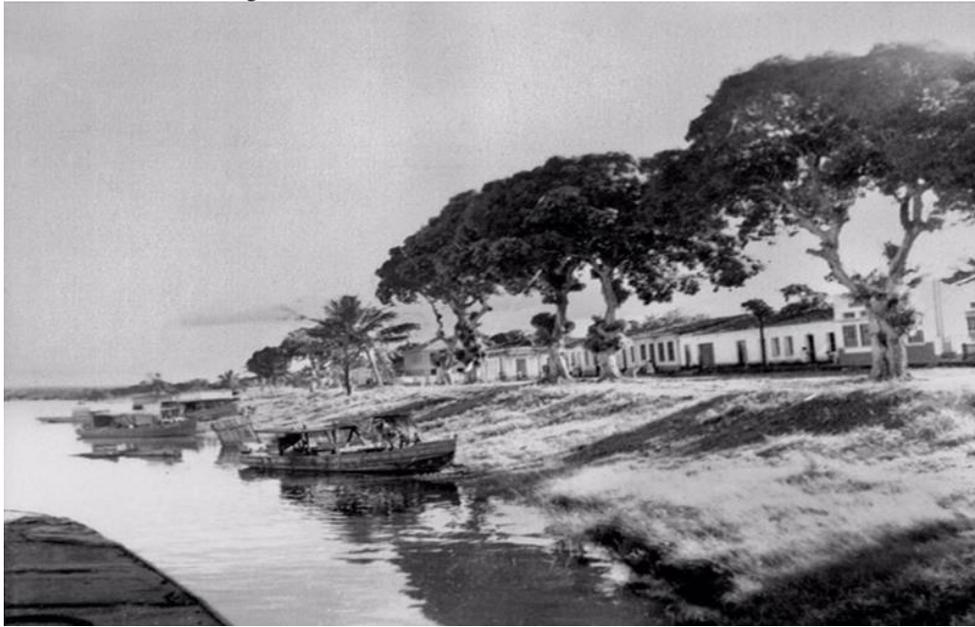
Segundo Miranda Neto (2015), Altamira já tinha um sítio urbano que se localizava entre o Rio Xingu e o Igarapé Altamira que era composto Avenidas Coronel José Porfírio, Sete de Setembro e Djalma Dutra e às Travessas Coronel Gaioso e Paula Marques, este espaço estava localizado a Igreja Matriz, a Prefeitura Municipal, comércio, alguns prédios públicos e algumas residências edificadas em tijolos cru e pau a pique.

A Rua Sete de Setembro, onde hoje se localiza o principal de comércio da cidade, era conhecida como “rua da palha”, considerada como periferia, pois estava mais afastada do centro e era ocupada por trabalhadores mais pobres em moradias rudimentares cobertas de palha.

Podemos dessa forma, perceber as diferenças sociais e econômicas expressadas a partir do espaço habitado, assim também como cultural, pois os migrantes traziam costumes de outras regiões o que tornou Altamira uma cidade hibridizada sem características culturais únicas.

Nas imagens a seguir observamos a rua principal que ficava localizada em frente ao Rio Xingu, onde moravam as pessoas com maior poder econômico, assim também como os prédios públicos, banco e o comércio.

Figura 3: Orla do cais de Altamirano ano de 1940.



Fonte:<http://altamira.pa.gov.br/portal/história/>acesso abril 2022

Na outra imagem observa-se a expansão da área urbana, com ruas mais afastadas da rua principal, onde os trabalhadores migrantes improvisam suas moradias de forma rudimentar.

Figura 4: Rua 7 de setembro, conhecida como rua da palha



Fonte:<http://altamira.pa.gov.br/portal/história/>acesso abril de 2022

De acordo com as imagens, já é possível identificar a classe social/econômica dos moradores de Altamira pelo espaço habitado e modelo de moradias, a segregação socioespacial apresenta-se através de grupos economicamente homogêneos ocupando espaços distintos na mesma cidade.

Vilaça (1988) explica que esse processo de segregação das pessoas pobres pelo espaço é permeado pela relação de poder. De acordo com este mesmo autor: “a segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço”. (VILAÇA, 1998, p. 150).

Este processo de afastamento das famílias pobres para áreas mais distantes do centro tende a aumentar com os novos fluxos de imigrantes para trabalhar nos seringais no período da Segunda Guerra Mundial. Sobre este assunto, Miranda Neto (2015) esclarece.

O período conhecido como “Batalha da Borracha” se refere ao momento em que os aliados deixam de ter acesso à produção asiática e, portanto, voltam à atenção para as antigas áreas produtivas. O afluxo de migrantes é reestabelecido com o deslocamento de nordestinos para as áreas extrativas, denominados “soldados da borracha”. Trata-se de uma fase curta, porém importante para a cidade, uma vez que manteve a importância deste centro urbano no médio Xingu, inclusive com instalação de estradas e novos equipamentos (MIRANDA NETO, 2015, p. 112).

Corroborando com a temática Mileo (2007) acrescenta que os trabalhadores que foram recrutados para trabalhar na região do Xingu neste período eram chamados de “soldados da borracha”. Essa atividade extrativista garantia a manutenção do poder dos grandes seringalistas (MILEO, 2007, p. 56).

Ainda falando sobre as mudanças estruturais da cidade de Altamira neste período, Miranda Neto (2015) acrescenta que Altamira teve um crescimento populacional de 24% na zona rural devido à atividade extrativista, já na zona urbana não foi tão relevante com apenas 126 habitantes.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a substituição da matéria-prima vegetal para sintética, fica evidente o fim da economia extrativista da borracha. Com o declínio da borracha, Altamira passa por um período de restrições financeiras e os moradores que sobreviviam dessa atividade, tiveram que sobreviver da caça, da pesca, de pequenas atividades agrícolas e do extrativismo de produtos regionais. Sobre este aspecto, Miranda Neto (2015) acrescenta.

Altamira se caracterizava como uma cidade ribeirinha, com economia essencialmente rural e uma malha urbana residual. A crise da borracha havia produzido uma relativa estagnação econômica e, como consequência, a urbanização

se processava de forma lenta, bem diferente do ritmo que se impôs nos anos subsequentes (MIRANDA NETO, 2015, p. 130).

De acordo com este mesmo autor, com o fim das atividades extrativista da borracha foram necessárias novas políticas que viabilizassem a continuidade das famílias na região. Uma dessas propostas era a aberturas de rodovias para facilitar o escoamento da produção rural para a cidade e fixar as famílias no campo. As rodovias de penetração tinham objetivo de conectar Altamira com as comunidades agrícolas, essa atividade foi importante, pois aumentou a população da cidade.

A crise da borracha trouxe uma estagnação econômica e a cidade de Altamira tem seu crescimento urbano lento, além das atividades agrícolas e da pecuária, a venda de peles de animais para exportação do mercado americano e europeu superou o extrativismo vegetal e passou a representar uma das principais atividades do setor primário.

No final da década de 1960, Altamira começa a se destacar na agricultura, sendo a qualidade das terras próximas ao núcleo urbano, propícia para o cultivo de arroz, milho, feijão e mandioca, um dos pontos favoráveis. Entretanto, não havia estradas que ligassem Altamira às outras regiões do país, somente as estradas vicinais e a estrada para o porto de Vitória onde se escoava os produtos agrícolas para a capital e demais regiões.

No início da década de 1970, o Governo Federal inicia os projetos de integração da cidade de Altamira com as demais regiões do país, com o projeto de colonização de mais de 5 mil quilômetros com a abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230). Essa nova fase de crescimento econômico que vai da década de 1970 à década de 1990, Altamira passa a ser polo de desenvolvimento da região e posteriormente como a cidade que absorve um grande número de trabalhadores nordestinos devido o fracasso da colonização dirigida.

A cidade continua seu processo de expansão urbana e novas estruturas são percebidas na cidade, a Rua Sete de Setembro, antes conhecida como Rua da Palha, agora se torna a principal rua do comércio local e mais uma vez a população pobre não consegue se manter em suas moradias e passam a ocupar as áreas das baixadas no leito do Igarapé Altamira, próximo as principais ruas formando a comunidade do Açaizal. O processo de expulsão adensa e muda as características de ocupações antigas e de onde a cidade era voltada para o rio.

A urbanização das cidades da Amazônia seguindo o modelo capitalista não valoriza as características regionais, e a cidade cresce dando as costas para o rio, assim como o progresso não atende a população local. O mapa a seguir mostra a localização da antiga comunidade do Açaizal.



Mapa 1 – Localização da Ocupação do Açaizal
 Fonte: Acervo Lepurb (2022); Base de dados do IBGE (2010)

No decorrer do processo de desenvolvimento da cidade com novas demandas populacionais, os baixos rendimentos e o aumento do valor das terras e das moradias, outras comunidades vão se formando em torno dos igarapés Amber e Panelas.

Esse movimento representa a primeira formação centro-periferia de uma forma mais perceptível, a divisão social do espaço por classes econômicas. Essa população homogênea representa a resistência das famílias pobres que lutam por permanecer na cidade mesmo sem condições financeiras de comprar uma moradia em terra firme.

b) A abertura da Rodovia Transamazônica e os projetos de colonização.

O segundo período econômico relacionado à expansão urbanística da cidade de Altamira se deu através dos projetos de integração da Região Amazônica com as outras regiões do país, principalmente com a abertura da Rodovia Transamazônica (BR 230).

Figura 5 - Trecho de desmatamento da floresta para a construção da Rodovia Transamazônica



Fonte: <http://altamira.pa.gov.br/portal/história/acesso> abril de 2022

Em 1972, sob a presidência do General Emílio Garrastazu Médici, a Rodovia Transamazônica (BR-230) é inaugurada e passa a constituir o principal arco de ligação entre a região do Xingu e os centros mais dinâmicos do país (MIRANDA NETO, 2015).

O objetivo maior era tornar a Amazônia integrada ao mercado mundial e fazer o aproveitamento do grande potencial natural existente, através das concessões do Estado aos detentores do poder econômico (PICOLI, 2006, p. 39).

Ainda falando sobre o processo de colonização da Amazônia, Miranda Neto e Herrera (2017) contribuem.

A forte migração interregional de trabalhadores na abertura das frentes de expansão, sobretudo ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230), se deu a partir da década de 60 sob a égide do Governo Militar. Inaugurada em 1972, a rodovia fazia parte da ação geopolítica do governo brasileiro para a Amazônia com vistas a explorar novas oportunidades econômicas (MIRANDA NETO E HERRERA, 2017, p. 39).

Segundo os autores, a abertura da Rodovia Transamazônica produz uma nova racionalidade, principalmente com o aumento populacional tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Para atrair essa nova demanda populacional, o governo federal desenvolveu um programa em que seu principal atrativo era oferecer terras férteis para a população nordestina que sofria com as secas, além das terras, o governo também oferecia assistência técnica e financeira. Assim, milhares de trabalhadores se aventuraram em ocupar uma área de terra no perímetro da estrada, sendo o perímetro de Altamira até Itaituba o mais povoado.

A proposta de colonização era complexa e desafiadora com um sistema definido em três níveis hierarquizados compostos por agrovilas (menor unidade urbana, essencialmente residencial), as agrópolis (pequeno centro-urbano e administrativo) e as rurópolis (o centro principal de uma comunidade rural). É importante destacar que Altamira embora não fosse oficialmente uma rurópolis, funcionou como, por ser polo centralizador entre as demais localidades, sobretudo, por oferecer serviços essenciais como educação e saúde.

O projeto integrado de colonização (PIC), foi a primeira forma de assentamento rural realizado pelo Incra. Mediante incentivos fiscais, concessão de recursos federais e propaganda governamental, milhares de trabalhadores migraram para a região em busca das promessas de terras (ROCHA, 2010, p. 19).

Conforme comenta o autor, mesmo com todos os planejamentos, a colonização dirigida do governo militar não prosperou devido à falta de coordenação, na emissão dos títulos das terras e nos financiamentos bancários. De modo que a população ficou abandonada nos trechos da estrada passando por todo tipo de dificuldades.

Com o passar do tempo, o sonho desses agricultores em ter uma terra, tornou-se um pesadelo devido à falta de condições financeira, das doenças causadas pelos insetos em período chuvoso e sobretudo pelos conflitos agrários. Sobre este aspecto, Mileo (2007) acrescenta.

A colonização foi operacionalizada sem uma infraestrutura adequada e sem um planejamento coerente com as diversidades naturais locais, sem estudos do relevo, da qualidade dos solos e disponibilidades de água, provocando uma série de transtornos para os colonos ali assentados com promessas ufanistas e em condições precárias. Diante das dificuldades verificadas na rodovia, o INCRA deixou de estimular o assentamento de colonos a partir de 1974, assumindo somente o papel de regularização fundiária (MILEO, 2007, p. 58).

Embora tenha fracassado o projeto inicial de colonização dirigida da Rodovia Transamazônica, a abertura da estrada propiciou a região um novo modelo econômico não ligado ao extrativismo vegetal e animal.

Em 1974, o governo inicia o projeto de incentivo ao crescimento das cidades da Amazônia, conhecido como projeto POLAMAZONIA, sendo Altamira um desses polos. O objetivo desse projeto era dar continuidade aos negócios na região, assim também como incentivar novos empreendimentos através de créditos fornecidos pelo Banco da Amazônia (BASA).

Os programas desenvolvidos entre as décadas de 1970 e 1980 resultaram em um rápido crescimento demográfico, aumentando significativamente a população que residia entre o Rio Xingu e a rodovia, essa população passou a ocupar as cidades já existentes, já que

a proposta de um urbanismo rural não tinha prosperado. Altamira se torna o elo entre os antigos núcleos ribeirinhos, como Porto de Moz e Senador José Porfírio e as novas cidades surgidas ao longo da BR-230, como Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Pacajá e Anapu.

Conseqüentemente, Altamira como cidade polo sente novamente o inchaço populacional, apresentando como uma das principais conseqüências, a ocupação desordenada das áreas próximas aos igarapés Altamira, Ambé e Panelas que cortavam a cidade, assim também como o surgimento de novos bairros na periferia urbana.

As condições de vida e moradia dessas pessoas eram precárias, as casas eram do tipo palafitas (autoconstrução feita de madeira) e estavam sujeitas a alagação no período do inverno com o aumento do nível das águas.

A autoconstrução, uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos (KOWARICK, 1979, p. 57).

A abertura da Rodovia Transamazônica e dos projetos de colonização da região impulsionaram o processo de mudança da estrutura física da cidade, que recebeu estruturas importantes como cais de saneamento e sistema de abastecimento de água. Entretanto, estas obras só beneficiavam as áreas centrais conhecidas como centro histórico, sendo que a cidade crescia da mesma forma que crescia a pobreza para as áreas periféricas.

Com esse quadro de crescente pobreza decorrente das migrações com a abertura da Transamazônica, a prelazia do Xingu resolve intervir na organização da cidade e nos problemas da moradia, loteando uma área pertencente à Igreja Católica localizada na parte norte da cidade, próximo aos bairros Aparecida e Boa Esperança.

Embora o Padre Frederico Tschol, responsável por organizar o loteamento tenha feita a divisão dos terrenos de forma que não ultrapassasse área de terra firme, a população que não conseguiu comprar uma casa de maneira formal acabou invadindo as áreas de baixadas do Igarapé Ambé, próximas ao loteamento oficial, dando origem a mais um baixão conhecido como a Invasão dos Padres, uma imensa favela com um aglomerado casas de palafitas, sobre as pontes de madeira sem saneamento ou água tratada.

Embora a prelazia tivesse o direito de desapropriar a população, não o fizeram devido à grande pobreza e necessidade que passavam as famílias.

Ainda falando sobre a formação dos baixões, a prelazia do Xingu criou o “Projeto de Olarias Aparecida” (OLAP), o projeto tinha como objetivo incentivar a produção de tijolos artesanais e melhorar a renda das famílias pobres, desta forma foi cedido a algumas famílias uma área onde durante o verão era depósito argiloso dos igarapés Ambé e Altamira para que

as famílias pudessem produzir. No entanto, o loteamento espontâneo foi se formando e o que era inicialmente um local para trabalho, tornou-se a morada de muitas famílias que chegaram para a cidade com a abertura dos garimpos da Ilha da Fazenda e Ressaca, dando origem ao Baixão das Olarias, Prainha e Rua da Peixaria.

Desta forma, grandes áreas de favelas foram contornando os igarapés que cortavam o centro e a entrada da cidade, mudando não somente os aspectos físicos, mas também as relações sociais, econômicas e culturais. Vale ressaltar que a pobreza eminente refletia a falta de compromisso com as pessoas pobres nos processos de expansão urbana decorrente da implementação dos projetos econômicos na região.

Neste momento, observa-se o processo de segregação a partir da divisão da cidade entre as pessoas que residiam em terra firme e as pessoas que residiam nos baixões (áreas de várzeas da cidade sujeita a alagação no período de cheia do rio).

As áreas conhecidas como baixões são características das cidades da Amazônia, como uma espécie de favelas, essa expressão utilizada para caracterizar as áreas de várzeas ocupadas por pessoas mais pobres, tem sua origem na cidade de Belém.

De acordo com Abelém (1989), essa expressão baixão se deu inicialmente no final da década de 1940, quando a cidade de Belém tem acentuado crescimento urbano, de acordo com que a cidade ia crescendo, ia surgindo os acidentes hídricos devido aos rios e igarapés que cortavam a cidade, assim, ao invés de resolver estes problemas, eles ocupavam os terrenos das cotas mais altas. Todavia, estes terrenos das cotas mais altas se tornaram inviáveis para a classe mais pobre, que encontraram como opção de moradia a ocupação das partes baixas da cidade, as baixadas conhecidas posteriormente como os baixões.

O termo baixão ou baixada passou a ser empregado oficialmente pelo setor público na década de 1970, caracterizando-as por estarem situadas abaixo da cota altimétrica de 4,0 metros, ou seja, são áreas consideradas sujeitas à alagação (SUDAM; DNOS; PARÁ, 1976).

Nas imagens abaixo é possível visualizar os baixões em períodos seca e cheia dos igarapés.

Figura 6 - Baixão do bairro Boa Esperança em período de seca



Fonte: G1, acesso em abril de 2022

Figura 7 - Baixão do Tufi em período de cheia do igarapé Altamira



Fonte: G1, acesso em abril de 2022

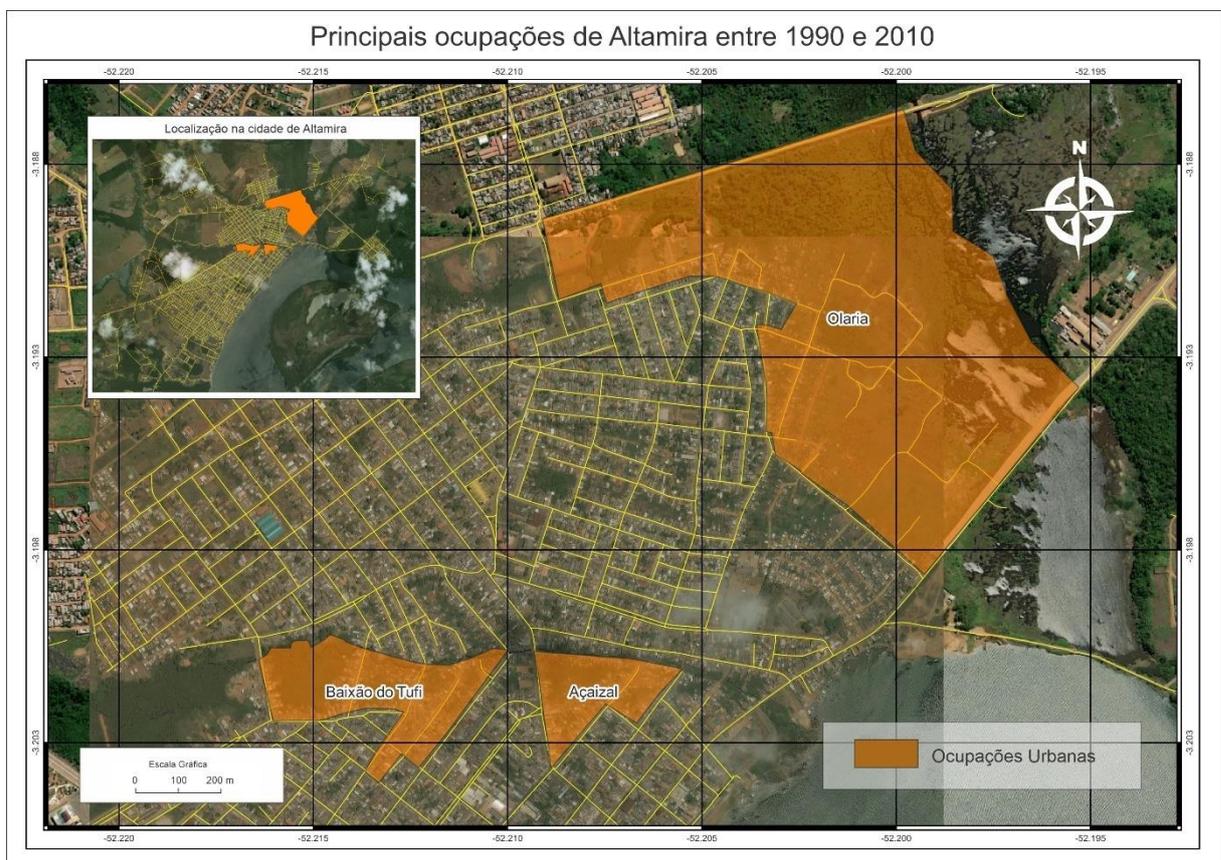
A população pobre de Altamira, sem alternativa de moradia digna aos poucos ocupam as margens dos igarapés que cortam a cidade, tal como ocorreu em Belém. Sob este aspecto Abelém (2018) acrescenta:

Com a corrida do campo para a cidade e de cidades menores para a capital, além da pressão exercida pela população nativa sem condições econômicas, o problema

habitacional se agrava, as áreas alagadas de Belém, “as baixadas”, vão se transformando em enormes “favelas” (ABELÉM, 2018, p. 50).

Como retrata a autora, a ocupação das baixadas tanto na cidade de Belém como na cidade de Altamira, por consequência do crescimento urbano, revela a face mais cruel da exclusão social à exclusão pelo espaço.

De acordo com que a cidade de Altamira ia crescendo, evidenciava novas configurações espaciais e a segregação socioespacial, pois embora, a maioria dessas famílias estivessem localizada nas áreas centrais da cidade elas não eram assistidas em suas necessidades básicas, sendo a moradia a forma mais explícita de exclusão. No Mapa 2 é possível visualizar os principais “baixões” de Altamira entre a década de 1980 a 2010.



Mapa 2 – Principais ocupações em Altamira entre 1990 e 2010
Fonte: Acervo Lepurb (2022); Base de dados do IBGE (2010)

A segregação urbana se expressa, por exemplo, na morfologia profundamente desigual das habitações, na dificuldade e/ou acesso a centralidade urbana e aos serviços e hoje marcadamente pela quase impossibilidade da presença na cidade de grande parte de seus habitantes (ALVAREZ, 2013, p. 113).

Sobre esse processo de ocupação das áreas impróprias e periféricas da cidade pela camada mais pobre da sociedade, Maricato (2015) reflete sobre o papel do Estado e do setor imobiliário que trata a terra como mercadoria e aproveita os momentos de crescimento populacional da cidade para lucrar em cima do espaço urbano aumentando o preço dos terrenos e das moradias e dessa forma excluindo as classes trabalhadoras mais pobres de usufruir dos serviços da cidade.

Essa mesma autora, acrescenta que a classe trabalhadora, em sua grande maioria, como domésticos e informais, buscam nas cidades em primeiro momento moradia e serviços públicos. No entanto, os capitais que ganham com a exploração do solo, não possibilitam que essas pessoas residam nas áreas centrais da cidade devido o alto custo das moradias, para eles a cidade é uma mercadoria e a renda imobiliária o motor central.

Maricato (2015) acrescenta.

A renda fundiária ou imobiliária aparenta ser uma riqueza que flutua nos espaços e aterrissa em determinadas propriedades, graças atributos que possa estar até mesmo fora delas, como por exemplo investimento públicos ou privados feito nas proximidades (MARICATO, 2015, p. 23).

Maricato (2015) nos chama atenção para uma característica comum no processo de colonização/urbanização/reurbanização das cidades, que é a vinda de milhares de trabalhadores de outras regiões do país para trabalhar em empreendimentos públicos e privados.

Esse movimento expande a área urbana da cidade e gera inúmeros problemas, uma vez que as cidades não estão preparadas nem em estrutura física, tampouco em redes de serviços, para atender essa nova demanda, promovendo a segregação socioespacial.

Similarmente, Miranda Neto (2015) relata que diferentemente do que anunciava o governo sobre o desenvolvimento da região a partir dos novos empreendimentos, o que se observou foi uma expressiva mudança no contexto urbano da cidade a partir intenso fluxo migratório que, conseqüentemente gerou um excedente populacional, potencializando as desigualdades sociais, sobretudo nos espaços habitados e nos tipos de moradia. Assim, o que inicialmente seria a solução da questão do desemprego no nordeste e falta de mão de obra para os projetos desenvolvidos na região, transformaram-se em aglomerados humanos vivendo em condições escassas, sendo este fenômeno recorrente em Altamira.

Herrera, Moreira e Bezerra (2014) contribuem de forma expressiva ao afirmar que o processo de colonização da Amazônia de certa forma subsidiou evasão de grande parte do

excedente populacional da Região Nordeste com a dilatação da fronteira agrícola. No entanto, essa dinâmica se caracteriza como concentração da propriedade, de renda e poder, que reproduz e mantém as relações sociais de marginalização e exclusão da população mais pobre. Becker (1990) esclarece sobre o processo de colonização e contribui ao apontar a forma como o governo estabelece essa ocupação de forma dirigida.

Na verdade, trata-se de um processo de distribuir a terra sim, mas sob o controle do Estado, estimulando, orientando e/ou prevenindo os movimentos espontâneos da população. A colonização é um movimento que tira o controle da terra dos governos estaduais, para o governo central é entendida como capaz de solucionar conflitos sociais, absorvendo produtores sem-terra povoar as fronteiras inclusive em locais estratégicos e ao mesmo tempo criar bacias de trabalhos locais (BECKER, 1990, p. 27-28).

Machado (1999) esclarece que a implantação de núcleos urbanos foi parte essencial da estratégia de ocupação induzida da fronteira. Inicialmente, os núcleos urbanos cumpriram algumas funções estratégicas como receber e agregar populações imigrantes e dar suporte às atividades rurais, com a oferta de bens e serviços de apoio à produção rural. Com a expansão e urbanização, a estrutura que fundamenta o sistema de povoamento regional se torna claramente urbana.

Picolo (2006) acrescenta que o processo de colonização da Amazônia não teve como objetivo beneficiar o caboclo da Amazônia e nem tão pouco resolver a questão da fome do Nordeste ocasionada pela seca. O objetivo da colonização das fronteiras amazônicas foi unicamente atender aos interesses das empresas nacionais e internacionais. Desta forma, fica evidente a ausência do governo em resolver os problemas adjacentes ao processo de urbanização das cidades, de tal forma que seus reflexos são sentidos até os dias atuais.

Nas décadas de 1980 e 1990, o contingente populacional urbano da cidade de Altamira aumentou consideravelmente devido grande fluxo de trabalhadores que se dirigem para as áreas de garimpo próximas a Altamira (Ilha da fazenda e Ressaca). Grande parte dessa população, principalmente as famílias dos garimpeiros deslocaram-se para Altamira em busca de serviços essenciais como educação e saúde, todavia, o sistema de rede da cidade já era precário e com o aumento do fluxo tornou-se ineficiente. Miranda Neto e Herrera (2016) destacam o crescimento populacional da cidade de Altamira e a mudança da estrutura da cidade:

Ao longo desse processo, temos a primeira grande fase de crescimento da população total do município de Altamira, que triplicou entre 1970 e 1980, passando de 15.345 para 46.509, respectivamente. O crescimento da população urbana é, também, significativo, passando de 5.374 em 1970 para 26.911 em 1980, multiplicando cinco vezes em apenas uma década (MIRANDA NETO e HERRERA, 2016, p. 3).

É importante destacar que Altamira exerce um importante papel de centralidade com as novas cidades que se formaram na Rodovia Transamazônica, como também as que estão localizadas no leito do Rio Xingu. Desta forma, Altamira passa ser o ponto de referência e circulação de pessoas e mercadorias.

Nos anos 1990, Altamira passa por um processo de estagnação em investimento de recursos tanto da esfera federal como da estadual. A euforia econômica dos anos 1970 morreu; o comércio definhou; a cidade de Altamira se esvaziou. Não só as vicinais não tinham sido abertas, mas a própria Transamazônica, que era logotipo e o suporte de toda a arquitetura da colonização não era mantida e se tornava intrafegável (MILEO, 2007, p. 61).

Como aponta autora, a cidade de Altamira teve um crescimento expressivo na década 1970, agora se depara com inúmeros problemas, sobretudo na infraestrutura da cidade, os novos bairros sobrevivem com severas limitações quanto ao saneamento básico, à distribuição de água, energia e serviços como escolas e postos de saúde.

Negri (2008) reflete sobre este modelo de urbanização adotado nas cidades da Amazônia e compara aos projetos urbanísticos utilizadas nas demais regiões do país, onde para favorecer o embelezamento da cidade ou para receber algum empreendimento, os pobres são afastados para as periferias da cidade onde não são assistidos nem nas suas necessidades básicas, além da dificuldade de acesso a ao trabalho e a educação. O autor pontua que se trata de perpetuar a pobreza através da segregação socioespacial, pois através da segregação do espaço lhes são tiradas as possibilidades de ascensão econômica e social dessa camada da sociedade.

Lefebvre (1999) esclarece que a urbanização das cidades não diz respeito às mudanças das formas espaciais, mas sobretudo, às formações socioespaciais, que revelam diferentes maneiras de se expressar o urbano, desde aquelas que categoricamente propagam os valores da sociedade moderna, no sentido da difusão da urbanização da sociedade. Destarte, é importante lembrar que as cidades expressam o pensamento capitalista de ascensão dos ricos e exclusão da pobreza, refletidos nos espaços habitados, mas acima de tudo, na desigualdade social, na falta de oportunidades de educação, emprego, saúde, entre outros fatores, o de desenvolver um pensamento crítico que leve a busca de seus direitos como cidadão.

Ainda falando sobre as mudanças nos aspectos físicos e sociais de Altamira nos processos de crescimento urbano decorrente dos empreendimentos econômicos, destaca-se que existia grande dificuldade quanto à questão da moradia para os migrantes, principalmente pelo fato dos lotes urbanos que serviam para construção de reassentamentos pertencerem a

fazendeiros das famílias tradicionais da cidade, o que dificultava a compra por parte dos trabalhadores, sendo possível a criação desses novos bairros somente a partir da compra por parte da prefeitura e imobiliárias particulares.

Este movimento de poder sobre a terra demonstra a segregação histórica que a população mais pobre de Altamira está enfrentando. Para Negri (2008), é através da segregação socioespacial que a classe alta controla e produz o espaço urbano, de acordo com seus interesses. Assim, trata-se, portanto, de um caso de efeito do espaço sobre o social. (NEGRI, 2008, p. 130).

De acordo com o Relatório do Plano Diretor de Altamira (2010), foi através do intermédio da prefeitura e de empresas privadas que foram concluídos os primeiros loteamentos que hoje são bairros da cidade: Brasília, Liberdade, Jardim Iracema, São Sebastião, Jardim Altamira, Cooperfron I e II, Colinas, Esplanada do Xingu, Jardim Primavera e o Jardim dos Estados. Além desses loteamentos, foram criados em terras pertencentes à prelazia do Xingu, Os Loteamentos Aparecida I, II e III (ALTAMIRA, 2010).

Naquele período, a criação desses novos bairros não resolveu o problema da habitação em Altamira, haja vista, que população carente da cidade, que já estava instalada nos “baixões” localizados mais próximas do centro da cidade, o que favorecia o uso dos serviços públicos e a realização de suas atividades econômicas. Miranda Neto (2016) acrescenta.

Não obstante tais iniciativas, a autoprodução de moradia sem áreas sujeitas a alagamentos se tornou inevitável, notadamente entre 1990 e 2000, a exemplo de Prainha e Baixão do Tufi. Grande parte desses assentamentos se localiza em áreas cujas habitações crescem na medida em que chegam novos habitantes e são acessíveis somente através de pontes improvisadas pelos moradores (MIRANDA NETO, 2016, p. 137).

Como relata o autor, Altamira passa para a nova etapa de crescimento populacional com sérios problemas na infraestrutura urbana da cidade.

Um grande número de pessoas habita o “baixões” que estão localizadas por toda cidade, nas áreas centrais, próximas ao rio, na entrada da cidade pela Rodovia Ernesto Acirole e também em bairros afastados. Essas pessoas vivem em condições precárias, com moradias autoconstruídas com sobras de madeiras e outras matérias, as casas, quase sempre em estilo palitas, desafiam a engenharia e se mantêm em pé em cima de estacas quase sem sustentação.

Ruas em cima de pontes de madeira rudimentar formam um labirinto de casas que se perdem nas grandes áreas dos igarapés. Sem saneamento básico, sem distribuição legal de energia elétrica e vivendo em extrema pobreza essas pessoas estão largadas a sua própria sorte, desassistidas do mínimo que se possa esperar do estado.

De acordo com Becker (1999), embora inicialmente a urbanização das cidades da Amazônia tenha aspectos homogêneos, a partir da década de 1960, percebe-se significativa mudança devido os projetos de expansão capitalista do país.

Ainda de acordo com esta mesma autora, ela chama atenção para alguns tipos de urbanização, a urbanização espontânea que consiste em incentivar a apropriação privada de terras por empresas; a urbanização dirigida pela colonização particular, que consiste no recrutamento de pessoas por empresas especializadas; urbanização dirigida pela colonização oficial, pautada no modelo de urbanismo o Instituto Nacional de Colonização e paisagem e na organização e produção da Reforma Agrária (Incra); urbanização dos espaço de grandes projetos: projetos econômicos e de infraestrutura públicos e privados e urbanização tradicional, em que acontecem poucas mudanças e estão relacionadas às cidades em frente aos rios com pouca visibilidade na economia nacional (BECKER, 1999).

Altamira tem sua urbanização em diferentes momentos baseadas nos principais modelos de urbanização citadas pela autora. Tanto nas primeiras décadas do século XX com a expansão da economia da borracha que significou o crescimento da área urbana da cidade, assim também como a disponibilização de serviços como saúde, educação, energia elétrica, pavimentação das ruas principais, como na década de 1970, com abertura da Rodovia Transamazônica, onde Governo Federal inicia seus planos de integração regional com vistas à colonização dessa área. Entretanto, com o crescimento populacional, observa-se o afastamento das pessoas mais pobres para áreas mais afastadas, onde através dos modelos de moradia é que se evidenciam a condição econômica dos moradores.

O crescimento da cidade de Altamira ligado aos empreendimentos econômicos em diferentes momentos, destacam-se pelo afastamento das pessoas mais pobres das áreas centrais da cidade. Todavia, com o passar do tempo, as áreas que eram consideradas periféricas são consideradas centrais, pois a cidade cresce e ocupa áreas bem mais distante. No entanto, a população mais pobre historicamente estabelecida nestas áreas resiste à pressão que setores governamentais e privados que operam na intenção de remover as pessoas que viviam em cortiços, becos, vielas, baixões, invasões, entre outras.

Embora houvesse segregação socioespacial nestes dois momentos, o fato dessa população ocupar áreas centrais, mesmo em condições precárias, ainda lhes promove algumas vantagens em relação à mobilidade, lazer, emprego e acesso a aparelhos públicos.

Este movimento de afastamento dos pobres das áreas centrais das cidades nos leva a crer na continuidade do pensamento político capitalista que se perpetuou nos processos de urbanização, reurbanização e embelezamento das cidades brasileiras em diferentes momentos,

explicitando este pensamento, Mora (2010) fala sobre o processo de afastamento dos pobres na cidade do Rio de Janeiro e o surgimento das favelas, do mesmo autor, acredita-se que tal fato possa representar a realidade vivida pelas famílias mais pobres em Altamira.

[...] as famílias excluídas do mercado imobiliário e das políticas compensatórias da Habitação de Interesse Social procurem nos interstícios da urbanização formal locais de escasso valor fundiário, em decorrência da localização: distante, em encostas ou áreas inundáveis. As casas são construídas pela própria família, parentes e amigos, que utilizam como materiais de construção elementos reciclados ou de baixa qualidade (MORA, 2010, p. 3).

Tal como retrata o autor, as famílias que aos poucos ocuparam as áreas de várzea em Altamira eram trabalhadores pobres que em diferentes momentos de crescimento econômico da região buscaram melhoria de vida, todavia, a moradia em uma sociedade capitalista está atrelada as condições econômicas da cada pessoa. Embora o direito à moradia seja incontestável e assegurado pela constituição nacional e pelos direitos humanos, a grande maioria da população que vive na área urbana da cidade vive em condições precárias nas favelas, baixadas, encostas de morros, áreas distantes e perigosas nas periferias da cidade.

O direito à moradia pode ser definido como ter um lugar adequado para morar, com dignidade e saúde. Este direito vem sendo negado a estas comunidades no decorrer do desenvolvimento da cidade. Na recente história Altamira receber Belo Monte e mais uma vez a população sentir os impactos dos projetos implantados nas cidades da Amazônia de “cima pra baixo” sem o devido cuidado com as pessoas que vivem na região.

C) A hidrelétrica de Belo Monte: das palafitas aos parques, as remoções planejadas e a segregação socioespacial.

O terceiro momento de crescimento populacional na cidade de Altamira, deu-se devido a instalação da hidrelétrica de Belo Monte, que iniciou as obras no ano 2010 e que trouxe mudanças significativas na reestruturação urbanística a partir das novas espacialidades, sendo analisada neste trabalho, a segregação socioespacial a partir dos novos reassentamentos urbanos coletivos RUC que estão localizados distante do centro urbano de Altamira e que receberam a população que viviam nos “baixões” e bairros periféricos próximos ao leito do Rio Xingu.

Sobre este aspecto, o processo de urbanização deu origem à periferização marcada pela divisão social do espaço, o qual se caracteriza a cidade capitalista. A segregação

socioespacial age diretamente contra a população mais pobre impossibilitando o exercício pleno da cidadania. Negri (2008) esclarece:

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital (NEGRI, 2008, p. 136).

Nesse sentido, observamos que o processo de reestruturação urbana da cidade de Altamira assemelha-se a proposta capitalista de urbanização das grandes cidades, onde em favor das grandes empresas ou de agentes privilegiados a população carente é negligenciada de seus direitos em nome do desenvolvimento urbano.

Souza (2020) acrescenta que antes de examinar o desenvolvimento da cidade é necessário possuir uma visão sobre a natureza da cidade e suas dinâmicas, pois ao mesmo tempo em que a cidade se moderniza com prédios, parques, mais áreas de comércio e serviços, da mesma forma, crescem os problemas sociais relacionados à moradia, à valorização de partes da cidade que tem empurrado os pobres para as áreas periféricas, onde formam imensas favelas em áreas impróprias e muitas vezes causando um saldo negativo para o meio ambiente com a poluição dos leitos dos rios, desmatamentos, proliferação de doenças.

Esse mesmo autor afirma que em uma sociedade capitalista de um país periférico, onde os bens materiais produzidos são destinados a um público-alvo, onde os impactos ambientais não geram preocupação, onde o importante é o crescimento econômico, certamente não estão preocupados com os problemas sociais relacionados um tecido social economicamente desfavorecido, muito pelo contrário, a diversidade econômica e cultural é vista como um entrave para homogeneização social e a preservação do patrimônio arquitetônico útil para o interesse imobiliário. Portanto, o afastamento da população mais pobre da cidade é interesse das pessoas responsáveis pela gestão das cidades.

Assim, o remanejamento das famílias pobres para os RUC se caracteriza de acordo com Souza (2020) como uma reforma urbanística tradicional e arcaica com objetivos econômicos, onde se pretende inicialmente adaptar a cidade aos padrões modernos que representam desenvolvimento. Políticos, que em favor dos lucros gerados pelos projetos, não se leva em consideração a vida e as necessidades dos moradores. Ideológica pelo discurso de que as remoções são necessárias para a melhoria da qualidade de vida da população, deixando políticos e empresas responsáveis como bem feitos quando na verdade a intenção é “limpar a cidade” com o discurso que agrada a elite econômica e social.

A segregação residencial induzida levou a população pobre a ocupar espaços impróprios para a moradia como demonstrado neste trabalho: as áreas de baixadas, a falta de políticas econômicas que equiparassem os ganhos destes trabalhadores com o custo das despesas básicas como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, levou esta grande parcela da população a ocuparem estas áreas, onde se tem as mínimas condições de dignidade. A segregação residencial leva a segregação socioespacial.

A segregação socioespacial vai muito além da exclusão pelo espaço habitado, ela converge na limitação de crescimento econômico, social e intelectual. Ou seja, isso significa que a maioria dos investimentos são feitos nos bairros centrais ou bairros onde residem pessoas de alta renda, os bairros periféricos, onde as pessoas pobres vivem, quase não existe investimento e quando chega, é de forma precária, e isso se reflete na baixa qualidade da educação, em inúmeras doenças, na falta de qualificação para o trabalho, entre outros fatores.

Portanto, pensar na segregação como sendo apenas o distanciamento das pessoas pobres das áreas centrais é de certa forma minimizar um problema social de consequências gravíssimas, segregar o pobre no espaço urbano significa de certa forma perpetuar a pobreza, a violência e garantir a mão de obra barata para o capital.

A segregação socioespacial a que são submetidas as comunidades pobres com a reestruturação urbanística das cidades que recebem grandes projetos como no caso da usina de Belo Monte, não representa apenas a divisão de classes sociais e econômicas explicitado no espaço urbano. Outrossim, é uma forma de controle social de perpetuação do poder de instituições capitalistas que determinam a estrutura urbana das cidades.

2.2 Belo Monte e as redefinições urbanas

A usina hidrelétrica de Belo Monte, autorizada no ano de 2010, já era estudada desde a década de 1970, quando o governo federal com a intenção de ampliar a industrialização no Brasil, que estava muito abaixo de outros países industrializados, viu no potencial energético a solução para essa inercial problemática.

Inicialmente a hidrelétrica de Belo Monte se chamaria Kararaô e deveria ser construída na volta grande do Xingu, este projeto foi bastante questionado, pois de acordo com Santos; Andrade (1990) e Sevá (2005) uma série de represas seriam construídas no Rio Xingu trazendo consequências sérias para os povos indígenas e para as grandes áreas de floresta tropical que os reservatórios inundariam, assim como boa parte da zona urbana da cidade de Altamira. (SANTOS; ANDRADE, 1990; SEVÁ, 2005).

É importante lembrar que os projetos hidrelétricos foram pensados em um período de governo tradicionalista que firmava as mudanças da estrutura econômica do país a partir de um desenvolvimento conversador sem critérios éticos com degradação do meio ambiente e os impactos sociais, econômicos, culturais causados a população das cidades atingida.

A construção das hidrelétricas no país tinha um histórico de consequências desastrosas para população atingida como violência, prostituição, desemprego, doenças, aumento no custo de vida e a segregação da população mais pobre que era removido das suas moradias sem nenhum critério. Por esses motivos parte da população de Altamira ligados aos movimentos sociais, as comunidades indígenas e a Igreja Católica organizavam-se de modo que a sociedade fosse consultada.

No final da década de 1980, aconteceu em Altamira o encontro de várias etnias indígenas em forma de protesto em defesa da vida no Xingu. Esse evento ganhou grande proporção nacional e internacional pelo fato da indígena munida com um facão se dirigir de forma espontânea aos membros da mesa e tocar face do engenheiro da Eletronorte com o facão no momento em que explanada seu descontentamento na sua língua nativa. (UMBUZEIRO,

O ato da indígena marcou a história, mas sobretudo levou a reflexão sobre as consequências que esses grandes empreendimentos trazem à população, sobretudo pelas mudanças na estrutura urbana que conseqüentemente refletem na vida social, cultural e na economia dessas pessoas. Após este protesto inicial, o governo federal revitalizou o projeto minimizando as áreas alagáveis em quase 50% da área original, assim também como cumpriu as condicionantes impostas pelos órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente, movimentos sociais e indígenas.

Na evolução dos estudos, entendeu-se que a região da “volta grande do Xingu” seria a privilegiada para a produção da energia elétrica, especialmente pela queda d’água natural de 94 metros entre as localidades de Altamira e Belo Monte. A partir daí se iniciam os estudos de viabilidade técnica que, mais tarde, propõem a criação de um grande complexo hidrelétrico na região, até então denominado “Complexo de Altamira” (MIRANDA NETO, 2015, p. 145).

No início dos anos 2000, novos estudos são iniciados, atendendo as demandas sociais, políticas e ambientais para a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Belo Monte tem sua licença liberada em 2010, mas os estudos para esse empreendimento existem desde a década de 1970, sendo concretizada no governo Lula de 2003 a 2010.

A partir de 2010 se inicia o processo de instalação da UHE Belo Monte, no rio Xingu, que caminha para ser a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira e a

terceira maior hidrelétrica do mundo, com potência instalada de 11.233 MW. O lago abrange uma área de 516 km² e inunda áreas municipais de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo (MIRANDA NETO E HERRERA, 2016, p. 5).

O complexo hidrelétrico Belo Monte foi construído na área conhecida como Volta Grande do Xingu, com potência instalada de 11.233 megawatts. Mesmo situado no município de Vitória do Xingu (PA), os efeitos do barramento do rio se estenderam por vários municípios, com destaque para a área urbana de Altamira (MIRANDA NETO, 2019, p. 2).

Figura 8- UHE Belo Monte.



Fonte: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2021>. acesso em abril de 2022.

Em 2011, começam a chegar em Altamira os primeiros trabalhadores para construção da hidrelétrica de Belo Monte, entre 2011 e 2013 cerca 45 mil trabalhadores já estavam na ativa, sendo muitos deles que por falta de alojamentos passaram a morar na cidade.

Este fato alterou os preços dos imóveis de forma absurdas, desfavorecendo os moradores locais que viviam em casas alugadas e não conseguiam manter suas despesas, assim também como prejudicou os proprietários de casas, que foram indenizados de forma injusta, haja vista que o valor de indenização das casas eram cotadas pelo mercado imobiliário de outros estados que estavam em baixa, enquanto o mercado imobiliário de Altamira estava em alta, por esse motivo a grande maioria não conseguiu comprar outra casa com a mesma estrutura da casa que foi indenizada.

Tal como relata a Entrevistada 1, antiga moradora do acesso 5, Jardim Independente II, área localizada na cota 100 da ADA Urbana do Igarapé Panelas.

Nós morávamos a 15 anos nesta casa construímos desde o alicerce pensamos que iríamos envelhecer aqui. Eu e meu esposo que era capitão aposentado do exercício é na época era vivo. Nossa casa era grande 3 quartos, 2 eram suítes, sala de estar, de jantar, cozinha planejada, área de serviço, banheiro social, dispensa, quintal com várias árvores, horta e casa para os cachorros, a casa era toda alvenaria, com forro de gesso e no chão porcelanato. A casa estava toda nova, pois, como construímos aos poucos tinha áreas que estavam recém-construídas. Então começou a fofoca que a gente iria sair das casas, e ficamos todos preocupados, começamos a receber visitas dos funcionários da Norte Energia, fazendo cadastro fazendo perguntas. Depois de quase dois anos fomos negociar a indenização eles falaram que minha casa valia 182 mil reais, sendo que uma casa inferior à minha naquela época aqui na cidade estava valendo uns 450 mil reais, nós ficamos sem alternativas ou era esse dinheiro, as casas no RUC Laranjeiras, longe demais e sem estrutura para a nossa família. Então pegamos o dinheiro compramos um terreno e começamos a construir outra casa, na verdade ainda estamos fazendo porque o dinheiro não deu para construir. Foi uma covardia o que fizeram com a gente nos perdemos muito. (Entrevistada 1, 58 anos)

Assim como a entrevistada 1, muitos atingidos tinham plena noção de que as opções de dinheiro e carta de crédito eram inviáveis. Os preços dos imóveis na cidade estavam muito acima do normal, sobretudo por conta da própria especulação induzida pelo advento de Belo Monte.

De acordo com Souza (2020), a reforma urbana não se restringe a remodelação do espaço físico da cidade, ela oferece uma reforma social evidenciada no espaço, tendo como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida das pessoas, especialmente dos mais pobres elevando o nível de justiça social. Entretanto, para que este objetivo seja concretizado, é necessário combater a especulação imobiliária que altera o preço das terras e moradias impossibilitando a aquisição por pessoas de baixa renda (p.112-113).

A especulação imobiliária é bastante comum em cidades que recebem grandes empreendimentos. Miranda Neto (2015) comenta:

Mesmo antes da liberação da licença de instalação, o empreendimento de Belo Monte modificou, em grande medida, o cotidiano dos sujeitos locais, produzindo articulações econômicas e alianças políticas que, mais tarde, se refletiram em novas formas urbanas. Como exemplo, tem-se um movimento mais forte do mercado imobiliário local, que envolve diferentes agentes (incorporadoras, proprietários, construtoras, bancos, consumidores etc.) na possibilidade de aferir superlucros. (MIRANDA NETO, 2015, p. 141).

A usina de Belo Monte significava para esses agentes a possibilidade de obter lucros a partir da ideia de que com o novo fluxo migratório e o aumento na demanda populacional geraria a necessidade de moradia, com isso, houve grande investimento na compra de lotes para construção de casas, conjuntos residenciais, hotéis, para suprir esta necessidade e obter lucros.

Por outro lado, os proprietários de casas e conjuntos residenciais já existentes na cidade elevaram os preços tanto para aluguel como para a venda, fazendo com que os

trabalhadores locais que moravam em casas alugadas não conseguissem mais pagar tendo que procurar moradias em bairros mais afastados, ou na maioria das vezes morar de favores com parentes.

Da mesma forma, foi elevado os valores de casas e terrenos para a venda, o que induziu a população mais pobre que moravam nas ADA a aceitar a casa nos reassentamentos, já que os valores das indenizações não contemplavam a supervalorização dos imóveis.

Tal como acrescenta Miranda Neto (2015):

De um modo geral, é possível afirmar que a entrada de empresas incorporadoras em Altamira não contribuiu para tornar a cidade mais justa no que se refere às possibilidades de aquisição de imóveis na cidade. Ao contrário, serviu para expandir os negócios imobiliários do tipo capitalista e, com isso, ampliar ainda mais a escassez de moradias (MIRANDA NETO, 2015, p. 2018)

De acordo com o autor, acredita-se que a especulação imobiliária no período da construção da usina tenha interferido de forma negativa para que as famílias não tivessem outra alternativa além de aceitar o remanejamento para os reassentamentos. Outro fato que aponta para a segregação planejada foi o fato dos critérios para indenização das casas serem elaborados pela empresa responsável sem a participação da comunidade e dos movimentos sociais que acompanhavam o processo.

Segundo Antônia Melo, presidente do MXVPS, o caderno de preços da zona urbana de Altamira foi montado nos escritórios da Norte Energia, em 2012, e empurrado goela abaixo da população. Esse caderno não foi apresentado à comunidade e nem aprovado pelas famílias impactadas. A Norte Energia afirma que o Ibama aprovou o caderno em maio de 2013.

A empresa e o Ibama, irresponsavelmente, violaram a Constituição Federal e as próprias normas do Projeto Básico Ambiental (PBA), aprovadas por eles mesmos. Assim, as famílias foram lesadas, com indenizações muito abaixo do mercado imobiliário inflacionados de Altamira e região. Com as indenizações, a maioria das famílias não pôde comprar nem um pequeno terreno, quanto mais construir outra moradia.

O medo de ficar sem uma moradia foi o sentimento compartilhado pelas comunidades, haja vista o momento tumultuado e as condições desfavoráveis uma vez que estavam vulneráveis e em posição adversária aos objetivos econômicos do empreendimento.

Corrêa (2004) faz um apontamento sobre a moradia que poderíamos recorrer neste momento como exemplo. De acordo com o autor, a moradia é um dos bens onde o acesso é seletivo, ou seja, uma parcela enorme da população não possui renda para alugar uma casa decente ou comprar um imóvel, sendo este um dos mais cruéis sintomas de exclusão.

No entanto, ele não acontece de forma isolada, atrelados à exclusão pelo espaço, estão as doenças, o baixo nível de escolaridade, que por sua vez ocasionam o desemprego, subempregos e empregos mal remunerados (CORRÊA, 2004, p. 30).

Sobre este aspecto, Negri (2008) complementa ao refletir sobre as novas estruturas urbanas surgidas a partir de empreendimentos estalados nas cidades.

Surge uma estrutura urbana dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada, onde as elites podem controlar a produção e o consumo da cidade, através de instrumentos como o Estado e o mercado imobiliário, excluindo e abandonando a população de baixa renda à própria sorte (NEGRI, 2008, p. 150).

Com a instalação da hidrelétrica de Belo Monte, Altamira novamente se destaca como centro de concentração desses trabalhadores como vimos em outros momentos da história do município, sendo também atingida por problemas relacionados à violência, trânsito, prostituição, tráfico de drogas, fome e falta de moradia, tal como relata Miranda Neto (2021).

Muitos migrantes vieram de forma espontânea, na expectativa de conseguir algum trabalho formal ligado à atividade da barragem. Em 2011, formou-se uma aglomeração de famílias no entorno da rodoviária de Altamira, denominada de “hotel calango”. A paisagem era composta por dezenas de redes fixadas nas árvores e várias pessoas —incluindo muitas crianças —dispostas no chão junto aos seus pertences. Um triste cenário de degradação humana (MIRANDA NETO, 2021, p. 75).

A construção da hidrelétrica de Belo Monte é um evento que favoreceu um conjunto de ações que modificaram a estrutura urbana da cidade e estão diretamente ligadas às áreas de várzeas da cidade, onde residiam muitas famílias e que foram reassentados em conjuntos habitacionais denominados de RUC.

O processo de mudança dessas famílias para os RUC não foi feito de forma democrática, ou seja, as famílias não tinham opção de escolha, pelo menos não tinham de forma justa, pois as cartas de crédito fornecidas a estes moradores eram de acordo com suas moradias, em se tratando de casas com pouquíssimo valor comercial, era inviável, pois o valor de venda não seria suficiente para a compra de outra casa nas áreas centrais da cidade. Tal como relata Miranda Neto (2021).

Não havia, de fato, alternativas viáveis. O reassentamento não foi uma opção, mas uma condição imposta aos atingidos pelo conjunto de fatores que pressionavam o mercado da habitação em Altamira. Em princípio, a Norte Energia construiu cinco loteamentos para abrigar as seis mil famílias da área afetada, denominados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC). (MIRANDA NETO, 2021, p.4)

Com a mudança das famílias dos baixões para os RUC, percebe-se que as novas redefinições urbanas, conseqüentemente alteram as dinâmicas sociais já existentes relacionados à moradia, trabalho, educação saúde, lazer e das relações culturais e emocionais construídas entre os moradores e o espaço habitado.

O processo de reassentamento se deu entre 2014 e 2015, no qual aproximadamente 6 mil famílias deixaram seus locais de origem para as novas residências dos RUC. Muitos habitantes reclamaram que ficaram distantes de seus vizinhos; alguns, inclusive, em loteamentos diferentes, desfazendo-se as relações de sociabilidade da área de origem. (MIRANDA NETO, 2021, p. 5)

Neste sentido, o processo de deslocamento das famílias dos baixões para os RUC não só representam segregação nos aspectos físicos, mas também nos aspectos subjetivos, pois desconstroem os laços afetivos construídos pelos moradores em relação ao espaço e a vizinhança. De acordo com Castel (1983), a população pobre vive a segregação na sua realidade objetiva, na marginalização dos seus direitos e na da exclusão social, esses fatores são determinantes para desintegração do indivíduo com a família, com a comunidade em relação ao lugar onde ele vive (CASTEL, 1983).

A segregação deriva de desigualdade e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades. (SOUZA, 2003, p. 84). Para melhor explicar o apontamento de Souza (2003), as desigualdades sociais surgiram a partir do desenvolvimento geograficamente desigual, ou seja, algumas regiões foram atendidas com investimentos enquanto outras regiões foram negligenciadas. Esses investimentos se deram de acordo com interesse do Estado de tal forma que, fortaleceu a desigualdades a partir do espaço habitado tanto na produção, distribuição e concentração de riquezas (SOJA, 1993).

No contexto de Brasil, as regiões Sul e Sudeste eram o foco da industrialização e foram agraciadas com investimentos em educação, tecnologia, estradas entre outros elementos essenciais para o desenvolvimento e crescimento econômico, já as regiões Norte e Nordeste foram desassistidas, tornando-se reféns da exploração dos recursos naturais e da mão de obra barata.

Obviamente que a segregação socioespacial vivenciadas na cidade de Altamira é um reflexo, das desigualdades que vem sendo perpetuada em diferentes momentos da sua história,

a segregação pelo espaço reforça as relações de classe previamente definidas em espaços dominantes e espaços explorados. Carlos (2013) acrescenta ao refletir sobre as formas como segregação socioespacial se manifestam de maneira concreta no dia a dia.

A segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração de riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se, inicialmente como diferença, tanto nas formas de acesso a moradia (como a expressão mais evidente do mercantilismo do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso as atividades urbanas, (como expressão da separação do cidadão da centralidade), bem como através da deterioração/cercamento/diminuição dos espaços públicos (como expressão do estreitamento da esfera pública) (CARLOS, 2013, p. 96).

Carlos (2013) foi pontual ao destacar as limitações da população segregada na realização as atividades urbanas e o acesso aos espaços públicos de lazer. Neste sentido, acrescentam-se as novas dinâmicas sociais dos moradores dos RUC, o afastamento dos rios e igarapés, que serviam tanto como fonte de renda e complemento da alimentação através da pesca, como também lazer para as famílias. É importante ressaltar que quatro dos cinco reassentamentos (Água Azul, Jatobá, Casa Nova e São Joaquim) são distantes do rio e igarapés, o RUC Laranjeiras, mesmo tendo acesso ao Igarapé Panelas ainda é de certa forma distante para a comunidade.

Sobre este aspecto, os movimentos sociais, Movimento dos Atingidos Pela Barragem (MAB) e Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), buscaram junto a Norte Energia (empresa construtora da hidrelétrica de Belo Monte) resposta para essa demanda, e assim foi construído o RUC Tavaquara, a 8 quilômetros de distância da cidade e próximo ao Rio Xingu, nas proximidades do balneário Pedral, com objetivo de assentar pescadores e índios residentes na cidade.

A instalação da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, traz mudanças expressivas nos aspectos físicos da cidade e criam novas espacialidades, no lugar dos baixões em áreas de várzeas, surgem os parques com grandes áreas verdes melhorando o aspecto visual da cidade.

A população pobre é remanejada para os reassentamentos urbanos coletivos com a promessa de uma vida melhor, longe da sujeira e dos transtornos das enchentes. O processo de urbanização expulsa e segrega parcela significativa da sociedade sem acesso ao solo urbano (CARLOS, 2018, p. 101).

De certo, o processo de remoções planejadas da população pobre de Altamira, em favor da implantação de Belo Monte, segue o mesmo padrão das metrópoles brasileiras, neste caso, a ideologia não poderia ser diferente. “A melhoria da qualidade de vida da população mais carente”, sendo o carro chefe, o modelo das habitações em alvenaria que contrasta com

as casas de madeira, saneamento básico entre outras vantagens decorrentes de um bairro planejado e construído.

No entanto, é importante salientar que a pobreza concretizada nas favelas das grandes metrópoles e no caso das cidades da Amazônia, os baixões, sempre incomodou as organizações políticas que comandam as cidades, pois, de certa forma, a pobreza demonstra a incompetência do Estado em resolver os problemas da população. Neste caso, afastar a pobreza das áreas centrais da cidade sempre foi uma alternativa viável, principalmente por se tratar de uma população com poucos conhecimentos sobre seus direitos e oferecer pouca resistência.

Maricato (2015) chama atenção para o fato de a população pobre residir nos centros da cidade como um empecilho para venda de imóveis e de construção de novos empreendimentos. Ou seja, a presença da população pobre nos centros urbanos desvaloriza a área e afasta futuros investidores. Obviamente este pensamento faz parte de sociedade patrimonialista e desigual (MARICATO, 2015, p. 59). A autora ainda acrescenta, que a questão da moradia para os pobres sempre teve motor econômico, desta forma, as organizações políticas e grande parte da sociedade não estão preocupadas se os pobres ocupam áreas de risco, ou áreas de preservação ambiental ou até mesmo áreas afastadas sem nenhuma condições de sobrevivência, contanto que estes não ocupem as áreas centrais valorizadas pelo mercado.

No caso de Altamira, a remoção das famílias para os RUC segue a dinâmica da reestruturação das grandes cidades que recebem empreendimentos ampliando a cidade como mercadoria, permitindo a ação de empresas do setor imobiliário que drenam as possibilidades de escolha do local de habitação para este grupo social, aumentando a pobreza e reforçam a segregação socioespacial.

Segundo Sabatini (2001), o processo de segregação não é apenas um simples fato indesejável, mas está na base do capitalismo, que se apoia no desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários, nos quais encontrou possibilidades para fortalecer o regime jurídico da propriedade privada, melhorando as condições para os negócios particulares.

Maricato (2015) contribui ao afirmar que a proximidade de pobres acarreta a desvalorização imobiliária e fundiária (MARICATO, 2015, p. 85). A pobreza sempre foi evitada, a concentração de pessoas pobres em determinados locais sempre foi motivo de desconforto para a classe dominante e setores da classe média, não só pelo fato da desvalorização das áreas habitadas, mas também por evidenciar a incompetência governamental em solucionar os problemas sociais ligados a pobreza em destaque a questão

da moradia.

A decisão da remoção das famílias para os RUC foi apresentada para sociedade como uma opção, no entanto, essas remoções se tornaram uma imposição devido à forma como o processo se deu. Todavia, como todas as atenções estavam voltadas para a cidade, era importante ter o apoio popular no processo de realocação dessas comunidades para evitar conflitos com os movimentos populares e manter a ideia do desenvolvimento econômico e a melhoria de vida da população local, então, o mais inteligente é criar a ideia de que a retirada dessas pessoas para assentamentos distantes dos centros urbanos tem como principal interesse a melhoria da qualidade de vida.

Por estes fatores, acredita-se na necessidade de refletir sobre a realidade da vida das pessoas que vivem nos reassentamentos e até que ponto fatores como mobilidade, emprego, violência, acesso a serviços públicos, lazer, preconceito, entre outros fatores, refletem de forma negativa no cotidiano delas mesmas.

2.3 Novas espacialidades da habitação e relações centro-periferia.

No decorrer do século XX, o Brasil apresentou um modelo de urbanização centro-periferia, ou seja, as cidades brasileiras apresentam áreas centrais mais bem equipadas, onde se concentram os comércios, prédios públicos e residências de pessoas com maior poder aquisitivo, já as áreas periféricas, mais afastadas, não contam com infraestrutura nem equipamentos urbanos, essas localidades geralmente marcadas por precariedade, pobreza e violência, são ocupadas por trabalhadores pobres (SPOSITO, 2004).

Esse modelo centro-periferia adotado pelas grandes cidades e seguido pelas cidades médias vem consolidando uma organização espacial de subordinação e desigualdades, e mesmo que se apresenta com novas características, como, por exemplo, conjuntos habitacionais, bairros populares, loteamentos, reassentamentos entre outros, o objetivo sempre será o afastamento das pessoas mais pobres das áreas mais valorizadas.

Essa lógica de periferização resultou das iniciativas privadas e públicas (SPOSITO, 2004).

De acordo com Miranda Neto (2015), as cidades possuem uma organização interna espacial independente do seu tamanho ou das suas especificidades. Esta organização é responsável pelo ordenamento da população dentro do espaço físico da cidade e a ocupação do espaço correspondente a partir das demandas culturais, raciais ou econômicas.

Desta forma, a cidade capitalista está dividida de acordo com os interesses econômicos

da sociedade, o que torna visível a partir da fragmentação de ricos e pobres sua localização e suas condições de vida, excluir os pobres das áreas centrais da cidade já é uma prática bastante comum dentro do processo de urbanização e reurbanização das cidades.

Segundo Miranda Neto (2015), Altamira, assim como outras cidades brasileiras, apresentam desigualdades socioespaciais desde sua formação, sendo o primeiro momento representado pela separação do espaço ocupado por Coronel Gaioso (fundador da cidade) e seus escravos. Posteriormente, com a ascensão da borracha, a cidade se apresenta com uma área central onde se localizava as residências da elite, prédios públicos, a igreja matriz, cais do porto e uma área mais afastada onde residiam pessoas pobres em casas de palha e sem nenhuma infraestrutura. Poderíamos dizer que esta seria a disposição inicial centro-periferia de Altamira.

Ainda falando sobre a formação da periferia em Altamira, esse mesmo autor destaca que com a abertura da Rodovia Transamazônica, na década de 1970, o crescimento da cidade que antes estava atrelado ao rio, agora se estende para a estrada, fazendo Altamira eixo central tanto das comunidades ribeirinhas como também das comunidades no perímetro da estrada. Esse potencial desenvolvimento econômico chama atenção para outras regiões, aumentando o fluxo de trabalhadores e o contingente populacional da cidade. Assim na década 1880, observa-se a criação das vias estruturantes da cidade, partindo do centro histórico para as direções Nordeste, Norte, Leste e Sudoeste, especialmente no traçado da rodovia Transamazônica (BR-230) (MIRANDA NETO, 2015, p.192).

Estes novos espaços incluem um comércio secundário, loteamento criado pela prelazia do Xingu, as ocupações irregulares do leito dos igarapés (baixões). Mais adiante, com o incentivo de crédito para população de baixa renda, pela possibilidade de asfaltamento da rodovia e, sobretudo, pela construção da usina de Belo Monte, surgem os loteamentos: Nova Altamira, Bela Vista e Jardim França, construídos na periferia da cidade como opção de moradia para a população de baixa renda. Estes primeiros loteamentos partiram da iniciativa de proprietários de terras rurais que transformaram em lotes urbanos e tinham a intenção de lucrar com o aumento populacional e a crise de moradia. Observa-se também a inserção de empresas do setor imobiliário, com a empresa de pequeno porte “Bacana”, na Rodovia Transamazônica também destinada a população pobre.

Entre os anos 2000 e 2010, foram criados loteamentos de médio porte destinados às pessoas com renda maior, os loteamentos Altavile, Ibiza e Dom Lorenzo, onde os proprietários tinham que construir suas próprias condições de habitabilidade, infraestrutura e saneamento.

Essas configurações iniciais da formação urbana em relação centro-periferia se alteraram de forma bastante significativa com o início da obra da usina hidrelétrica e as redefinições urbanas apontadas como necessárias pela empresa construtora.

A reestruturação urbana em decorrência da instalação da hidrelétrica de Belo Monte se caracteriza como modelo centro-periferia através do projeto requalificação das áreas centrais e com a remoção das famílias que ocupavam as áreas de várzeas para os reassentamentos planejados.

Nesse contexto, observa-se o papel dos produtores do espaço urbano que estruturam esse segundo lógicas que, em nosso entender, são destinadas a privilegiar determinadas parcelas da sociedade, gerando processos segregativos. Lefèbvre (1969) afirma que o rompimento das relações, que pode ser espacial, social ou cultural, é determinado por objetivos estratégicos ou ações previamente definidas por “agentes” que, na maioria das vezes, promovem os conflitos sociais na estruturação do espaço urbano.

Com a instalação da hidrelétrica de Belo Monte, a cidade de Altamira tem o seu espaço urbano reestruturado. Essas novas configurações espaciais são percebidas principalmente nos novos espaços construídos com o propósito de embelezar a cidade como parques, praças, quadras de esporte, academias ao ar livre entre outros. Sobre as paulatinas mudanças das cidades, Harvey (1982) esclarece:

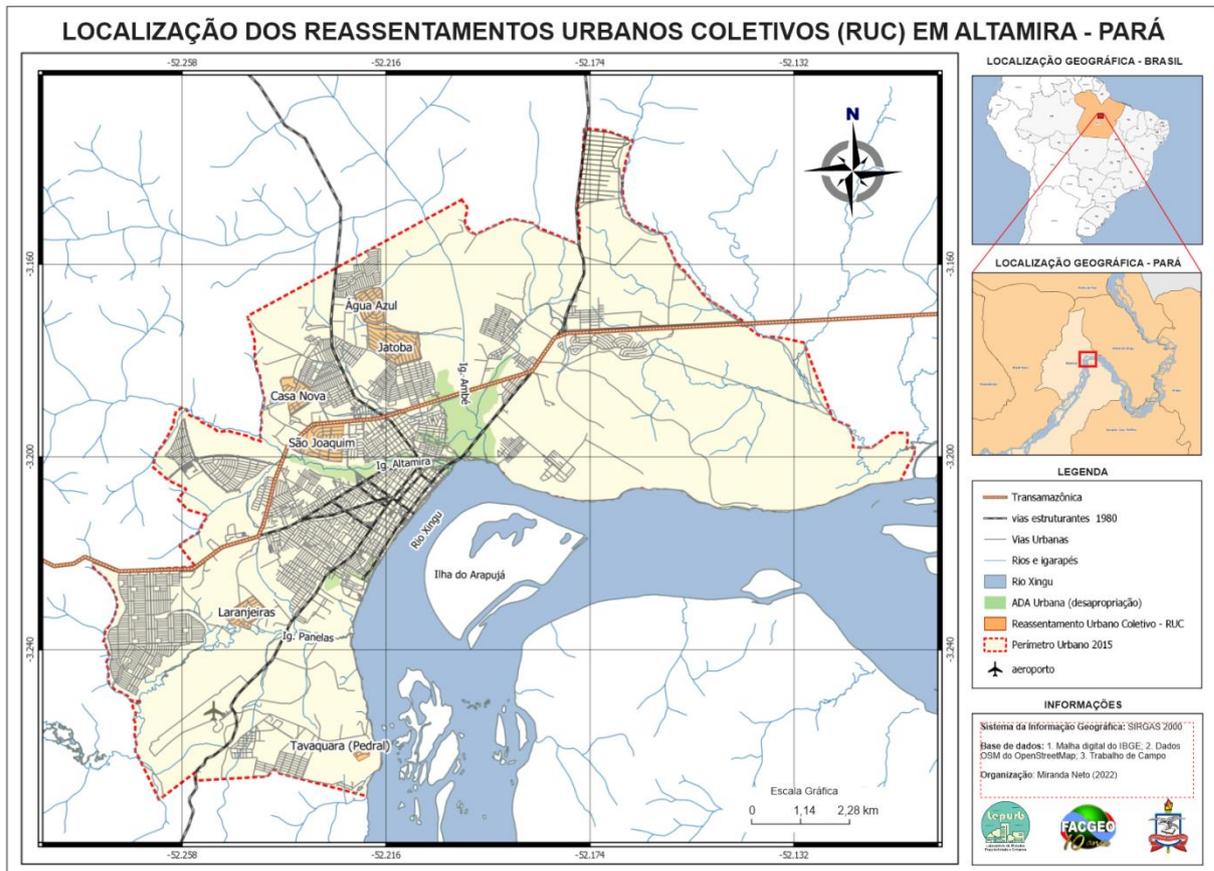
Os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar as cidades e seus interesses, ou melhor, o interesse de um conjunto articulado de diferentes forças que possam compor uma aliança. Mas esse modelo de paisagem, ou ambiente construído não resulta sem contradições (HARVEY, 1982, p. 18).

Em Altamira, esses novos espaços foram construídos em áreas centrais próximas aos igarapés que cortavam a cidade, onde anteriormente eram os baixões, onde vivia a população mais pobre, trabalhadores do setor terciário e da construção civil, empregados domésticos, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes etc. Aos poucos, os parques construídos nas áreas onde habitavam as comunidades estão estabelecendo novas memórias na população fazendo com que a história dos “alagados” seja aos poucos esquecida.

Logo na entrada de Altamira, sentido de quem vem de Belém, na Rodovia Ernesto Acirole, podemos observar grandes áreas de parques verdes, onde no passado se concentrava as comunidades do Açaizal, Peixaria, Prainha, Ambé e parte da Invasão dos padres.

Essa parcela da população que antes viviam nestas áreas irregulares foram reassentadas em conjuntos habitacionais denominados de RUC, que ficam localizados nas áreas periféricas das cidades, cerca de 5 quilômetros das áreas centrais. Essas mudanças

alteram não só a localização das residências, mas também toda a rotina dos moradores nos âmbitos econômico, social e cultural. Na imagem abaixo, estamos demonstrando, no contexto dos reassentamentos urbanos implantados pela Norte Energia, os RUC Jatobá, Água e Laranjeiras, os quais foram utilizados como lócus da pesquisa empírica.



Mapa 3 – Os RUC em Altamira-PA
 Fonte: Acervo LEPURB (2022).

Os RUC foram construídos com a promessa de resolver os problemas habitacionais das famílias pobres da cidade. No entanto, o que se percebe é que a questão da moradia vai além da habitação, é necessário que se dê condições de habitabilidade, sendo a acessibilidade um dos elementos necessários para diminuir as distâncias sociais. Os projetos de urbanização e reurbanização em diferentes momentos sempre se apresentam com consequências negativas para a população mais pobre. Miranda Neto (2015) contribui ao relatar as condições de crescimento da cidade Altamira em períodos de crescimento urbano.

A cidade cresce em condições precárias para uma população com nível de renda capaz de criar estruturas para minimizar os problemas de moradia. Por outro lado, as populações de estratos de renda mais baixos e com poucas possibilidades de realizar alterações no ambiente ocupam as áreas menos privilegiadas da cidade, compondo um cenário de elevada pobreza urbana (MIRANDA NETO, 2015, p. 200).

Corrêa (2008) compreende a urbanização das cidades como desigual, principalmente pela normalização da segregação através dos conjuntos habitacionais populares sem refletir nos problemas adjacentes a esta ação.

As remoções em Altamira estavam respaldadas no discurso da melhoria da qualidade de vida. De fato, de modo geral, acredita-se que a urbanização/reestruturação das cidades venha solucionar problemas históricos como falta de moradia e saneamento básico, no entanto, o que se percebe é que estes investimentos têm acentuado a pobreza e estabelecido a exclusão social.

Santos (1978) acrescenta que a cidade se modifica constantemente submetida ao interesse do capital da economia, dentre estas constantes mudanças, chamamos atenção para as progressivas “expulsões” das pessoas mais pobres dos centros urbanos para as áreas mais afastadas, sejam para bairros periféricos, invasões com construções irregulares, favelas ou conjuntos habitacionais dentre outros.

Em Altamira, a Norte Energia, empresa responsável pela construção da hidrelétrica, reestruturou uma área de 387 hectares intensamente habitada e remanejou essas famílias para os conjuntos habitacionais RUC, com essa ação, as áreas centrais que antes eram desvalorizadas devido a vizinhança pobre, agora são destacadas devido às imensas áreas verdes dentre outros atrativos, segundo Miranda Neto (2015).

A Norte Energia iniciou a remoção de mais de 7 mil construções urbanas (entre residências e entidades) presentes na ADA Urbana entre 2014 e 2015, alterando as formas-conteúdo e redefinindo a função social dessas áreas. Além dessas intervenções, outras ações diretas da empresa estão sendo produzidas na cidade, como a implantação de projetos de saneamento, a criação de parques e as alterações na orla, assim como a produção de residenciais para o reassentamento urbano (MIRANDA NETO, 2015, p. 238).

Mesmo com as inúmeras transformações na cidade e a retirada de parte da população das áreas insalubres e remanejá-las para os RUC, não houve significativa mudança em relação à pobreza, de certa forma, com os remanejamentos, a pobreza se intensificou, pois agora não se trata apenas de moradia precárias como anteriormente, agrega-se a essa necessidade outras como mobilidade, desemprego, violência, ausências de equipamentos públicos de qualidades como escolas postos de saúde, creches, espaço de lazer, entre outros.

É importante destacar que dentro do processo de transferência dessas famílias para os reassentamentos vários fatores foram agregados impossibilitando que a escolha do local de moradia fosse de fato concretizada. Dentre os fatores, destacamos a exploração da renda da

terra urbana, onde empresas de imobiliárias aproveitando-se do aumento populacional causado por Belo Monte se estabelecem em Altamira criando novos bairros. No entanto, os valores eram inviáveis para a população pobre.

De acordo com Miranda Neto (2015):

Uma maré invasora de empresas imobiliárias avança em Altamira com o objetivo de explorar a renda da terra a partir das oportunidades advindas da usina hidrelétrica de Belo Monte, sobretudo ligadas aos maiores incrementos de renda e à imagem positiva de desenvolvimento local veiculada pelo governo federal e pela Norte Energia S.A (MIRANDA NETO, 2015, p. 217).

Como relata o autor, as empresas imobiliárias investem na criação de novos bairros a fim de lucrar com o excedente populacional e o problema do déficit de moradias. Entretanto, acredita-se que mesmo com a oferta de novos terrenos na zona urbana, não se resolve o problema de moradia da cidade, pelo contrário, a instalação dessas empresas intensificou a segregação socioespacial, devido ao aumento do preço dos terrenos e casas.

Como observamos, os projetos implantados na região do Xingu, responsáveis pelo crescimento urbano de Altamira em diferentes momentos da sua histórias, sempre tiveram características segregadoras. Sendo assim, a criação de novos bairros em momento em que a cidade está com um empreendimento, que consequentemente onera os valores, não facilitou a aquisição da moradia para que as famílias pobres que viviam em condições desfavoráveis pudessem através das indenizações comprar um terreno e construir uma casa. Assim, não restou outra opção a não ser a de morar em um RUC. Sobre este aspecto, Miranda Neto (2014) explica como se dava a negociação e como eram cotados os valores indenizatórios.

Para o caso de indenização em dinheiro ou carta de crédito, o valor do imóvel é definido com base no Caderno de Preços para os terrenos urbanos (Norte Energia, 2013a). Para fins de cálculo, foram selecionados 132 pontos de referência com características diferenciadas no que diz respeito à localização (centro/periferia), área, vocação (residencial/comercial), risco³ (nulo, médio ou forte) e registro (posse/contrato). Para o cálculo do preço final, outras variáveis são utilizadas, como tipo de terreno (gleba/lote), padrão, infraestrutura, edificação e o mês de referência (no caso Jan/2013) (MIRANDA NETO, 2014, p. 9).

Como relata o autor, a avaliação das casas era feita com diversos critérios que desfavoreciam os moradores daquelas comunidades, sendo que somente uma minoria optou por essa modalidade de indenização pelo fato do dinheiro não ser equivalente a compra de outra casa, ficando a grande maioria para ser reassentado.

Inicialmente, a empresa Norte Energia argumenta que essas famílias deveriam ser

retiradas destas áreas por motivo de segurança, pois viviam em áreas que passaram a ser classificadas como de risco. De acordo com a empresa responsável pela construção da hidrelétrica, após a construção da barragem, em período de cheias do Rio Xingu, supostamente estas áreas seriam inundadas. Desta forma, foi determinado que as pessoas que viviam o perímetro da cota 100 (Orla de Altamira e áreas próximas aos igarapés Panelas, Altamira e Ambé) deveriam ser remanejadas ou indenizadas.

Miranda Neto (2014) aponta alguns pontos dos estudos dos impactos ambientais da Usina de Belo Monte, que determinaram a remoção das famílias carentes.

As áreas que ficavam abaixo da cota altimétrica de 100 metros passaram a ser classificadas como Área Diretamente Afetada (ADA). Trata-se de uma margem de segurança em relação às cheias do Rio Xingu, cuja marca histórica havia atingido 99,27 metros em 1980 (BRASIL, 2009). Com a construção da usina hidrelétrica, a previsão é de que leito do Rio Xingu seja ocupado pelo reservatório, portanto as pessoas que estão no limite da cota 100 deverão ser indenizadas ou reassentadas (MIRANDA NETO, 2014, p. 6).

É importante frisar que existia alguns critérios utilizados pela empresa construtora para aquisição dos lotes onde seriam construídos os RUC, dentre ele destaca-se: proximidade em até 2 quilômetros das localidades onde as pessoas remanejadas viviam. Este critério garantiria a acessibilidade, mobilidade das pessoas para seus respectivos trabalhos e outras atividades. Este critério não foi atendido conforme podemos afirmar a partir de um levantamento cartográfico que a distância média entre os RUC e as áreas centrais e de 4 quilômetros (MIRANDA NETO, 2015, p. 228). Este mesmo autor acrescenta:

Com a alteração dos locais de residência dos habitantes da ADA Urbana para áreas afastadas do centro da cidade, é possível avaliar um relativo prejuízo para aqueles que são desprovidos de veículo particular. A ampliação das distâncias pode interferir diretamente no custo do deslocamento para a área central e, igualmente, no tempo de trabalho em relação ao tempo de vida (MIRANDA NETO, 2015, p. 228).

Sendo assim, acreditamos que a forma como foi e vem sendo estruturadas as cidades para receber grandes empreendimentos, configuram-se e as novas formas de produção do espaço (urbanização/reurbanização), irremediavelmente produz e reproduz segregação socioespacial sob a forma desigual da ocupação do espaço e da falta de acesso a serviços como saúde, educação, emprego e moradia.

Desta forma, considera-se que a segregação espacial se origina do processo natural da formação da cidade, não só apenas a cidade capitalista, entretanto, é dentro da cidade capitalista que as diferenças sociais ficam ainda mais visíveis. Assim, entendemos que a

segregação residencial é a expressão da desigualdade de classes representada através do espaço, também expressada na divisão social do trabalho e na qualidade de vida, sendo as dinâmicas capitalistas que regem as cidades os motivos pelo quais cada dia se reforça a exclusão espacial a apropriação da cidade pelos mais ricos. De acordo com Santos (2002), cada homem vale pelo valor onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende da sua localização no território (SANTOS, 2002, p. 10).

Refletindo a fala do autor, as formas como as cidades têm se organizado socialmente se reflete no espaço habitado, de forma que o objetivo da urbanização que era dar possibilidades iguais de crescimento econômico, cultural e intelectual à população, vem se perdendo, e podemos constatar no caso das remoções da população pobre de Altamira para os RUC.

Não estamos aqui afirmando que não existia segregação antes de Belo Monte, o que queremos refletir é que embora excluídos dos seus direitos constitucionais, neste caso específico a moradia, viver no centro da cidade lhes possibilitava acesso aos aparelhos públicos, ao lazer, a melhores trabalhos e na pior das hipóteses lhes favorecia visibilidade para que a sociedade ficasse ciente das suas necessidades.

O reassentamento dessas famílias para os RUC resolveu em parte o problema da moradia, no entanto, intensificou a pobreza com os gastos excessivos com transporte, energia, promoveu o desemprego e tirou a possibilidade de socialização com os demais setores da cidade. Apesar de tais contradições que envolve a reurbanização da cidade de Altamira e novas espacialidades em destaque os RUC, pretendemos apresentar no capítulo seguinte elementos que evidenciem com maior objetividade, a tese apresentada.

Através do trabalho de campo, será possível perceber as articulações entre os elementos destacadas e os sujeitos envolvidos no processo e assim fazer uma ligação entre o remanejamento das famílias que moravam nas baixadas para os RUC e a segregação socioespacial.

CAPÍTULO 3: OS RUC E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por um acelerado processo de transição de um país agrícola e rural para um país urbano e metropolitano, onde grande parte da população passou a morar nas cidades. Esse aglomerado de pessoas resultou em grandes problemas sociais sendo a falta de moradia e a segregação espacial, dois desses.

Observa-se, também, que os projetos de urbanização das cidades brasileiras seguem a mesma tendência de construção do território dentro do enfoque capitalista que propõem separar os ricos e os pobres, o que acentua ainda mais a segregação socioespacial.

Segundo Sposito (1989, p. 69),

“os ritmos acentuados de crescimento populacional urbano e a superconcentração de capital... nas metrópoles para criação da infraestrutura necessária à reprodução capitalista, promoveram um aumento crescente de população não empregada que se aloja e não habita nos maiores centros urbanos. Este processo de inchaço manifesta-se numa série de problemas urbanos”.

A especulação do setor imobiliário, juntamente com as ações governamentais, tornaram o direito à moradia privilégio de uma minoria que detém o poder econômico, enquanto uma grande parcela da população, formado por trabalhadores mais pobres são submetidos a viverem em condições precárias na parte periférica da cidade. Desta forma, é possível verificar os processos excludentes que foram submetidos população mais pobre conforme o espaço urbano ia se expandindo.

A esta situação marcante em nosso país no que tange à urbanização das cidades, chamamos de segregação socioespacial, pois não se trata apenas da exclusão das pessoas pelo espaço habitado ou pelas condições de moradia, mas, pelo fato de ser negado a esta parcela da população o direito de exercer sua cidadania dentro do espaço urbano.

Algumas cidades médias da Amazônia tem sido alvo de ganância de grandes empreendimentos que se instalam na região a fim de extrair suas riquezas hídricas e minerais, causando problemas ambientais, assim também, como desestruturando a vida, nos aspectos sociais, econômicos e culturais da população nativa, através da apropriação do espaço tal como aconteceu na cidade de Altamira com o evento de Belo Monte.

O objetivo deste capítulo é demonstrar como ocorreu o processo de remoção das famílias pobres que viviam em áreas alagáveis para os reassentamentos periféricos no município de Altamira em decorrência da instalação da hidrelétrica de Belo Monte. Acredita-se que este processo se caracterize como segregação socioespacial e pretende-se no decorrer

deste capítulo apresentar elementos fundamentais que comprovam a tese levantada. Também se abre espaço para ouvir os moradores e suas principais descontentamentos, assim como suas expectativas em relação a vida nos reassentamentos.

Respalado pelos autores e experiência relatadas, abre-se uma interrogação. Quem são os interessados nas remoções de populares nos projetos de urbanização e reurbanização das cidades. Desta forma, buscando respostas sobre a responsabilidade por essas famílias que foram bruscamente forçadas a ressignificar suas vidas em outro espaço da cidade sem condições viáveis de sobrevivência.

3.1 Os Principais elementos da segregação socioespacial

A segregação espacial é muitas vezes fruto das ações do Estado, visto que este ao planejar e distribuir de forma diferenciada os equipamentos de consumo coletivo reforça a segregação. Assim, entende-se que o Estado é um agente ativo da produção das desigualdades sociais, podendo muitas vezes estar vinculado às instituições privadas que se apoderam da produção do espaço urbano para a obtenção de lucro (CORRÊA, 2000, p. 26-27).

Na nova economia política centrada na habitação como um meio de acesso à riqueza, a casa transforma-se de bem de uso em capital fixo, cujo valor é a expectativa de gerar mais-valor no futuro, o que depende do ritmo do aumento do preço dos imóveis no mercado (ROLNIK, 2015, p. 32-33).

De acordo com a autora, a partir do momento em que a moradia vira uma mercadoria com valores inacessíveis às comunidades com menor poder aquisitivo, o direito a moradia é afetado. Como consequência dessa ação, a população mais pobre não teve alternativa senão viver na informalidade em moradias sem nenhuma estrutura física, geralmente em casas autoconstruídas em terrenos afastados dos centros urbanos como encostas de morros, córregos, leito de igarapés, invasões, loteamentos clandestinos. Esses espaços não dispõem de serviços de saneamento, coleta de lixo, abastecimento de água, energia, assim também como não oferecem acesso à educação, saúde, trabalho e lazer.

Historicamente, as populações pobres das cidades vivem em áreas de difícil acesso sem o direito de usufruir dos recursos urbanos. No Brasil, a favelização é um problema histórico surgiu no século XIX vinculado a abolição da escravidão, que, simultaneamente, buscou afastar os negros da população branca, obrigando-os a viver em zonas afastadas e de risco como as encostas de morros, córregos entre outros (DAVIS, 2006).

Assim como muitas cidades no país, Altamira teve seu crescimento urbano marcado por respectivos projetos econômicos instalados na região em diferentes momentos, os quais mudaram o espaço urbano criando novas espacialidades. Partindo desse ponto de vista, pode-se compreender que o espaço urbano é construído ou modificado de acordo com o interesse de agentes sociais que determinam o uso do solo.

De acordo com Corrêa (2004), o espaço urbano é produzido por diversos agentes sociais, que inclui ações como “densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade” (CORRÊA, 2004, p. 11).

A história da segregação socioespacial, da periferização e da favelização das cidades estão ligadas à ideia da cidade como um produto ao longo processo de expropriação das camadas mais carentes da sociedade, à apropriação do direito à moradia e acesso aos bens da cidade se expressa urbanamente na criação das favelas, nas áreas geograficamente distantes dos centros ou em espaços centrais vulneráveis, como, por exemplo, as áreas de baixões em Altamira, onde a infraestrutura e saneamento básico eram inexistentes.

Sposito (2005, p. 102) corrobora ao afirmar que a segregação é social, no sentido amplo do termo, nele, incluindo-se o econômico, o político, o ideológico etc, mas é, ainda, espacial, na medida em que o espaço não é apenas reflexo, mas é também determinação dos processos e dinâmicas que orientam o movimento da sociedade.

Na história recente de Altamira tem como destaque a construção da Usina de Belo Monte que foi responsável pela reurbanização da cidade e a criação de novas espacialidades, em destaque neste trabalho os RUC.

Os reassentamentos urbanos coletivos foram construídos em terrenos afastados do centro urbano com o objetivo de abrigar cerca de 6 mil famílias que, em geral, viviam em condições precárias nas áreas centrais da cidade próximas ao leito dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas, conhecidas como baixões.

As remoções para os RUC afetaram da vida de mais de 22 mil pessoas de maneira direta no que diz respeito à economia, mobilidade, acesso a equipamentos públicos como educação, saúde, emprego e lazer. É importante refletir sobre as verdadeiras condições de vida dessa população, pois embora os reassentamentos urbanos apresentem melhorias nas moradias, existem problemas, como a distância do centro da cidade, o que dificulta principalmente na acessibilidade para o trabalho, assim também, como: atendimento educacional e saúde ineficiente, violência, abastecimento de água potável e problemas na estrutura da casa. Essas demandas não foram levadas em consideração no momento

elaboração e execução das remoções e inevitavelmente geram transtornos, frustração e insatisfação. Tal como aponta Miranda Neto (2015):

Altamira ainda não se tem uma descentralização efetiva das atividades de comércio, serviços públicos e áreas de lazer para além de sua área central; b) a cidade não possui um sistema de transporte público eficaz, tornando os habitantes dependentes de transportes mais caros (especialmente o moto táxi) para a circulação diária; e c) o maior custo de deslocamento e as despesas adicionais nas residências de interesse social (energia, IPTU etc.) incidem na diminuição da renda real dos indivíduos (MIRANDA NETO, 2015, p. 248).

Acredita-se que o processo de remoção planejada dessas famílias se caracteriza como segregação socioespacial por apresentar elementos característicos da segregação e parte ativa dela mesma tal como: dificuldade de acesso a serviços de infraestrutura urbanos como transporte precário, saneamento deficiente, drenagem insuficiente, dificuldade de abastecimento de água, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, assistência social e psicológica, maior exposição a violência civil e policial.

Além desses elementos estruturais, acrescenta-se o desemprego, menores oportunidades de aperfeiçoamento profissional, técnico e educacional, discriminação racial e pela localização residencial, maior exposição da violência contra mulheres e crianças, dificuldades em acesso a espaços de lazer e cultural, abandono do poder público em solucionar essas dinâmicas excludentes. Desta forma, apresentamos alguns elementos que acreditamos ser os mais expressivos tanto no sentido concreto quanto subjetivo da segregação.

a) Acessibilidade e mobilidade

Acessibilidade é a possibilidade das pessoas de chegarem com eficiência nos lugares desejados. Ou seja, poder ir e vir para trabalho, estudo, lazer sem prejuízo nas finanças ou comprometimento com a qualidade de vida. De acordo com Rolnik (1995), a segregação também se expressa pela separação do local de trabalho em relação aos locais de moradia. As cenas clássicas da grande massa de deslocando em transporte coletivos superlotados e a expressão mais acabada desta separação.

Na intenção de suprir esta necessidade de acessibilidade da população, a Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, tornou obrigatório que as cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes possuam, integrado a seus Planos Diretores, um Plano Municipal de Mobilidade Urbana, sendo abril de 2015 o prazo final para tal adequação, sob pena de não receberem verbas federais para a área, até que atendam à exigência da lei.

Trazendo para a nossa realidade, constata-se o não cumprimento da lei em sua totalidade, pelo fato de Altamira dispor de uma única linha de transporte coletivo municipal operando de forma precária, desta forma, acredita-se que o transporte coletivo ofertado à população não supra as necessidades de acessibilidade, sobretudo, das comunidades que moram em locais afastados como os reassentamentos urbanos. Assim, a questão da acessibilidade/mobilidade das áreas periféricas para as áreas centrais da cidade torna-se um entrave para a eficácia desse direito.

Os RUC, assim como os demais conjuntos habitacionais populares construídos com o objetivo de resolver os problemas de moradia, têm como uma das características comuns o distanciamento das áreas urbanas centrais. Nossos lócus de pesquisa são os RUC Jatobá, Água Azul e Laranjeiras. A escolha por esses reassentamentos se deu pelo critério de maior número de moradores e pela diversidade das comunidades que contemplava baixões próximos aos três igarapés que cortam a cidade, o que nos deu a possibilidade de conhecer diferentes realidades.

Os três reassentamentos estão localizados em média de 4 quilômetros do centro urbano e apresentam dificuldade de acesso por serem construídos em terrenos com ladeiras e trechos desabitados com matagais. Morar em um local afastado da cidade significa piora da qualidade de vida, sobretudo pelo tempo usado para deslocamento para trabalho (DAVIS, 2006).

A remoção de famílias situadas em áreas de risco também exige novas moradias para onde levar essa população. É importante, e as famílias removidas demandam isso: que a remoção se dê para lugares próximos, de forma a não interromper as rotinas relacionadas à escola, trabalho, amizades etc. (MARICATO, 2011).

A autora retrata a preocupação com o isolamento entre os reassentamentos e as áreas centrais, provocadas pelas remoções planejadas, a mesma autora reflete sobre a necessidade de se construir os reassentamentos em lugares próximos aos centros urbanos para facilitar a locomoção não alterando as dinâmicas diárias das comunidades.

No caso dos RUC estudados, a distância é o fator que mais surte efeito negativo haja vista que Altamira só dispõe de uma rede de transporte coletivo com apenas 10 micro-ônibus para atender toda cidade. Todavia, vale ressaltar, que apenas 7 micro-ônibus estão em efetivo sendo que 3 ficam de reserva. Tal como relata o Entrevistado 1, morador do RUC Água Azul, antes morador do baixão da Boa Esperança:

Quando eu morava lá no baixão minha sogra vinha da roça e passava de semanas com a gente, hoje ela não vem mais porque é longe, minha mulher reclama muito e não gosta de morar aqui. Eu gostava de morar lá porque tudo era perto, eu tinha uma bicicleta e ia pra todo canto, não tinha ladeira como tinha pra cá... quando eu não

tava fazendo nada eu ia pro rio pescar, quando era no inverno a canoa ficava dentro de casa. Agora aqui é mais difícil.

Quando a Norte Energia veio eu falei: Eu não tô pedindo pra sair não, é vocês que querem. Então eles vieram com uma tal de indenização, minha casa dava 60 e poucos mil e tinha outra casa no fundo, esse dinheiro não dava pra comprar duas casas, porque tava tudo uma carestia, então eu disse pra eles me darem duas casas, nos lutemos, lutemos, eles deram mais eu perdi meu ponto de comercio que tinha na frente da casa eu vendia banana, carvão, farinha vendia tudo e eles não me pagaram. (ENTREVISTADO 1, 62 ANOS)

De acordo com a fala do entrevistado, percebe-se que a insatisfação é legítima e merece ser pauta de estudo e discussão sobre as paulatinas mudanças das cidades em decorrência do processo de urbanização e reurbanização para atender a demandas de grandes empreendimentos.

A situação da acessibilidade dos moradores dos RUC em relação ao deslocamento para as áreas centrais ainda é mais difícil por se tratar de comunidades pobres, onde a grande maioria não dispõe de transporte particular, lembrando que o fator distância onera as despesas tanto para quem usa o transporte coletivo (tarifas) como para quem possui transporte particular (combustível) causando maior empobrecimento da comunidade.

O desenvolvimento do sistema de transporte cria vias de acesso, novas possibilidades de deslocamento, ou seja, redefine a lógica de estruturação dos espaços. No que se refere a essa redefinição, o problema não está no automóvel ou no desenvolvimento do transporte urbano, mas como e por que a sociedade implementa suas políticas de circulação no espaço urbano (SPOSITO, 2004).

A questão do distanciamento dos RUC para o centro da cidade foi um dos pontos de maior frustração por parte dos moradores. A dificuldade para chegar ao trabalho, escola, hospitais e lazer são reclamações frequentes. O isolamento dos RUC tem sido fator determinante para que muitos abandonem suas casas. Tal como relata a entrevistada 2, moradora do RUC Água Azul, antiga moradora da Invasão dos Padres, ela relata sobre a dificuldades de morar em um RUC devido à distância.

Eu não gosto de morar aqui não, aqui parece uma colônia, aqui é muito parado, aqui não tem nada, pra te falar a verdade eu nunca gostei de morar em lugar isolado, toda vida eu morei em lugar movimentado, eu nasci e me criei no bairro Aparecida correndo com as outras meninas solta e hoje da idade que estou com 47 anos morar nesta rua é mesmo que viver numa colônia uma tristeza. (Entrevistada 2, 47 anos.)

Ainda sob a questão da mobilidade e a qualidade de vida das pessoas que moram distantes dos centros urbanos, Vasconcellos (2016) corrobora ao fazer alguns apontamentos aos quais achamos relevantes.

Na maioria das cidades brasileiras, as pessoas de renda mais baixa moram distante das áreas mais centrais, onde o custo da terra e da moradia são mais baixos e cabem no seu orçamento. Isto gera, nas maiores cidades, distâncias muito grandes de deslocamento cotidiano. Adicionalmente, a mobilidade é afetada pela hora de funcionamento dos destinos desejados, que pode não ser compatível com o horário de presença obrigatória das pessoas no trabalho, sobretudo quando se trata daqueles que gastam mais tempo no deslocamento casa-trabalho, os mais pobres, em geral. Isto significa que a mobilidade das pessoas de renda mais baixa fica reforçadamente prejudicada, reduzindo sua acessibilidade às oportunidades de educação, trabalho e serviços públicos. Deve-se enfatizar também que os planos urbanísticos adotados raramente consideraram a possibilidade de facilitar a ocupação de áreas mais centrais pelos mais pobres, reforçando a segregação socioespacial (VASCONCELLOS, 2016, p.67).

Em relação à acessibilidade, acreditamos que foram subestimadas as necessidades dessas famílias, pois a conexão com o centro da cidade ficou inviável, sobretudo por se tratar de famílias pobres que muitas vezes não possuem um transporte. Já os que possuem, tiveram perdas monetárias com combustível, fato esse que onerou as famílias com mais despesas, favorecendo ainda mais o empobrecimento, vale ressaltar que a cidade não possui um sistema de transporte público regular. Sobre este aspecto, o Entrevistado 3, 54 anos, morador do RUC Água Azul, ex-morador do baixão da Aparecida contribui:

Aqui é longe demais, um inferno e o dinheiro que a gente ganha vai tudo na gasolina nem de carro eu ando mais. Pra ir pro trabalho é outro inferno, porque eu saio de madrugada pra chegar às 5 hs da manhã na garagem e já fui abordado pela polícia muitas vezes, eles acham que todo mundo que mora aqui é bandido (Entrevistado 3, 54 anos).

Como relata o entrevistado, o aumento com os gastos em transporte também é refletido na qualidade da alimentação dessas famílias, ou seja, para suprir a necessidade de acesso ao emprego, diminui-se o poder de compra para a alimentação. A separação e a segregação rompem a relação, constituem-se por si sós uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade (LEFÈBVRE, 1969, p. 124).

Não existe totalidade no universo segregacionista, pois ao mesmo tempo em que estes diferentes espaços constituem a totalidade de uma área urbana, as dificuldades de acesso encontradas por moradores dos RUC fragmentam e estabelecem a separação, sendo percebida nas falas dos moradores que se referem ao centro como “cidade” e desta forma não se sentem pertencentes daquele espaço. Esse sentimento fica transparente na fala da entrevistada 4.

Eu tô pagando pra trabalhar, (risos) eu sou estagiária em uma escola na cidade e ganho meio salário mínimo, meu pai vai me lavar e me buscar todos os dias, nem

parei ainda pra calcular mais acho que o que eu ganho nem paga a gasolina que gasto pra ir pro trabalho. Mas, eu preciso desse estágio é importante pra minha carreira (Entrevistada 4, 20 anos).

As famílias remanejadas não conseguem manter suas despesas, muitas vezes é necessário escolher entre a casa ou o emprego no centro da cidade. É importante retratar que antes das famílias serem remanejadas para os RUC foi feito um levantamento sobre o tipo de trabalho que era desenvolvido e que mantinha a renda mensal delas, constatou-se que cerca de 53% das famílias trabalhavam no setor terciário, destacando-se profissões como doméstica, comerciante, auxiliar de serviços gerais, vigilante e pedreiro (GEDTAM, 2014). Desta forma, fica clara a necessidade de acessibilidades dessas famílias aos seus empregos, haja vista, serem atividades ligadas aos setores de comércio e serviços proeminentes na área central da cidade.

O fator distância (acessibilidade) também altera a qualidade de vida dessas pessoas, pois, para chegar no horário em seus compromissos, o período de descanso, sono e alimentação são diminuídos, o que pode causar inúmeros prejuízos físicos e psicológicos.

Com a alteração dos locais de residência dos habitantes da ADA Urbana para áreas afastadas do centro da cidade, é possível avaliar um relativo prejuízo para aqueles que são desprovidos de veículo particular. A ampliação das distâncias pode interferir diretamente no custo do deslocamento para a área central e, igualmente, no tempo de trabalho em relação ao tempo de vida (MIRANDA NETO, 2015, p.228).

De fato, a grande desigualdade da população brasileira também se expressa no desigual acesso ao espaço urbano. Como muito bem nos lembra Bourdieu (2003), a forma como se estrutura o espaço urbano é, na verdade, uma reificação da estratificação social existente em nossa sociedade. Ou seja, não existe qualquer acaso na relação entre condição social e o lugar que cada um ocupa na cidade.

No processo de remoção planejada das famílias para os reassentamentos coletivos não foi levado em consideração o fator da acessibilidade que vai muito além da ação de ir e vir, mais que tem se refletido em problemas como desemprego, espoliação, fome, doenças e a sensação de abandono. Tal como relata Sposito (2013):

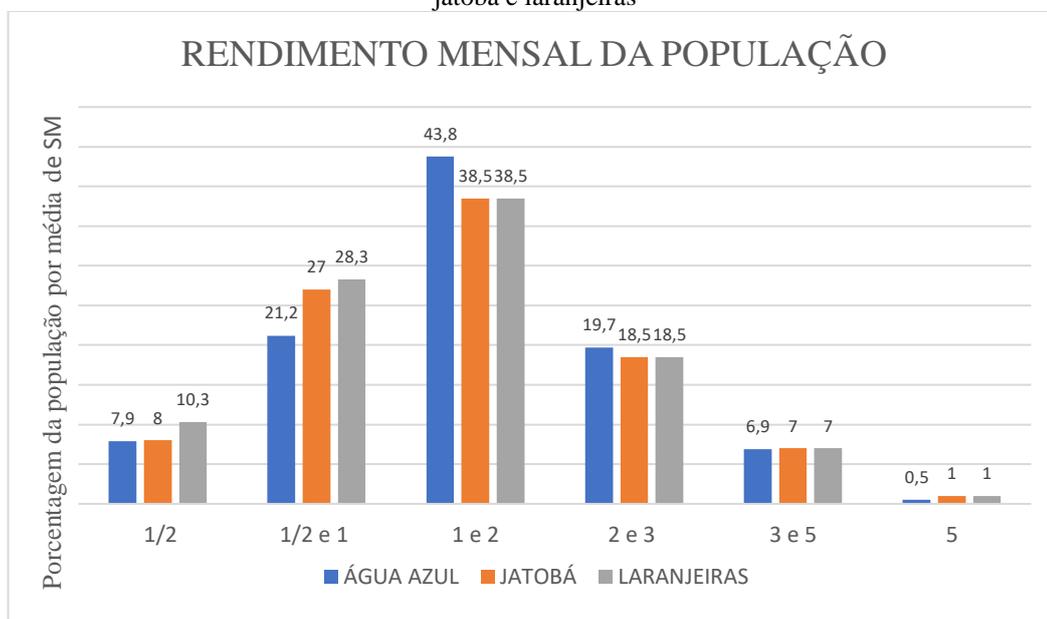
O afastamento socioespacial dos cidadãos, gerando ou não segregação, resulta em desigualdades de direitos de acesso à cidade, no sentido de dela se apropriar e de participar completamente... os tempos desiguais dos cidadãos, sobretudo em termos de mobilidade, torna-se, deste modo, mais um plano que condiciona e orienta a fragmentação socioespacial (SPOSITO, 2013, p. 85).

Ainda falando sobre a acessibilidade dos RUC como elemento segregador, ressalta-se a necessidade que as pessoas têm de estarem em constante movimento, ir ao trabalho, escola, fazer compras, atividades de lazer, entre outras ações fazem parte das rotinas diárias das famílias. No entanto, a forma como as pessoas se movimentam dentro do espaço urbano está intimamente ligado às condições financeiras das famílias e a estrutura urbana oferecida pelas cidades (VASCONCELOS, 2001).

Isso significa dizer, que as pessoas de baixa renda que moram nos RUC e dependem de transporte público para essa locomoção estão mais propensas ao isolamento, pois as altas tarifas oneram ainda mais os baixos salários, obrigando as pessoas a saírem somente em caso necessários como para os trabalhos, abrindo mão dos passeios e lazer.

No caso dos RUC de Altamira, este fator ainda é mais preocupante por se tratar de comunidades com pessoas de baixo poder aquisitivo. De acordo com o censo do IBGE 2010 apenas 41% da população de Altamira tem a renda de 1/2 salário-mínimo per capita, sendo que a renda das famílias remanejadas fica em torno de 1 a 2 salários-mínimos, sendo que o número médio de moradores por residência fica entre 4 e 7 pessoas. Sendo que no RUC Jatobá, 68% das famílias vivem com apenas 1/2 salário-mínimo. Sendo mais específico, trazemos os dados fornecidos pelo PVPP sobre os rendimentos percentuais dos respectivos RUC estudados.

GRÁFICO1- Rendimentos mensais em relação ao salário-mínimo das famílias dos RUC água azul, jatobá e laranjeiras



Fonte: Fundação Viver Preservar e Produzir, 2017

Esses dados podem ter sido alterados devido ao desemprego, gerado principalmente pela dificuldade de deslocamento dos RUC para o centro urbano, onde se localizam o maior número das fontes empregadoras, tal como relata a entrevistada 5.

Aqui tem muita dificuldade de arrumar emprego, porque além de ser discriminado por morar no RUC, aqui é muito longe, se arruma emprego vai como? Ah mais tem o ônibus! Tem, mas até chegar no seu emprego... só chega atrasado, aí leva as contas. Como é que você trabalha desse jeito? Você pega um ônibus aqui você roda, roda, roda pra chegar no trabalho depois de duas horas, o ônibus aqui também não tem horas para passar você nunca sabe quando é hora de ir pra parada. (Entrevistada 5, 43 anos)

Em relação à mobilidade nos reassentamentos, a dificuldade de acesso a equipamentos públicos de lazer acarreta por vezes na busca da população por espaços privados, haja vista, que as quadras construídas assim como as praças viraram território dos jovens e adolescentes ligados à criminalidade, não havendo alternativa de diversão para crianças e idosos.

De acordo com censo de 2010, 31,20% da população de Altamira apresenta algum tipo de deficiência, 47,7% se identificavam com alguma deficiência visual. Sobre as deficiências motoras, a concentração das pessoas que moram nos RUC e que se identificam com deficiências motoras foi superior ao identificado no censo de 2010 para toda população de Altamira que obteve o número de 19,9%, sendo que o RUC Jatobá lidera com 40% em relação à população total do município.

Esse dado é relevante e merece maior atenção pelo fato de que já existe dificuldade de acessibilidade para as pessoas sem deficiências físicas, acredita-se que as pessoas com necessidades motoras tendem a ficar isoladas nos bairros ou até mesmo nas suas residências.

Sendo mais específico ao locus de pesquisa, demonstraremos o percentual de pessoas que vivem nos reassentamentos estudados e que apresentam algum tipo de deficiência, tendo como suporte a pesquisa da FVPP realizada em 2017.

Segundo os dados da pesquisa:

Tabela 1- Percentual De Pessoas Com Deficiências Moradoras No RUC Água Azul

RUC	Água Azul	Jatobá	Laranjeira
Auditiva	10,34%		10,89%
Motora	25,28%	40%	20,79%

Cerebral ou mental	35,63%	20%	15,84%
Visual		20%	15,84%
Outras	28,74%	20%	36,63%

Fonte: Fundação Viver Preservar e Produzir, 2017

Como observamos na tabela, somando os moradores dos três RUC estudados, temos um percentual de 83% de pessoas com dificuldades motoras, estes dados demonstram ainda mais agravante a segregação socioespacial nesses novos espaços por não darem oportunidade de integração dessas pessoas com outros espaços e grupos sociais.

A segregação socioespacial se manifesta, assim, no elemento acessibilidade/mobilidade e devem ser analisadas em dimensões concretas e subjetivas, concretas por não fornecerem meios para a integração das pessoas com espaços que lhes possibilitem atividades de lazer e culturais, os quais podem fornecer conhecimentos intelectuais facilitadores para a compreensão simbólica. Subjetiva, pois ao ser negado o acesso concreto, nega-se também a apropriação simbólica de pertencimento que depende muitas vezes do domínio de determinados repertórios ou de um “capital cultural” (BOURDIEU, 2007).

Sobre a importância de compreender a segregação socioespacial dentro de uma dimensão de subjetividade Sabatine, Cáceres e Cerda (2004) complementam.

Se a relação entre desigualdades sociais e segregação residencial está tão permeada pelo fenômeno da mobilidade e das identidades sociais, parece essencial levar em conta os aspectos subjetivos da segregação ao estudá-la. (...) a dimensão subjetiva é essencial não apenas para explicar a origem da segregação, mas também para entender seus efeitos mais negativos de desintegração social que atualmente estão se agravando. Para o caso de pessoas e famílias pobres, a dimensão subjetiva da segregação consiste no sentimento de marginalidade e “de estar sobrando”. Sentimentos como estes são fatores chave para que a “segregação objetiva” dê lugar a efeitos de desintegração social (SABATINE, CÁCERES E CERDA, 2004, p. 63-64).

Quando falamos sobre a mobilidade urbana, muitas vezes nos deparamos com projetos que tentam mascarar o cotidiano e as reais necessidades das pessoas de se locomoverem com autonomia. Este fato se observa na construção das moradias nos RUC que seguem um modelo padrão, sendo em alguns casos adaptados para moradores com deficiência. Tal como relata Miranda Neto (2015):

A residência padrão da RUC possui 63m², com dois quartos, uma suíte, banheiro social, sala de TV, sala de Jantar, cozinha americana, área de serviço e garagem. Há, também, outros dois modelos destinados às pessoas com deficiência, que possuem característica semelhante (MIRANDA NETO, 2015, p. 234).

A questão da acessibilidade/mobilidade vai muito além de casas adaptadas para cadeirantes, é necessário pensar na integração dessas pessoas com outros espaços sociais, para que elas tenham oportunidades iguais as demais pessoas.

A distância dos RUC para o centro da cidade e a dificuldade de locomoção dentro do próprio conjunto devido ao relevo dos terrenos tornam esses elementos como indicadores da segregação socioespacial

Os argumentos apresentados pelas famílias entrevistadas mostram os impactos negativos que as pessoas mais pobres sofrem ao morarem em locais com baixa acessibilidade, com escassez de equipamentos urbanos e com pouquíssima oportunidade de crescimento educacional e econômico. Assim as dificuldades apresentadas a partir do distanciamento entre os RUC e o centro da cidade apresentam-se como um elemento de segregação socioespacial.

b) Desemprego;

Sabatini, Wormald e Rassa (2013) afirmam que a moradia em áreas homogeneamente pobres e segregadas tem efeitos adversos sobre o acesso e a incorporação ao mercado de trabalho, por razões que incluem um reduzido acesso às escolas de melhor qualidade, o estreitamento das redes e um menor acúmulo de capital social, o estigma que afeta moradores de bairros discriminados e a própria concentração das oportunidades e postos de trabalho nas áreas centrais e mais afluentes.

Partindo da ideia de que o espaço onde moramos interfere na qualidade de vida e nas oportunidades de qualificação e empregos, acreditamos que a localização dos RUC interferiu para o maior empobrecimento das famílias a partir da promoção do desemprego gerado pela dificuldade de locomoção entre outros fatores.

Como já foi citado neste texto, a maioria das pessoas entre 15 e 59 anos (potencialmente produtivo) trabalham no setor terciário como vendedores no comércio local, empregados domésticos, ajudantes na construção civil e no ramo de serviço, o fato das fontes empregatícias estarem localizadas nas áreas centrais, dificultam a inserção dos moradores dos reassentamentos nos cargos oferecidos.

Desta forma, a grande maioria das pessoas que vivem nos RUC está desempregada e vivem apenas com os benefícios oferecidos pelo governo, o fator distância agregado à baixa escolaridade e falta de aperfeiçoamento profissional têm refletido em desemprego e muita miséria.

De acordo com Bourdieu (1997), o espaço social se traduz no espaço físico, exprimindo as distâncias sociais, interferindo na distribuição dos bens de serviços e desta

forma, estabelecendo a ascensão de uns e a exclusão de outros. O espaço onde as pessoas moram interferem na inserção e permanência das pessoas no mercado de trabalho e não somente pela questão da acessibilidade, mas por minimizar as possibilidades de aquisição de conhecimentos e formação necessárias.

O processo de reassentamento das famílias para os RUC interferiu no emprego e na renda das famílias, o “efeito bairro” que trata sobre a questão dos benefícios e prejuízos socioeconômicos que afetam as pessoas de acordo com o local onde estão inseridas na cidade. (SABATINE, 2013). Corroborando com o apontamento do autor trazemos a fala da entrevistada 6.

Quando eu vim morar no RUC Água Azul eu ainda estava empregada em uma terceirizada da Norte Energia, mais logo eu fui demitida, eu comecei a mandar currículo pra todo lugar mais não conseguia emprego. Quando eu dizia que morava no RUC eu percebia logo um preconceito. O tempo foi passando o dinheiro foi acabando e eu precisava fazer alguma coisa pra sustentar meus filhos, então eu resolvi botar uma quitanda, mais não deu certo porque os meninos comeram toda a mercadoria (risos) ai eu coloquei um bar e foi dando certo. Hoje eu tenho esse espaço onde é ponto de lazer, um lanche conveniência e sexta e sábado tem seresta onde vem não só o pessoal do bairro como também do Jatobá São Domingos Santa Benedita. Nós não temos como nos divertir na rua porque é muito longe então a seresta da Izabel virou nosso lazer. (ENTREVISTADA 6, 43 ANOS).

Como retrata a entrevistada, a situação de desemprego nos RUC afeta grande parte dos moradores, isso se explica pelo fato de que estas famílias viviam de serviços que prestavam no centro da cidade e que foi inviabilizado com o remanejamento para as áreas distante do centro.

Outro fator que foi constatado e que interfere na renda familiar é o fato de não ter se estabelecido uma cultura de consumo da comunidade dentro do espaço onde vivem, ou seja, as pessoas que vivem na comunidade e que tem poder de consumir produtos e serviços preferem consumir no comércio do centro. Essa situação interfere negativamente sobre as condições de vida dos moradores das comunidades remanejadas tal como aponta um estudo feito pela FVPP em 2017, acreditamos que esses dados já tenham se agravado mais devido à pandemia da covid-19.

Quadro 1 - Situação Trabalhista Em Porcentagem Dos Moradores Dos Ruc Água Azul, Laranjeiras E Jatobá

Situação	Porcentagem
Carteira assinada	4,7%
Sem carteira assinada	3,5%
Servidor municipal	3,8%
Autônomo ou diarista	22%

Aprendiz	0,2%
Estagiário ou bolsista	0,1%
Desempregado	48,3%
Empresário	0,9%
Beneficiário	4,5%
Aposentado	10,2%
Não declarado	1,8

Fonte: Fundação Viver Preservar e Produzir, 2017

Como demonstra a tabela, quase metade das pessoas em idade ativa está desempregada, a homogeneidade na vizinhança e o estreitamento das relações sociais, a falta de acesso à qualificação e à ineficácia dos aparelhos urbanos justificam a pobreza e o abandono das residências nos conjuntos habitacionais. Durante as entrevistas uma moradora nos relatou seu desagrado devido ao abandono de algumas casas, como podemos constatar.

Eu tenho medo de morar aqui, porque os vizinhos abandonaram as casas foram embora, foram trabalhar e morar na colônia, eu me sinto sozinha neste pedaço de rua, por mim também já tinha ido embora (ENTREVISTADA 6, 36 anos).

Na tentativa de minimizar a pobreza gerada pelo desemprego que tem se constituído nos RUC, as organizações sociais Grupo Social Amigos da Izabel (GSAI) e Movimento dos Atingidos pela Barragem (MAB) têm se mobilizado com o objetivo de qualificar os moradores através de cursos de artesanato, culinária, panificação, doces, produtos de limpeza, para que as famílias possam trabalhar e produzir no próprio bairro, haja vista, a dificuldade de acesso as áreas centrais, onde se constituem o maior número de empregos. Estas qualificações têm gerado não somente renda, mas também esperança para essas famílias que se sentem esquecidas pelos gestores responsáveis pelo reassentamento.

A ideia de promover os cursos surgiu devido a necessidade de gerar renda aqui na comunidade, assim as mulheres podem produzir sem sair de casa, porque a maioria não tem com quem deixar os filhos para trabalhar, outra coisa, com os cursos elas ficam mais animadas, mais felizes, os cursos criam esperança para elas (ENTREVISTADA, 7, 43 ANOS).

O desemprego nos RUC tem gerado entre outros fatores pela localização das residências em relação ao centro urbano, isso se acentua ainda mais pela falta de qualificação dos moradores. Embora, conste nas políticas de habitação brasileira garantir moradia e sustentabilidade às famílias de assentamentos, não tem sido cumprido na integra, de fato a regularização fundiária promove a cidadania ao dar um título de proprietário da sua moradia.

No entanto, a questão social também precisa ser efetivada com trabalhos para garantir entre outras ações a geração de trabalho e renda.

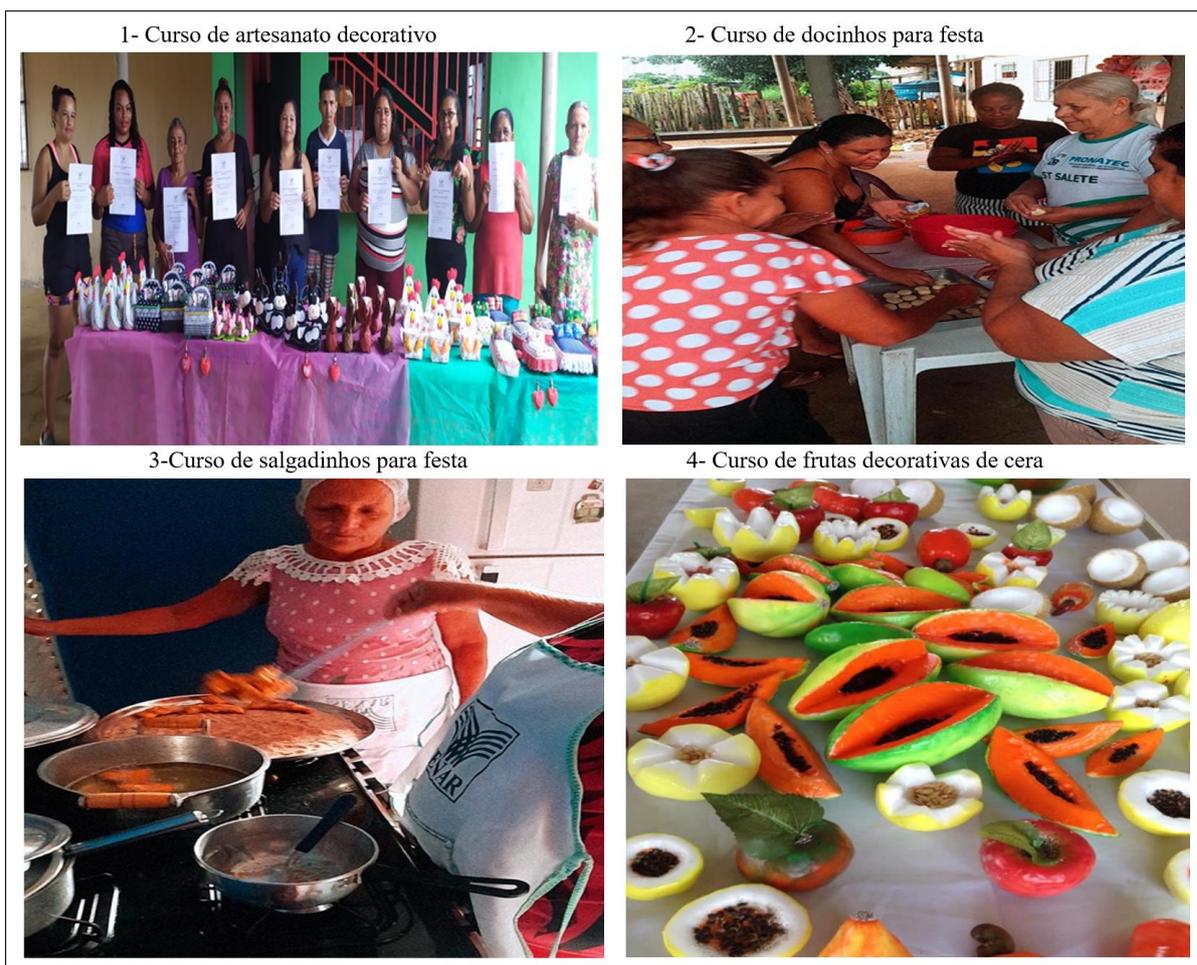
De acordo com Lustosa (2001), a exclusão no mercado de trabalho vivida por moradores das áreas periféricas se reflete em desemprego ou em emprego sem estabilidade, mal remunerado e de baixa qualificação. Desta forma, acredita-se que uma das ações necessárias após o remanejamento das famílias para os reassentamentos era a criação de fontes de trabalho e renda para a população.

Segundo os moradores entrevistados, os RUC estudados nesta pesquisa não estão sendo assistidos pelo governo municipal, nem tão pouco pela empresa responsável pelo reassentamento, sendo que a assistência dada aos moradores em relação à qualificação e geração de emprego e renda vem das organizações sociais e dos próprios moradores. Desta forma, percebe-se que a remoção das famílias para os RUC acentuou a pobreza que já existia pela falta de assistência às famílias, a diferença é que agora os problemas estão “distante”.

Valadares (1980) corrobora ao afirmar que por mais que se remova famílias pobres para outras áreas da cidade, se estas famílias não forem assistidas nas suas necessidades de acessibilidade, emprego, educação, qualificação para o trabalho, saúde e acompanhamento social, as famílias não irão conseguir se manter, pois a mudança do espaço afeta a renda e aumenta a pobreza, sendo que o custo de vida para se manterem neste reassentamentos estão acima das reais possibilidades das famílias de baixa renda (p. 127).

Através da união do Grupo Social Amigos da Izabel (GSAI) e do Movimento dos Atingidos Pelas Barragens (MAB), os moradores dos RUC vêm sendo integrados ao mercado de trabalho e no campo do empreendedorismo. Os cursos fazem parte de uma iniciativa das organizações sociais com o objetivo de possibilitar renda para as famílias que estão desempregadas. Na figura 9 estão expostas imagens de algumas oficinas profissionalizantes realizadas nos RUC.

Figura 9: Fotos das oficinas profissionalizantes- realizadas pelo GSAI e MAB



Fonte: Arquivo pessoal da Izabel (GSAI)

O isolamento espacial dos RUC contribui para o isolamento social, inatividade, precariedade dos trabalhos, desemprego, crescimento da pobreza e a fome. Agravando-se ainda mais para as mulheres que precisam se deslocar para locais e horários considerados perigosos e ainda adaptar a rotina de trabalho com afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Izabel (fundadora do GSAI) é proprietária do bar e conveniência Izabel, onde 17 pessoas trabalham de forma direta e indireta, melhorando a renda através dos empregos que são gerados.

A figura 10 demonstra o bar em funcionamento, onde os moradores dos RUC Água Azul, Jatobá e bairros vizinhos como São Domingos e Santa Benedita buscam diversão, haja vista a distância dos pontos de lazer estarem localizados no centro da cidade.

Figura 10: Seresta da Izabel RUC- Água Azul



Fonte: arquivo da Izabel

Dando sequência às propostas de melhoria de vida das comunidades, o MAB com parceria ao Fundo DEMA também traz como proposta de formação o projeto Guardiães da Amazônia e da Agroecologia. O projeto beneficia mulheres moradoras dos RUC Laranjeiras, Água Azul e São Joaquim, em Altamira e na comunidade Novo Horizonte no município de Brasil Novo. O projeto apoia a produção de hortaliças e ervas medicinais nas comunidades urbanas através da doação de insumos, assistência técnica e formação.

O projeto envolve 25 mulheres chefes de família e consiste em formação de atividades agroecológicas, hortas orgânicas cultivadas nas residências das mulheres com o objetivo específico para geração de emprego e renda, a formação consiste em aulas teóricas e práticas, acompanhamento técnico e doação de material e sementes.

As figuras 11 e 12 demonstram uma sequência das atividades de formação e prática do projeto Guardiães da Amazônia e da Agroecologia.

Figura 11- aula teórica do projeto Guardiãs da Amazônia e da Agroecologia



Fonte: MAB

Figura 12: Aula prática do projeto Guardiãs da Amazônia e da Agroecologia



Fonte: MAB

Mesmo com todas essas iniciativas, as necessidades alimentícias são muito grandes nos RUC, algumas famílias têm uma alimentação muito restrita, outras chegam a passar fome. Pensando nesta problemática foi criado o sopão comunitário que além de matar a fome, mesmo que de forma pragmática, também é uma forma de chamar atenção da sociedade para os problemas que estas comunidades enfrentam, dentre eles: a fome. O sopão comunitário é servido no final de cada mês em um RUC e conta com o patrocínio de amigos da idealizadora (Izabel da Serestinha) e da sociedade em geral. A figura 13 demonstra um dos encontros dos (GSAI) no RUC Laranjeiras.

Figura 13: Sopa solidário (GSAI) RUC Laranjeiras



Fonte: Pesquisa de Campo 2022.

As ações solidárias são importantes nas comunidades mais pobres, não só no sentido concreto de levar refeições para quem tem pouco poder aquisitivo e não conseguiu suprir as necessidades alimentícias, mas, sobretudo, por promover espaços de acolhimento, reflexão e consciência social.

Em Altamira, a forma como estão distribuídos os equipamentos de serviços públicos interferem de forma negativa sobre as condições de trabalho e de vida dos moradores dos conjuntos habitacionais, uma vez que os investimentos dos órgãos públicos são restritos e serviços públicos são precários nestas áreas. O desemprego nos RUC se apresenta como um elemento segregador, haja vista, que o lugar onde as pessoas moram interferem no comportamento dos indivíduos e das famílias através de precariedade dos serviços públicos, baixa escolaridade, difícil acessibilidade.

Os reassentamentos em Altamira ainda deixam a desejar em todos esses elementos citados e desta forma fica possível estabelecer uma conexão com lugar e o desemprego dessas famílias.

C) Violência

Altamira vem sendo conhecida como uma das cidades mais violentas do Brasil, sendo que no ano de 2019, foi apontada, segundo o Atlas da Violência de 2017 (com dados de 2015) publicação produzida pelo Instituto de Economia Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, como a cidade mais violenta do Brasil. A figura 14 denota em um protesto da sociedade civil e dos movimentos sociais, pedindo providências dos órgãos responsáveis em promover a segunda da população altamirense.

Figura 14: Protesto popular contra a violência em Altamira 2017



Fonte: MAB

Estas manifestações se tornaram mais frequentes com a construção da usina de Belo Monte, Altamira passa por um intenso fluxo migratório, aumentando o dobro da sua população e causando sérios problemas dentre eles a violência. De acordo com o MAB, no auge da construção entre os anos de 2012 e 2015, a cidade vira um verdadeiro caos representado por inúmeras mortes sendo as maiores vítimas jovens da classe trabalhadora.

De acordo com o relato dos moradores, nos primeiros anos reassentados, a situação era mais difícil, o medo fez com que muitos moradores abandonassem as casas, pois se sentiam inseguros com ausência de um policiamento efetivo nas comunidades. O relato do entrevistado 7 aponta algumas queixas comuns entre os moradores.

Quando cheguei de viagem a mulher já tinha negociado a casa, viajei outra vez e quando eu cheguei já estavam morando aqui, tive que murar a casa rapidamente, pois na primeira semana roubaram minha moto aqui da porta de casa, aqui era um

inferno misturaram a gente com todo tipo de bandido. Agora melhorou um pouco porque já mataram quase tudo (Entrevistado 7, 54 anos).

A partir do depoimento desse morador, é possível perceber o descontentamento em relação à violência na comunidade. A questão da precariedade na segurança pública nos reassentamentos é um dos fatores que mais preocupa as comunidades, sendo apontado pelo FVPP, como um dos dois fatores determinantes para o abandono das residências.

É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência. (MARICATO, 2013, p.36). De acordo com a autora, o ambiente segregado, onde ocorre grande ociosidade devido ao desemprego e à ausência de atividades culturais, esportivas e educacionais, à difícil acessibilidade e mobilidade restrita e ausência do estado geram violência.

Ainda analisando a fala do entrevistado 7, em um trecho e fala que teve que murar a casa para se proteger dos assaltos constantes que aconteciam na comunidade. Sobre este aspecto observa-se que nos reassentamentos estudados a grande maioria das casas foram modificadas para assegurar a integridade física dos moradores tal como expressa as figuras 15 e 16.

Figura 15- Casas muradas no RUC Água Azul 2022



Fonte: Pesquisa de Campo 2022

Figura: 16-Casas Gradeadas no RUC Jatobá



Fonte: Pesquisa de Campo 2022

Este quadro de violência se intensificou na região a partir da instalação da hidrelétrica de Belo Monte e o grande fluxo populacional, no entanto, o que chamou atenção das autoridades foi o aumento de suicídios de jovens entre 15 e 25 anos, que entraram na adolescência no período conturbado de mudanças espaciais da cidade. É importante ressaltar que os suicidas eram jovens que moravam nos RUC e em bairros periféricos que sofreram mudanças drásticas nas configurações sociais.

Segundo Antônia Melo, coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), o processo de mudança espacial da cidade tirou da juventude seus espaços de lazer em praias e vias públicas, assim também como desestruturou as famílias financeiramente, deixando a juventude sem perspectiva de futuro. “Belo Monte acabou com o presente e com o futuro. Altamira hoje é banhado de lágrimas e de sangue” (ANTONIA MELO, 2019).

De acordo com a coordenadora do MXVPS, a violência em Altamira está ligada às mudanças estruturais da cidade com a vinda de Belo Monte. Destarte, a situação de violência, ainda é mais preocupante nos RUC, onde se caracterizam situações de desigualdades socioeconômicas, culturas e discriminação racial, sendo que a precariedade em trabalho/empregos dos moradores, a ausência das rondas e de postos policiais, ou seja, a presença de efetivo que possam inibir a situação de violência aumenta a sensação de vulnerabilidade e insegurança tal como relata o entrevistado.

Morar aqui no RUC é difícil demais, a gente vive com medo, a gente tem medo dos bandidos, mas também tem medo da polícia, eu já perdi as contas das vezes que a polícia me parou me humilhou derrubou minhas coisas. Eles acham que todo mundo que mora aqui é bandido (Entrevistado, 8, 27, anos).

Ainda falando sobre a situação de violência enfrentada pelos moradores dos RUC esta entrevistada relata.

Lá no Açaizal a gente conhecia todo mundo, os que prestava, os bandidos, todo mundo vivia em paz, a Norte Energia disse que a gente ia morar tudo perto das mesmas pessoas, mais eles misturaram todo mundo, um monte de bandido, no começo a gente tinha medo até de sair de casa, agora até que acalmou um pouco, mas quando acontece qualquer crime na cidade começa de novo o inferno a polícia perseguindo todo mundo, parece que pra eles os bandido moram tudo nos RUC (Entrevistada 9, 36 anos).

Com o relato dos moradores, percebe-se que a segregação socioespacial repercute de diversas formas, nos diferentes segmentos sociais e em diferentes espaços e tempos. Dinâmicas segregativas causam uma tensão entre a distância social e a distância espacial e a falta de perspectivas para muitos jovens de famílias pobres, isto têm contribuído para a degradação dos padrões de sociabilidade e para o crescimento da violência, transformando essas áreas em “territórios penalizados”, situados no mais baixo nível da estrutura urbana e portadores de um estigma residencial poderoso (WACQUANT, 2001).

A mudança nas rotinas das pessoas e a incorporação de novas atividades demandam um estado subjetivo de confusão e inadequação. O afastamento das famílias dos seus espaços já conhecidos, com suas referências concretas e simbólicas provocam ansiedade e medo, o estigma de violência ligado ao espaço vivido também dificulta as relações sociais e a inserção no mercado de trabalho.

De acordo com a pesquisa feita pela FVPP, a segurança pública é uma das principais preocupações dos moradores. Altamira foi considerada umas das cidades com maior vulnerabilidade juvenil, a violência, de acordo com o índice de vulnerabilidade juvenil e desigualdade racial de 2014, atesta que desta forma pode se creditar na correlação entre vulnerabilidade juvenil e o espaço habitado, onde se caracterizam situações de desigualdades sociais e falta de oportunidades. Outro aspecto que pode propiciar na violência nos RUC é o desemprego que acentua ainda mais a pobreza e a ausência de postos policiais nos bairros (FVPP, 2017, p. 46).

De acordo com os dados estatísticos da pesquisa FVPP sobre a percepção que os moradores tinham sobre a violência nos RUC em relação à antiga moradia, 10% dos moradores do RUC Água Azul acreditam que tinham mais segurança na antiga moradia, da mesma forma 31% dos moradores do RUC Jatobá declararam que a violência é maior no

reassentamento do que nas baixadas em que viviam e 26% dos moradores do RUC Laranjeiras também compartilham da mesma opinião.

De acordo com as porcentagens demonstradas, percebe-se que os moradores ainda acham que antiga morada era mais tranquila e que se sentiam mais seguros antes do que agora, morando nos RUC. Como afirma o entrevistado 9.

Morei a vida toda no Açaizal, nunca me roubaram nada, aqui na primeira semana roubaram minha moto, outra vez eu fui trabalhar voltei tinham roubado as minhas coisas. Daí eu sai da casa e fui morar lá na cidade, só voltei depois que fiz o muro e botei grades (Entrevistado, 9, 42 anos).

Acredita-se que o projeto de remanejamento das comunidades para os reassentamentos não foi elaborado e efetivado de forma que contemple as reais necessidades da população envolvida, haja vista que elementos como a segurança pública não foi garantido para a população. A violência, por outro lado, foi intensificada pelo desemprego que consequentemente aumenta a pobreza e desestrutura as famílias, deixando a juventude em situação de vulnerabilidade para a criminalidade, tornando-se vítimas em potencial. Assim, a violência física e psicológica sofrida pelos moradores dos RUC, aliado à falta de segurança pública caracterizam os reassentamentos como espaços sociosegregados. Corroborando com a temática, Souza (2020) acrescenta.

Existe dois grandes problemas que intensificam a violência urbana, a pobreza e segregação residencial a pobreza se reveste de suas peculiaridades, tanto por quanto das suas formas de expressão espacial caracterizadas pelas favelas e periferias pobres, tanto como pelas formas de sobrevivência legais e ilegais, que se vinculam ao comercio ambulante e associação ao tráfico de drogas. Quanto à segregação ela é um produto essencialmente da cidade (SOUZA, 2020, p. 82-83).

Conforme o autor, a violência presente nos bairros mais afastados e pobres se destaca pela falta de oportunidade a educação, emprego e interação com grupos sociais diferentes, o que segundo o autor quebraria uma rede de preconceitos relacionados à raça. A segregação favorece a intolerância e diminui as possibilidades de crescimento de um determinado grupo social.

Desta forma, nos relatos dos moradores entrevistados, a violência nos RUC diminuiu em relação aos anos iniciais. Entretanto, eles ainda sofrem com a violência subjetiva através do preconceito vivido ao relacionar as comunidades com a criminalidade e os moradores com potenciais criminosos. Esse estigma dificulta a inclusão no mercado de trabalho e a aproximação de outros grupos sociais no espaço das comunidades. Esse pensamento se reforça na nota de avaliação dadas pelos moradores dos RUC, quando questionados sobre a

segurança pública nas suas comunidades estudadas.

Segundo o FVPP, a avaliação sobre organização, segurança e urbanização chama a atenção por se destacar de forma negativa chegando próximo a “péssimo” em todos os RUC (FVPP, 2017, p.41).

No ponto de vista de LUSTOSA (2001), a exclusão social de acesso aos bens em serviços essenciais para a sobrevivência se reflete na pobreza e conseqüentemente na vulnerabilidade à violência. Assim, acredita-se que a violência física e subjetiva sofrida pelas comunidades residentes nos RUC estabelece a segregação socioespacial.

d) Saúde

Como indica a pesquisa feita pela FVPP, a percepção que os moradores dos RUC têm sobre o atendimento de saúde em relação a sua antiga moradia piorou muito e pode ser representada pelo percentual de 61% de moradores que afirmam que o atendimento de saúde era mais acessível nas suas antigas moradias.

O RUC Jatobá possui uma unidade de saúde que atendia de maneira precária. Segundo os moradores, depois de mais 6 anos e muita reclamação, a unidade de saúde recebeu a primeira reforma, como demonstram as figuras 17 e 18.

Figura 17- Posto de saúde do RUC Jatobá



Fonte: Pesquisa de campo 2022

Figura 18: Placa de reforma do posto de saúde



Fonte: Pesquisa de Campo 2022

Essa situação ainda é mais delicada para os moradores do RUC Água Azul, que não possuem posto de saúde. Segundo a entrevistada 10, os moradores do RUC Água Azul têm que usar o posto de saúde do RUC Jatobá, a moradora afirma que a comunidade já questionou sobre o problema e a resposta dada pela Norte Energia, empresa responsável pelo reassentamento, é que a comunidade não atinge quantidade suficiente de famílias para ter direito a uma unidade de saúde.

Na realidade este fator gera insatisfação na comunidade, que precisa se deslocar de madrugada para poder pegar uma ficha para atendimento no posto do Jatobá, haja vista, que o posto já atende os moradores do Jatobá e bairros periféricos vizinhos.

Ainda nesta entrevista, a moradora reclama das dificuldades de entrar e sair do bairro em horários impróprios, pois para poder pegar uma ficha o marido teve que sair de madrugada e que foi assaltado, isso porque, na entrada do bairro existe um trecho desabitado com matagal o que facilita ação de bandidos. A figura 19 demonstra o trecho desabitado com matagal na entrada do RUC.

Figura 19- Rua de Acesso ao bairro Água Azul



Fonte: Pesquisa de campo 2022.

Em relação a este trecho da entrada do bairro, diversos moradores relataram ser perigoso e que bandidos usam o fato de ser desabitado para cometer delitos e que dificulta muito em caso de doenças sair de casa à noite para buscar atendimento hospitalar.

Em relação à urgência e emergência, a Unidade de Pronto Atendimento, fica muito distante dos RUC estudados o que dificulta o acesso principalmente no período noturno.

Quanto a saúde mental, e assistência social, os moradores declaram não haver atendimento para as comunidades nem mesmo pelo fato da necessidade de adaptação com o novo espaço de moradia. A angústia vivida pelos moradores é percebida através do relato da entrevistada 1.

Meu filho ficou doente meu marido teve que faltar no trabalho pra levar pro hospital, aqui não tem posto de saúde, nós temos que usar o posto do RUC Jatobá, lá não dá nem pra eles imagine pra nós, e ainda somos mal atendidos porque a preferência é do povo que mora no Jatobá... Minha vontade é ir embora daqui mais não dá porque um aluguel no centro é caro e meu marido não consegue pagar e só ele que trabalha (Entrevistada 11, 19 anos).

Através dos relatos destes moradores e de estudos feitos pelos autores aqui apresentados, observa-se que com o reassentamento das famílias mais pobres para os RUC não contempla assistência à saúde dos moradores. O relatório da FVPP acredita que a nota dada pelos moradores dos RUC quando questionado sobre o atendimento à saúde pública nos

RUC em relação à antiga moradia, os moradores declaram que eram melhor atendidos nas antigas moradias.

Os moradores do RUC Laranjeiras relatam que a situação melhorou neste ano, que agora eles têm médicos todos os dias e que na quinta-feira o médico faz consulta domiciliar para as pessoas que tem dificuldade de locomoção, que agora as consultas são agendadas o que diminuiu as filas na madrugada, que tem nutricionista e fonoaudióloga uma vez por mês.

Embora o RUC Laranjeiras tenha apresentado alguma melhoria, os assentamentos Jatobá e Água Azul se sentem prejudicados em relação ao atendimento de saúde.

E) Educação

Os reassentamentos oferecem uma escola de ensino fundamental para as crianças e adolescentes. As escolas construídas pela Norte Energia são administradas pela Secretaria de Educação do Município (SEMED). Embora as escolas apresentem uma estrutura física adequada, os relatos apresentados pelos moradores apontam que o ensino ofertado não contempla os objetivos educacionais capazes de transformar a realidade da comunidade. As figuras 20, 21 e 22 demonstram a estrutura física das escolas.

Figura 20- Ideal RUC Água Azul



Fonte: Pesquisa de Campo 2022.

Figura 21 :Escola Florêncio Filho RUC Jatobá



Fonte: Pesquisa de Campo 2022.

De acordo com o relatório da FVPP, os moradores não estão satisfeitos com a educação oferecida nas comunidades. Esta avaliação dos moradores dialoga com a situação de precariedade de Altamira considerado como um dos 250 municípios do Brasil que apresentam as piores taxas de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos.

Quando perguntados sobre a qualidade da educação oferecida pelas escolas dos RUC em relação à educação ofertada pelas escolas da antiga morada, as notas atribuídas pelos moradores dos RUC estudados são péssimas. Os moradores dos RUC acreditam que as condições educacionais nos RUC são piores do que a situação educacional referente à moradia anterior às remoções chegando a este percentual: 77% RUC Água Azul, 71% Jatobá e 59% no Laranjeiras.

Sobre o ensino médio, a maioria das escolas está localizada no centro da cidade sendo que apenas a Escola Ducilla de Almeida fica no RUC Jatobá e atende todos os estudantes do RUC Água Azul, e dos bairros periféricos próximos. Esta situação causa bastante preocupação para a comunidade que se vê sem opções de escolha, pois o aluno que não se adapta nesta unidade terá que buscar outra escola no centro da cidade, que fica a cerca de 7 a 8 quilômetros de distância. Como já foi citado, existe dificuldade de acessibilidade e de transporte público regular o que dificulta o acesso.

A questão da violência nos bairros também gera entraves os jovens que trabalham durante o dia e estudam à noite, fato que, segundo relato de moradores, provocou a evasão escolar de muitos jovens.

Da mesma forma, os alunos do ensino médio que residem no RUC Laranjeiras enfrentam dificuldades com a acessibilidade e a utilização de transporte coletivo, pois o sistema operacional da única rede de transporte coletivo da cidade não contempla os horários escolares, desta forma os pais têm se sacrificado financeiramente para garantir a formação de seus filhos, sobre o acesso à educação das pessoas residentes nos RUC estudados apresentamos o seguinte quadro:

Quadro 2- Nível Educacional dos Residentes dos RUC Água Azul, Laranjeiras e Jatobá

Fundamento incompleto	75%
Pelo menos um residente cursando o ensino médio	51%
Nenhuma pessoa cursando o ensino médio	86%
Nenhuma pessoa cursando EJA	98%
Nenhuma pessoa cursando ensino superior	98%
Nenhuma pessoa cursando o ensino técnico	98%
Não leram nenhum livro nos últimos três meses	67%

Fonte: Fundação Viver, Preservar e Produzir 2017.

A tabela nos mostra que nos reassentamentos o nível educacional é muito baixo, o que explica os empregos mal remunerados e o desemprego, os dados também apontam para a falta de qualificação no trabalho. Assim, acredita-se que as comunidades remanejadas tenham mais dificuldade de buscar seus direitos de cidadania devido ao seu baixo nível intelectual, o que facilita a ação das empresas privadas e do governo local em negligenciar a comunidade nos seus direitos essenciais.

Sobre creches nos reassentamentos, apenas o RUC Jatobá disponibiliza uma unidade, que segundo os moradores não é suficiente para atender o quantitativo de crianças. A figura 22 mostra a creche Vovô Bezerra que foi construída no RUC Jatobá e ainda não recebeu nenhuma reforma.

Figura 22: Creche Vovô Bezerra no RUC Jatobá



Fonte: Pesquisa de Campo 2022.

A falta de creches nos bairros também gera insatisfação para as mulheres que tiveram que deixar de trabalhar por não ter com quem deixar suas crianças, conforme relata esta moradora do RUC Laranjeiras.

Aqui não tem creche e eu tenho três crianças, como posso trabalhar? A vida tá difícil demais e vivemos de ajuda que recebemos. Acho isso uma injustiça, porque eu quero ajudar o meu marido pra gente poder viver melhor (Entrevistada 12, 25 anos).

As creches são importantes para a população carente, pois possibilita que as mães possam trabalhar sem a preocupação de deixar as crianças sem cuidados. A falta de creches nos reassentamentos fez com que muitas mulheres desistissem de seus empregos por não terem com quem deixar seus filhos, esse fato contribui com o aumento da pobreza, ao mesmo tempo em que exclui as crianças de terem acesso a inclusão social com outros espaços e o suporte educacional necessário a primeira infância.

A falta de creches nos assentamentos longe dos centros urbanos intensifica a vulnerabilidade das mulheres, principalmente as que são chefe de família e tem filhos pequenos que necessitam de cuidados mais específicos.

Observa-se o aumento do desemprego pelo fato de que os empregos ofertados não têm flexibilidade de horários que permitam as mães ingressarem no mercado de trabalho sem comprometer o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos. Sobretudo, em uma sociedade que culturalmente os homens não compartilham a mesma responsabilidade com a dinâmica familiar. Assim, acreditamos que a falta de creche é um fator negativo, pois estimula o

desemprego acentuando a pobreza e os problemas decorrentes. Sobre o acesso às informações através da internet os dados coletados apontam para 54% Água Azul, 51% Jatobá e 63% Laranjeiras. Sobre o uso da internet as respostas apresentam-se no quadro 5.

Quadro 3: Frequência de Uso da Internet em %

Água Azul	Não tem acesso a internet	41%
	Tem acesso todo dia	31%
	Tem acesso uma vez por semana	16%
	Tem acesso uma vez por mês	7%
	Não declarou	2%
Laranjeiras	Não tem acesso a internet	41%
	Tem acesso todo dia	14%
	Tem acesso uma vez por semana	4%
	Tem acesso uma vez por mês	34%
	Não declarou	
Jatobá	Não tem acesso a internet	34%
	Tem acesso todo dia	48%
	Tem acesso uma vez por semana	30%
	Tem acesso uma vez por mês	13%
	Não declarou	1%

Fonte: Fundação Viver, Preservar e Produzir 2017.

Sobre os meios utilizados para adquirir informação, a pesquisa aponta que a maioria dos moradores dos RUC pesquisados buscam informações através da internet em redes sociais. Esses dados coincidem com as informações colhidas pelo IBGE, em que se verificou que as famílias têm acesso à internet pelos celulares é maior que pelos computadores. Os dados apontam para realidade de carência educacional, característico das comunidades com menor poder aquisitivo. O quadro seguinte aponta para o uso dos meios de comunicação no cotidiano das famílias residentes nos RUC estudados.

Quadro 4: Meio de Comunicação mais utilizados nos Ruc para obter informações em %

Meio de comunicação utilizado.	Água azul	Jatobá	Laranjeiras
Jornal impresso	4%	7%	12%
Revista impressa	4%	8%	12%
Internet email	16%	15%	26%

Internet watsapp	42%	44%	52%
Internet faceboock	39%	35%	47%
Internet portal de noticias	18%	14%	26%
Material de distribuição gratuita	40%	74%	41%
Tv	73%	76%	79%
Radio	42%	44%	35%
Conversa informais	68%	78%	81%

Fonte: Fundação Viver, Preservar e Produzir 2017.

Acredita-se que a base de uma sociedade desenvolvida seja uma educação de qualidade que tenha livre acesso a todas as pessoas sem exclusão por classe social, raça ou sua localização na cidade.

A segregação residencial a partir da organização social, tendo como parâmetro o poder aquisitivo das famílias, exerce um impacto negativo na distribuição de oportunidades educacionais e consequente no mercado de trabalho.

Davis (2006) nos diz que bairros periféricos com poucas oportunidades educacionais apresentam grande parte de adolescentes com pouco interesse em concluir os estudos. A evasão escolar e a associação ao crime são comuns, fazendo com que outros adolescentes vejam este comportamento como aceitável (p. 205).

Nos anos 1970, a Sociologia urbana juntamente com a Sociologia da educação desenvolveu uns estudos sobre as desigualdades educacionais. Este estudo acreditava que as desigualdades educacionais estariam na estrutura das escolas, formação dos professores e material didático utilizado. No entanto, foi percebido que estes fatores não eram determinantes para o êxito ou fracasso educacional, e sim a estrutura social das famílias.

Os estudos de Coleman (1966) foram fundamentais para que se iniciassem discussões no campo da Geografia urbana e Sociologia urbana, que passam a tratar a segregação residencial ou organização social do território como fator responsável pelas desigualdades educacionais de crianças e adolescentes e consequentemente a exclusão do mercado de trabalho.

De acordo com estes estudos podemos compreender, que as crianças e adolescentes que vivem nos RUC sofrem desigualdades educacionais e de oportunidades de formação para o mercado de trabalho. Assim, as oportunidades educacionais restritas ofertadas nos RUC não contemplam as necessidades das comunidades dentro da perspectiva de mudança social.

Tomando como exemplo o relato de uma moradora do RUC Jatobá, o ensino oferecido pela escola de ensino fundamental é bom. Todavia, ela reclama da falta de oportunidades de qualificação para os adolescentes devido à distância do RUC para o centro da cidade onde se concentram as oportunidades de qualificação para o mercado de trabalho.

Eu gosto da escola fica pertinho da minha casa, eu gosto dos professores, o ensino aqui para as crianças até que é bom, difícil é para os maiores estudar na rua fazer cursos, isso é mais complicado. Meu filho mais velho está terminando o ensino médio e não fez curso nenhum porque é muito difícil sair daqui fica muito caro. Eu coloquei na frente da minha casa uma lanchonete para vender pastel e dei para o meu filho tomar de conta pra ocupar o tempo dele a tarde e também para ele ter um dinheirinho (Entrevistada, 12, 39 anos).

Vale destacar que o nível de escolaridade apresentado pelos adultos moradores do RUC, onde a grande maioria não possui o ensino médio, talvez interfira em uma avaliação mais criteriosa sobre a qualidade da educação ofertada nos reassentamentos. Percebe-se que a grande maioria dos adultos ainda compreende a educação como assistencialismo e não como uma possibilidade de mudança social e econômica.

Infelizmente, a grande maioria das pessoas das comunidades carentes busca na escola um lugar para que o filho fique enquanto os pais trabalham e em alguns casos de maior pobreza a escola serve como um suporte para alimentação dos filhos.

A escola ainda não está funcionando, teve uma reunião e as professoras pediram uma lista de material, mas a gente não pode comprar, eu não vejo a hora da escola funcionar esses anos que escola esteve fechada foi muito difícil porque a gente não tinha onde deixar as crianças pra trabalhar, as coisas estão muito ruins as vezes não tinha nada em casa para comer então eles comiam na escola e a gente ficava despreocupada (Entrevista, 13, 46 anos).

De acordo com a fala da moradora do RUC Jatobá, percebe-se que o baixo grau de instrução aliado às baixas condições econômicas geram um conformismo onde a frequência e permanência da criança na escola já seja o suficiente sem se preocupar com o cumprimento do papel social da educação na formação intelectual, crítica e social.

E) Saneamento e abastecimento

De acordo com o MAB, a Norte Energia com o intuito de aprovação da licença de construção da hidrelétrica de Belo Monte prometeu universalizar o abastecimento de água e o esgotamento sanitário em Altamira.

Segundo com a pesquisa do IBGE (2010) apenas 13% da população contava com o abastecimento de água sendo que o esgotamento sanitário ainda era mais preocupante, menos de 1% da população tinha acesso à rede de esgoto. De acordo com esses dados, percebe-se que cumprir com a promessa era um feito bastante improvável, no entanto o abastecimento de água e esgotamento sanitário foi uma das principais condicionantes no licenciamento ambiental da construção da usina em 2011.

Desta forma, trazemos algumas considerações sobre este tema e como os moradores dos RUC estudados estão sendo assistidos neste elemento.

Como já foi explicitado neste texto, as famílias reassentadas nos RUC viviam em áreas alagáveis próximo aos igarapés que cortam a cidade. Sem nenhuma infraestrutura, com as ruas de pontes e as casas de palafitas chamavam atenção para a pobreza e péssimas condições de higiene. De acordo com Rodrigues (2013), as casas de palafitas representam um modelo de construção típica das comunidades ribeiras. No entanto, quando inseridas no contexto urbano são associados à pobreza e à exclusão social. De acordo com a Norte Energia, a ADA urbana de Altamira apresentava-se da seguinte forma.

A maior parte dos residentes foi classificada como “posseiro” e “ocupante”; b) apenas 3,3% das residências possuíam escritura registrada e, do restante, grande parte tinha apenas contrato de compra e venda ou nenhum tipo de documentação; c) mais de 76% das famílias possuíam renda mensal entre um e três salários mínimos; d) 60% das casas eram de madeira, correspondendo ao padrão de habitação tradicional da região; e) havia muitos problemas de habitabilidade relacionados ao esgoto sanitário, ao abastecimento de água e à destinação do lixo (MIRANDA NETO, 2015, p. 224).

O autor destaca a percepção que a empresa responsável pelo reassentamento tinha em relação às condições jurídicas, da posse da propriedade, da renda das famílias, a estrutura física das casas e as condições sanitárias.

Os movimentos sociais sempre buscaram junto aos órgãos responsáveis uma solução para mitigar os problemas sanitários da população carente do município. Sendo que, as condições de higiene vivenciada por esta parcela da população sempre foi pauta de reivindicações.

Trazer a discussão do processo de remanejamento destas famílias para os RUC é fundamental para que a sociedade possa compreender que um processo de deslocamento de uma comunidade para áreas periféricas da cidade, precisa antes de tudo ter consciência das necessidades econômicas da população e não somente de fornecer uma “casa com banheiro”.

Quando destacamos as problemáticas que envolve o processo de reassentamento, focalizamos na falta de suporte que a empresa responsável e o governo municipal não

oferecem às famílias para que elas possam interagir com as dinâmicas da cidade e desta forma compartilhar das mesmas oportunidades e qualidade de vida. Desta forma, a pobreza foi removida e “maquiada” para a opinião pública, sendo que o elemento saneamento e abastecimento de água, por se tratar da higiene e saúde da população serviu como um forte argumento para que a sociedade entendesse as exigências de melhoria nos RUC feitas pelas comunidades residentes, fossem entendidas como desnecessária tomando como parâmetro a situação de moradia anterior.

Assim, tal como foi feito as grandes reformas urbanísticas no passado, a solução para resolver o problema da moradia e promover o embelezamento das cidades era transferir a pobreza para outro local e não criar condições para que aquele grupo social tivesse melhoria nas condições de vida.

Conforme os dados da FVPP, os eixos de abastecimento de água e saneamento ainda apresentam médias bem baixas na opinião dos moradores. Este fato se compara a situação do município que apresenta 17,80% das residências sem esgotamento sanitário adequado.

De acordo com o relatório do MAB, mesmo após dez anos do início da instalação da hidrelétrica de Belo Monte a cidade ainda se depara com problemas estruturais sendo o abastecimento de água e o saneamento um deles, por um lado a Norte Energia diz que já realizou esta condicionante e pretende entregar a responsabilidade ao governo municipal, por outro, o governo municipal se recusa a receber a responsabilidade alegando que existem problemas e precisam ser sanados antes da entrega. Em meio a este impasse, as comunidades sofrem principalmente pela falta de água, inclusive nos RUC que foram construídos pela própria empresa. Segundo o MAB (2022):

“Durante três anos, as obras submeteram a população a imensuráveis transtornos e desconforto, deixando, ao final, as ruas cheias de irregularidades (desníveis), além de instalações malfeitas que hoje não funcionam”. Embora a Norte Energia considerasse o sistema pronto, a prefeitura alegava na ação que o sistema implantado não havia sido concluído e que a rede implantada era “ineficiente, irregular e até fraudulenta (MAB, 2022).

Não raro, o MAB está denunciando juntamente com as comunidades residentes nos RUC, o problema do abastecimento de água, a população se desespera ficando até por semanas sem água para realizar as atividades domésticas e a higiene pessoal, quanto a água para o consumo, as famílias relatam que é impossível de ser consumida pelo aspecto e também pelo cheiro, fazendo com que muitas famílias utilizem a água de poços de bairros vizinhos ou de familiares que moram no centro da cidade. A imagem abaixo mostra os

moradores do RUC Laranjeiras juntamente com o MAB reivindicando o direito a abastecimento de água.

Figura 23- Protesto dos moradores do RUC Laranjeiras e MAB pela falta de água Agosto/2021



Fonte: MAB

“Rio barato, torneiras secas”. Este era o grito de revolta dos moradores do RUC Laranjeiras em agosto de 2021, quando uma comissão de moradores do Reassentamento Laranjeiras organizada pelo MAB compareceu na Coordenadoria de Saneamento (Cosalt) do município para reclamar das constantes faltas de água no bairro.

“Praticamente todo dia falta água, fomos tirados da beira do rio para conviver com torneiras secas”, afirma Delita, moradora da comunidade (MAB, 2021).

A fala dessa moradora expressa todo desespero e revolta das famílias remanejadas em relação à atual e antiga moradia, e a falta de água em contraste com a relação que estas comunidades tinham com o rio, o sentimento de ter sido tirado deles sua principal fonte sustento, lazer e representatividade.

Em junho de 2022, novamente moradores do RUC Laranjeiras, com apoio do MAB, chamam atenção da sociedade local exigindo que a Norte Energia e a Prefeitura Municipal resolvam a questão da falta de água no reassentamento.

Segundo os moradores, já faz uma semana que as torneiras secaram, tornando a vida na comunidade impossível, os moradores estão sem ter a quem recorrer, pois continua o jogo de empurra, empurra de responsabilidade de um para o outro. Neste impasse, segue o

sofrimento de famílias que são negados até os bens essenciais para a vida como a água. Tal como mostram as figuras 24 e 25.

Figura 24: protesto de moradores do RUC Laranjeiras por falta de água



Fonte: MAB

Figura 25: Participação do MAB o protesto pela falta de água no RUC Laranjeiras



Fonte: MAB

As famílias reassentadas nos RUC tinham uma identidade com o espaço onde viviam, sobretudo, pelas relações culturais com o rio. Assim, através da pesca, das conversas das lavadeiras, das brincadeiras das crianças, saberes e conhecimentos diversos são estabelecidos e repassados tradicionalmente. A proximidade com o rio e os igarapés da cidade compõem nestas comunidades um sentido de pertencimento ao lugar, a percepção de direito à vida, à alimentação e ao lazer. O impacto da falta de água nos RUC perpassa a questão da dificuldade na logística e execução de tarefas domésticas, a falta da água retrata a ausência de compromisso e respeito, sendo este elemento fundamental para a sobrevivência humana.

Figura 26: Enquanto as mulheres lavam roupa, o menino brinca no Igarapé Ambé



Fonte: Revista Época 2011

A imagem expressa uma atividade bastante comum antes do remanejamento das famílias para os reassentamentos. A ausência desta conexão com o rio foi bastante abordada nas falas dos entrevistados, demonstrando o desapontamento com o corte dessa prática tradicional em Altamira. Serra (2001, p. 21) argumenta que a vida do povo da Amazônia é estabelecida pelo ritmo das águas e mantém com a natureza uma simbologia manifestada pela sua cultura e costumes adquiridos no conhecimento prático.

Ainda falando sobre o problema do abastecimento de água nos RUC, de acordo com o MAB, os RUC foram construídos sem reservatório de água, dependendo de caminhões pipa oferecidos pela própria empresa para realizar o abastecimento. Moradores inconformados cobram da empresa que seja construído poços e que sejam instaladas caixas d'água em cada RUC e que continuarão a cobrar da empresa, assim também como do governo local a resolução dessa problemática. A insatisfação ficou evidente quando perguntamos sobre o abastecimento de água.

Água, pra te ser bem sincera aqui em casa nós não podemos lavar roupa, lavou roupa acabou, aqui somos eu, ela, esse daqui e a outra bebezinha (se referia ao marido e aos dois filhos) a gente tem que sair de casa pra tomar banho lá na casa da minha sogra. (A sogra era moradora do mesmo RUC mais já vendeu a casa e voltou para o Bairro São Domingos). Tem dias que na hora do almoço que a gente vai fazer comida, cadê a água? A água é suja mulher, o meu esposo pega água no Viena pra gente beber (Entrevistada 14, 19 anos).

Em outro momento da entrevista quando questionado sobre o sistema de esgotos das casas, o sentimento é de revolta e fica bastante evidente na fala do entrevistado.

Esse sistema de esgoto é uma imundice, entope o tempo todo e fica vazando água e fezes pelo vaso, uma catanga insuportável. Eu fechei este banheiro e construí uma foça lá no quintal, porque eu cancei de ir no escritório da norte energia reclamar e ninguém resolveu nada. Eu mesmo tive que pagar pra arrumar o banheiro. Aqui a gente vive jogado nem liga pra gente, quem tem um pouco de condição se vira quem não tem, se lasca (Entrevistado 15, 56 anos).

Tanto na fala da primeira moradora como do segundo morador, observamos a insatisfação neste elemento, acreditamos que uma das maiores bandeiras levantadas para o remanejamento das famílias era a possibilidade de viver em um ambiente favorável à saúde e ao bem-estar, todavia, este quesito também não vem sendo atendido tal como observamos através de relatos, o que nos leva a crer que a falta de água e os problemas de saneamento evidenciam a segregação socioespacial destas comunidades.

F) Infraestrutura;

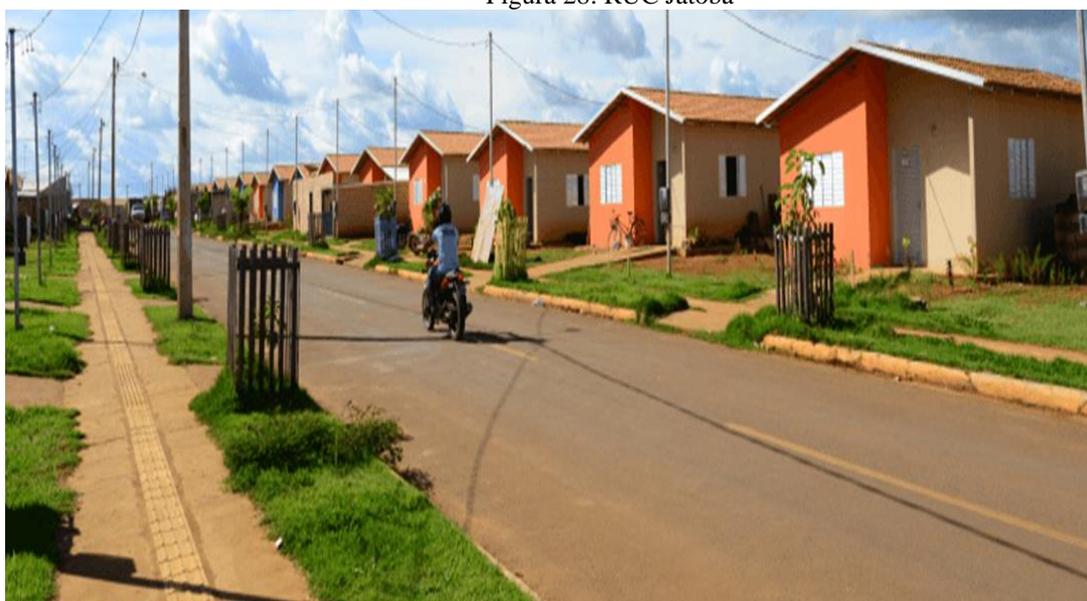
Como já foi apresentado neste texto, os moradores dos RUC antes de serem remanejados moravam em casas de madeiras nas áreas de baixadas da cidade. Com a mudança para os reassentamentos passaram a viver em casas de alvenaria em terrenos afastado do centro da cidade. As imagens 28 e 29 evidenciam o contraste entre as duas moradias.

Figura 27 - Baixão Açaizal Altamira 2011



Fonte: Revista Época 2011

Figura 28: RUC Jatobá



Fonte: Norte Energia

As imagens iniciais mostram as duas realidades de residências das pessoas reassentadas. A primeira trata-se da casa de concreto padronizada construídas nos RUC, a segunda são casas de palafitas típicas das regiões amazônicas. Em Altamira essas comunidades se formaram próximos aos igarapés e ali construíram suas residências durante mais de três décadas, essas casas faziam parte da história da cidade e foram destruídas e

substituídas por parques. Assim a história dessas pessoas se divide nestas duas imagens onde as dificuldades vão além do modelo de moradia.

De acordo com a Norte Energia, todos os bairros construídos pela empresa possuem infraestrutura completa com suas ruas pavimentadas, passeio adaptado para cadeirantes e pessoa com deficiência visual, drenagem pluvial, energia elétrica, iluminação pública, água potável encanada, sistema de esgoto e Unidade Básica de Saúde, já concluída para ser entregue à administração pelo poder municipal (NESA, 2015).

Durante o período de pesquisa de campo podemos observar a estrutura atual dos RUC, tal como se apresentam na figura 30.

Figura 29- Avenida Principal RUC Jatobá



Fonte: pesquisa de campo 2022

As imagens da figura 30 apresentadas são contrárias aos dados coletados do relatório da Norte Energia, que não representam de fato as reais condições vivenciadas pelos moradores. Os RUC têm aspecto de abandono, o mato toma conta das principais vias propiciando a violência. Em relação às moradias, inicialmente a Norte Energia apresentou para a comunidade um projeto de reassentamento contendo três modelos de casas de alvenaria, de acordo com o tamanho da família a ser reassentada: casas de 60 metros

quadrados, 69 metros quadrados e 78 metros quadrados, respectivamente, em terrenos de 300 metros quadrados, a dois quilômetros, no máximo, de onde as famílias moravam. Entretanto, em 2013, a Norte Energia volta atrás do projeto inicial alegando atraso nas obras e apresenta um projeto com casas em concreto tamanho e modelo único sendo aprovado pelo IBAMA. Mais uma vez, a empresa demonstra falta de compromisso com a população altamirense, haja vista não consultar a opinião dos interessados no momento de decisão sobre pautas que prejudicaria a qualidade de vida.

Embora os reassentamentos apresentem condições melhores que os antigos locais de moradia da comunidade, tendo em vista as casas de concreto padronizadas e ruas pavimentadas, a qualidade de vida da população piorou de acordo com o relato dos entrevistados. Desta forma, acreditamos que a estrutura das casas apresenta um aspecto positivo, mas somente a questão estrutural não é suficiente para que as famílias consigam permanecer nos bairros.

A pesquisa realizada pela FVPP mostra que a infraestrutura das casas foi o item que mais teve notas positivas na avaliação dos moradores.

As notas revelam melhor percepção dos moradores em relação a moradia. A dimensão infraestrutura da moradia incorpora indicadores ligados ao conceito de moradia, ou seja, a casa em funcionamento, permitindo aos moradores privacidade e intimidade doméstica a fim de obter restauro físico e psicológico para executar suas atividades externas (FVPP, 2017, p. 40).

De fato, quando comparamos as antigas moradias dos reassentados com as moradias atuais, remete-nos à ideia de melhoria de vida, todavia, o fato de muitas famílias terem vendido ou abandonado suas casas, leva-nos à reflexão diante dessa contradição.

Se por um lado os RUC oferecem casas superiores em comparação as palafitas, por outro lado, a localização e o não cumprimento de algumas condicionantes, tanto por parte da empresa responsável pelo reassentamento, quanto pelo poder público local, mostra-nos que a questão da moradia está além da estrutura física das casas ou bairro, pois existem elementos que foram evidenciados no decorrer desta sessão que evidenciam a segregação socioespacial e que precisam ser vistos pela sociedade e resolvidos pelas autoridades competentes.

A Norte Energia vendeu a ideia de que através dos reassentamentos, a população teria uma significativa melhoria da qualidade de vida. No entanto, as experiências retratadas pelos moradores evidenciam uma situação de abandono, desrespeito e negligência com a população residente. Associado a esse fenômeno, ressaltamos a argumentação de Lefebvre (2000 [1979], p. 36). O autor nos chama para uma reflexão além dos aspectos físicos

apresentados, desta forma, busca-se assegurar às famílias remanejadas a manutenção dos aparelhos públicos assim também como propiciar às comunidades autonomia econômica que possibilite a socialização com outros espaços e grupos sociais da cidade.

Através da pesquisa de campo evidencia-se o crescimento da pobreza e significativa evasão das famílias reassentadas com o abandono ou vendas das casas, a precarização do trabalho e ausência de projetos que incentive negócios, emprego e renda por parte das autoridades competentes agrava a situação dos moradores que sem formação para o mercado de trabalho convive com o desemprego.

Como descrito, a infraestrutura dos RUC não descaracteriza a desigualdade social, uma vez que embora as residências e o espaço se apresentem em melhores condições de habitabilidade, a ausência ou a qualidade na efetivação de alguns itens como (acessibilidade, violência, educação, saúde, emprego entre outros) interferem diretamente na renda familiar e consequentemente na qualidade de vida.

G) Relações de vizinhança e sociabilidade;

Parte da população pobre de Altamira foi reassentada em conjuntos habitacionais construídos na periferia da cidade. Esse processo causou a dissolução dos laços comunitários e de vizinhança fundamentais para dar suporte na vida cotidiana e destruiu a sensação de pertencimento que os moradores tinham com local de origem.

A confiança, amizade e cooperação construída pela população em suas antigas moradas não foram respeitadas, sendo desfeita nas remoções. A falta respeito com a realidade e com os costumes dos moradores locais por partes dos responsáveis pelos reassentamentos, fizeram as comunidades reféns da sua própria casa, sem condições de reagir, viram suas histórias de vida, seus esforços e sonhos serem quantificados em valor muito baixo fora da realidade imobiliária do momento e posteriormente sendo destruídas para dar espaço aos parques, que com o tempo serão protagonistas do esquecimento de vidas que fazem parte da história da cidade.

A preservação dos laços afetivos criados por vizinhos e familiares cabe destaque nesta discussão. De acordo com relatos de moradores, a Norte Energia prometeu no momento de cadastramento que vizinhos e familiares iriam ter prioridade em continuar morando próximos, fato que segundo os moradores não foi cumprido.

Eu morava em uma casa nos fundos da casa da minha mãe no baixão da Aparecida,

hoje eu moro no Jatobá e ela no Água Azul. Ou era assim ou eu ficava sem casa. (Entrevistada16, 35 anos).

Através do relato da moradora, considera-se que o processo de remoção das famílias sem respeitar os laços afetivos criados pela vizinhança é emblemático a ponto de implicar no surgimento de sensação de fragilidade e inseguranças a partir da perda das identidades e pertencimento ao lugar. Entende-se que a presença dos familiares e vizinhas são importantes para a adaptação em novo espaço, haja vista estarmos falando de comunidades que vivem há várias gerações no mesmo espaço, onde laços indenitários foram fortalecidos durante anos.

A esse sentimento de pertencimento chamamos de território simbólico, são memórias construídas pela população em relação ao espaço e as experiências vivenciadas, o território simbólico é importante, pois a partir dele os moradores criam sua identidade, e podem se sentir representados, acolhidos, pertencentes, reconhecidos, aceitos e seguros. A violência acometida no processo de remoção resultou na perda drástica do espaço físico das moradias, mas, sobretudo, do território simbólico construído pelos moradores.

Acredita-se que a adaptação em um novo espaço se faça de forma e que um acompanhamento social e psicológico seria imprescindível para evitar problemas psicológicos, sobretudo, em pessoas idosas e crianças.

Negri (2008) pontua sobre a importância dos laços afetivos criados pelas vizinhas, principalmente em comunidades mais carentes onde a solidariedade, confiança e ajuda mútua são fundamentais para que eles possam sobreviver às adversidades. O autor reflete sobre a segregação subjetiva, em que a marginalização sofrida no dia a dia com as inúmeras dificuldades enfrentadas por pessoas segregadas tendem a refletir na vida pessoal fazendo com que estes percam a vontade de se socializar, não só com amigos, como também, com a própria família. Sob este aspecto Negri (2008) pontua.

Dimensão subjetiva que a população pobre tem da realidade objetiva da segregação é a da marginalização, da exclusão social, o que acaba causando a desintegração social da família e da vida em comunidade, em relação ao bairro em que mora. Assim, a relação de vizinhança vai perdendo o sentido e cada vez mais as pessoas tendem a isolar-se em suas casas, perdendo totalmente os laços de amizade e solidariedade coletiva (NEGRI, 2008, p.16).

Trazendo essa pauta para a realidade dos RUC, percebe-se que a vizinhança era um ponto de apoio dos moradores quando estes viviam nos baixões. De acordo com os entrevistados, existiam laços de amizade e confiança construídos ao longo dos anos e em determinados momentos os vizinhos serviam como apoio para cuidar das crianças das mães

que precisavam trabalhar. Em outros momentos, os vizinhos vigiavam as casas quando alguém se ausentava, também compartilhavam alimentos e remédios e auxiliavam nas construções e reformas das casas.

Com a mudança para os RUC esses laços se perderam, causando grande tristeza, tal como relata esta entrevistada moradora do RUC Água Azul, antiga moradora da Invasão dos Padres.

O que mais eu gostava de morar lá era meus vizinhos, nossos filhos foram criados todos juntos, nos era como família, todo mundo se ajudava, uns cuidava dos outros. Aqui é todo mundo estranho ninguém fala com ninguém, todo mundo trancado. Uma tristeza (Entrevistada, 16, 47 anos.).

A percepção da entrevistada sobre os impactos sociais e psicológicos ocasionados pelo processo de realocação “forçada” representa os sentimentos de desconstrução das relações de amizade e de convivência comunitária desconstituída ao longo dos anos. Acredita-se que estes sentimentos interfiram no processo de readaptação e criação de novos vínculos.

Eu sinto muita falta dos meus vizinhos, até porque nos era tudo parente, minha vó construiu uma casa grande no final da 7 de Setembro, Açaizal, aí os filhos foram aumentando a casa e ficou parecendo uma vila, cada vez crescia mais, depois foram os netos a casa se perdia no baixão. Era divertido demais. Agora todo mundo foi para um lugar diferente, uma tia minha e a minha vó ficaram aqui no Laranjeiras mais elas morreram com a Covid, agora eu estou sozinha aqui. Eu gosto dos meus vizinhos são pessoas maravilhosas, mais nunca será como antes (Entrevistada, 17, 37 anos).

Os laços de amizades criados em um lugar são muito importantes. De acordo com Santos (2007), a cidadania possui uma geografização, a qual supõe que os direitos territoriais e culturais configuram o sentido de lugar e o valor do indivíduo. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nós pertencemos. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi (SANTOS, 2007).

Certeau (1994) corrobora ao afirmar que o espaço é uma construção social, refere-se a sentimentos de pertencimento, reconhecimento e confiança e vai além dos aspectos físicos do lugar.

Assim, o processo de remanejamentos das famílias deve respeitar os laços afetivos construídos pela comunidade possibilitando a continuidade da vizinhança. Pois, de certa forma esta ação preserva os direitos culturais e sociais, assim também como transmite um sentimento de segurança tão importante no processo de reterritorialização.

Sigaud (1992) afirma que as políticas do setor elétrico tem efeitos perversos ao passo que remaneja as comunidades de forma desorganizada e sem responsabilidade social, esta

ação tem provocado o aumento da pobreza através da abrupta mudança no modo de vida e a perda de identidade. Nesse sentido, o não cumprimento de preservar os laços de vizinhança, o processo de reassentamento implica em um elemento segregador, ao passo que destrói o patrimônio cultural e afetivo construído pelas comunidades.

H) Lazer:

Segundo Rechia (2009), os espaços públicos de lazer devem ser espaços legítimos de sociabilidade, transformações sociais e resistência. Os lugares públicos de lazer ainda lhes permitem a socialização com pessoas de outras classes sociais, pensamentos, comportamentos e visões de mundo diferentes. Acredita-se que essa troca de experiência seja fundamental para a vida em sociedade (RECHIA, 2009, p.77).

A autora aborda a importância dos espaços de lazer para a formação social das crianças e adolescentes a partir da troca de experiências vivenciadas com pessoas de outras fora do ciclo familiar. Desta forma, compreendo os espaços de lazer como importante para a sociedade, principalmente para as comunidades pobres que vivem em áreas periféricas, com difícil acessibilidade para as áreas centrais onde se concentram os espaços públicos e particulares de lazer.

Os reassentamentos Jatobá, Laranjeiras e Água Azul, oferecem às comunidades como espaço de lazer uma quadra poliesportiva. Entretanto, estas áreas de lazer são insuficientes, tendo em vista o quantitativo de crianças e adolescentes reassentados. Desse modo, compreende-se que os espaços restritos para o lazer prejudicam a vida comunitária e familiar de crianças e adolescentes dessas comunidades. Sobre este aspecto, Rechia (2003) salienta que as experiências vivenciadas na infância em espaços públicos são importantes, pois potencializam valores sociais e históricos necessários para o exercício da cidadania.

É válido ressaltar que, segundo os moradores entrevistados, as quadras poliesportivas não são apropriadas para as crianças e adolescentes usarem, pois se tornou ponto de venda e consumo de drogas. Uma entrevistada afirma que a quadra esportiva do RUC Água Azul virou monopólio de adolescente em situação de vulnerabilidade, a moradora relata que as crianças e adolescente que não fazem parte do determinado grupo de jovens que comandam o espaço tem medo de ir à quadra.

Em entrevista um morador do RUC Jatobá, faz um relato sobre a quadra.

A quadra já foi já fui muito perigosa, inclusive já ocorreu várias mortes nas proximidades, mas atualmente a quadra vem sendo usada por projetos sociais e grupos de jovens da comunidade (Entrevistado 18, 28 anos).

Podemos perceber na fala dos moradores, que o medo da violência afastou a comunidade das áreas de lazer, assim, o medo fez com os moradores deixassem de usar a quadra, pois a falta de segurança e organização dos conjuntos impedem os pais de permitirem o acesso dos filhos aos espaços. A falta das atividades lúdicas importante para a formação motora, intelectual e social prejudicam o desenvolvimento das crianças que passam boa parte do tempo em casa. Jacobs (2000) pontua sobre este tema.

As crianças da cidade precisam de uma boa quantidade de locais onde possam brincar e aprender [...], no entanto precisam de um local perto de casa, ao ar livre, sem um fim específico, onde possam brincar, movimentar-se e adquirir noções de mundo (JACOBS, 2000, p. 88).

O autor foi decisivo ao trazer a importância de a criança vivenciar experiências através das brincadeiras em áreas livres na comunidade onde vivem, assim as comunidades reassentadas não disponibilizam de aparelhos públicos que possibilitem a interação das crianças e jovens, tampouco, na visão dos pais oferece segurança para que as crianças desenvolvam através das brincadeiras memórias felizes desta etapa da vida.

De acordo com os moradores do RUC Água Azul, a quadra não dispõe de vigilante ou qualquer outro funcionário que possa organizar horários e o uso do espaço. A quadra tem um aspecto ruim, com as grades quebradas e mato ao redor, ao lado da quadra tem uma academia ao ar livre que também apresenta um aspecto ruim, sendo pouco utilizada para a prática de exercício. Devido a estes fatores os pais não permitem que as crianças brinquem na quadra limitando-as às brincadeiras nos quintais de casa ou no espaço da escola. A imagem 31 mostra o estado atual das quadras e equipamentos.

Figura 30- aparelhos esportivos dos RUC.



Fonte: Pesquisa de Campo (2022)

De acordo com as imagens, podemos dizer que os RUC não têm infraestrutura social, ou seja não oferecem espaços adequados para a socialização da nova vizinhança, para que as famílias possam se conhecer interagir e criar laços de amizade e companheirismo, com pouca arborização, os bairros são quentes o que dificultam as brincadeiras e as conversas no fim das tardes.

Diante dessa realidade de insegurança e vulnerabilidade os espaços de lazer oferecido nos RUC são inadequados para as crianças, pois os pais temem que seus filhos sejam expostos à violência, ao consumo de drogas e o assédio sexual.

As crianças e adolescentes moradoras dos RUC perderam seus direitos de brincar e socializar em espaços públicos devido à falta de segurança e organização dos espaços. De acordo com FVPP, os moradores dos RUC consideram que o lazer piorou em relação à antiga moradia. A pesquisa mostra que 67% dos moradores do RUC Água Azul relataram que tinham mais opção de lazer nas antigas moradias, no RUC Jatobá o número foi de 56% dos moradores consideram que seu lazer diminuiu depois das remoções, os moradores dos RUC

Laranjeiras também compartilham do mesmo sentimento sendo que 60% dos moradores não estão satisfeitas com as opções de lazer oferecidas no reassentamento.

Ao analisarmos os resultados dessa pesquisa, compreende-se que embora as condições de moradias das famílias fossem precárias, a proximidade do rio, assim também como praças e o cais do porto propiciavam as famílias momentos de lazer.

Outro fator que interfere neste quesito é a localização dos RUC, distante das áreas centrais onde se concentram maiores oportunidades de diversão. De acordo com Bourdieu, a segregação socioespacial pelo qual as comunidades carentes são submetidas, tira-lhes a possibilidade de adquirir o “capital cultural” através das visitas a museus, praças, bibliotecas, teatros e até mesmo, através do contato com pessoas de outras classes sociais. Desta forma, é negado a estas comunidades crescimento intelectual através do lazer.

Acredita-se que crianças e adolescentes que não tiveram oportunidades de vivenciar momentos em espaços públicos de lazer e entretenimento, têm dificuldade de socialização na idade adulta, pois desenvolve um sentimento de inferioridade em relação ao outro.

O sentimento de inferioridade vivenciado pelas classes populares é um reflexo da segregação socioespacial, assim, muitos adultos se limitam através do próprio isolamento de frequentarem espaços culturais comuns a pessoas de outras classes sociais. Desta forma, através do isolamento muitas vezes involuntário, estes indivíduos acreditam estar se protegendo do sentimento de autodesvalorização desenvolvido no decorrer da sua formação.

Nos processos de apropriação social dos espaços públicos de lazer na cidade contemporânea, as diferentes classes sociais e frações de classe vão produzir representações, representações estas que podem legitimar também o processo de segregação socioespacial, sublinhando o caráter simbólico da segregação e seus reflexos nos processos de reprodução social do espaço urbano (SERPA, 2013, p. 175).

Segundo o autor, as representações são fenômenos de consciência individual e coletiva que acompanham uma determinada comunidade ou sujeito. São lembranças construídas nos espaços ou instituições não se reduzindo as diferenças étnicas ou classes econômicas.

Acredita-se que, a falta de espaços de lazer nos RUC se apresenta como um elemento de segregação socioespacial. Observa-se que o projeto de remoção das famílias para os reassentamentos não cumpre a responsabilidades sobre a manutenção dos seus equipamentos sociais e a melhoria das condições de vida da comunidade, dentro de uma perspectiva de crescimento intelectual das gerações futuras possibilitando a inclusão social.

3.2 A realidade dos RUC como produto social do espaço.

A reestruturação da cidade de Altamira a partir da instalação da usina de Belo Monte nos convida a uma reflexão sobre as formas como se produz o espaço urbano sob uma perspectiva capitalista e como as redefinições do espaço dentro das cidades resultam na segregação socioespacial das pessoas mais pobres.

A segregação constitui um dos fundamentos de produção do espaço urbano capitalista, as reformas urbanísticas por sua vez concretizam a reprodução. Corrêa (2004) assinala que o espaço urbano é produzido por diversos agentes sociais, que incluem ações como: “densificação” do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 2004, p. 11).

A reestruturação de Altamira entre outros fatores resultou nas remoções das famílias que ocupavam as áreas próximas ao centro para os reassentamentos, a nosso ver, caracteriza-se como reprodução de poder no espaço urbano sendo, a segregação socioespacial o resultado desse processo. Vale ressaltar que a segregação não é impensada, pelo contrário, ela faz parte do planejamento e sem sombra de dúvidas ela é a maior representação do poder no espaço.

A urbanização e reurbanização das cidades dentro dessa visão capitalista vê o espaço como mercadoria e as mudanças estruturais são apenas uma forma de valorizar esse capital. Desta forma, o processo de reestruturação pela qual Altamira passou, com a criação de novas vias, parques e praças nos locais onde viviam as pessoas mais pobres, nunca foi com intenção de melhorar as condições de vida e sim de valorizar o espaço e garantir hierarquização do poder sobre a apropriação do espaço.

Maricato (2017) contribui ao destacar que em uma sociedade capitalista não existe democratização ao acesso à terra urbana, o que resulta na segregação do espaço. A terra urbanizada tem alto valor comercial dependendo da localização e dos recursos disponíveis nesta área, ou seja, quanto mais centralizadas e com investimento em infraestrutura, mais caro fica o espaço. Assim, compreende-se a reestruturação da cidade como estratégia de mercado e valorização fundiária.

Para além desses investimentos em melhoria visual, é nessas áreas onde se concentram o comércio e a maior oferta de empregos, esses fatores tornam esses espaços disputados por empresas e por pessoas com renda mais elevada. É a partir desse movimento de produção do espaço que se reproduz as desigualdades e a exclusão das pessoas que não tem condições

financeiras de comprar as terras nas áreas centrais, restando apenas a ocupação de áreas periféricas, onde a ausência do Estado de forma estratégica propícia a segregação.

De acordo com Lefebvre (2008). A política do espaço apenas o concebe como meio homogêneo e vazio, no qual se estabelecem objetos, pessoas, máquinas [...]. Tal representação fundamenta-se numa lógica de uma racionalidade limitada, e motiva uma estratégia que destrói, reduzindo-os, os espaços diferenciais do urbano e do 'habitar' (LEFEBVRE, 2008, p. 51).

O autor contribui ao trazer a discussão sobre a produção capitalista do espaço, onde o habitar transforma-se em habitat. Para o autor, o habitat é a moradia como necessidade humana de sobrevivência, já o habitar se constitui como lar no sentido mais subjetivo de intimidade do sujeito com seu espaço, pressupõe bem-estar, satisfação e possibilidades de crescimento econômico e intelectual, o que só é possível quando o sujeito tem acesso aos serviços oferecidos pela urbanização como infraestrutura, mobilidade, acessibilidade, educação, saúde, segurança, cultura e lazer.

O habitat que naturalmente deveria ser ofertado aos sujeitos por se tratar de essencial para a manutenção da vida, tornou uma bandeira de lutas nas cidades, onde o efeito da produção capitalista limita os espaços de habitação para os pobres, tornando o habitat privilégio de poucos e habitar utópico. Tomando como exemplo os argumentos de Lefebvre (2008) trazemos a possibilidade de discutir a produção da cidade de Altamira, a partir dos projetos de reurbanização e das remoções das comunidades pobres para os reassentamentos urbanos como práticas comuns do urbanismo capitalista.

Os RUC foram construídos vendendo a ideia de melhoria de vida para a população pobre, as casas de alvenaria, as ruas pavimentadas, o saneamento básico, em contraste com a realidade das moradias de palafitas serviram como alibi para persuadir a opinião pública e principalmente para mascarar as reais intenções das políticas energéticas do Estado e das empresas privadas responsáveis pela construção de Belo Monte de apropriação do espaço e hierarquização do poder.

A reforma da cidade fragmentou o urbano e tirou dos pobres a possibilidade de sociabilidade, encontro das diferenças, oportunidades educacionais e de trabalho, acesso aos equipamentos coletivos públicos, à cultura, ao lazer e as possibilidades de inclusão. A realidade vivenciada nos RUC após seis anos de remoção é de abandono e frustração, de fato, o processo foi desastroso, pois propiciou o isolamento, desemprego, violência, doenças e estimulou o aumento da pobreza e da falta de expectativas futuras

A infância e a juventude dos RUC estão marcadas por um período tortuoso de transição. O desemprego e as violências estão entre os fatores desestabilizaram as famílias deixando seus filhos em condições de vulnerabilidade. O desrespeito pela vida, pela infância e falta de acompanhamento nos processos físicos e psicológicos naturais dessa etapa de vida se contrastam com o discurso de investimento nas futuras gerações.

A reprodução da pobreza da pouca escolaridade, do analfabetismo político, propiciou para que se concretizasse as remoções sem o mínimo de responsabilidade com os direitos civis relacionados não só a habitação, mas o direito de usufruir das possibilidades ofertadas pela cidade

O projeto milionário de Belo Monte trouxe para a população altamirense desajuste social e instabilidade financeira, sendo que as comunidades reassentadas são as que mais sofreram por se tratar de trabalhadores com pouca qualificação e menores rendimentos.

Segundo Villaça (1998, p. 150), a segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço. A segregação socioespacial tirou dessas famílias a possibilidade de inserção no contexto produtivo da cidade, o que demonstra a conservação da pobreza necessária para manutenção do capitalismo. Segregados e esquecidos pelo poder local, os moradores dos RUC sobrevivem às adversidades do isolamento espacial e social característico da produção da cidade com interesse capitalista.

3.3. Os RUC e segregação planejada;

As experiências de instalações de grandes empreendimentos nas cidades da Amazônia nos mostram um quadro não favorável aos cidadãos, entre outros fatores pelo afluxo populacional de trabalhadores migrantes que resultaram e desajuste social.

Trindade Junior (2013) aponta como exemplo da Vila dos Cabanos que após a instalação de empresas no ramo de exportação de minérios agora é vista como local de exportação e lazer, e o caso de Tucuruí, que após a instalação da usina hidrelétrica mudou seu contexto popular, facilmente observado na substituição da pesca artesanal para a pesca esportiva com o objetivo de atrair o turismo.

Segundo o autor, esses empreendimentos mudaram a dinâmica social da cidade, trazendo prejuízos para os moradores nativos da região, que aos poucos perdem sua identidade cultural.

Este mesmo autor esclarece que esses fatos são recorrentes porque a Amazônia passou a ser vista como um espaço em estruturação, para onde as relações capitalistas de produção se

expandem e se consolidam, alterando, sobremaneira, a organização socioespacial anterior (TRINDADE JUNIOR, 2013, p. 9).

Com a instalação da hidrelétrica de Belo Monte no município de Altamira, vários setores sociais foram penalizados, sendo discutido neste trabalho a segregação socioespacial sofrida por trabalhadores pobres que viviam nos baixões localizados em áreas centrais do município. A reestruturação urbana de Altamira em decorrência de uma obra gigantesca, a fim de obter lucros, causou a desapropriação de mais de seis mil famílias, onde os prejuízos ultrapassaram a esfera material e atingindo aspectos subjetivos como cultura, identidade e as expectativas de melhoria de vida futura.

Segundo a Norte Energia, estas remoções se justificaram pelo fato de as comunidades estarem localizadas em áreas que seriam diretamente afetadas e sujeitas a alagamento por conta da construção do reservatório, assim, todas as casas que estivessem localizadas próximas ao leito do rio e dos igarapés deveriam ser demolidas e os moradores indenizados ou realojados em reassentamentos construídos nas áreas periféricas como parte da política compensatória

Este processo de realocação das comunidades seria assistido pela empresa responsável pela construção da usina (Norte Energia), que de acordo com as condicionantes deveria dar suporte físico, material, social e psicológico, antes, durante e após as remoções.

Tomando como referência com os relatos obtidos nas entrevistas durante o trabalho de campo, percebe-se que o suporte necessário para o processo de adaptação neste novo espaço de moradia (RUC) não foi suficiente, ou melhor dizendo, o acompanhamento dado pela empresa foi superficial e não correspondeu às promessas feitas no momento de cadastramento, prevalecendo o abandono e violação dos direitos civis.

O fato é que estes remanejamentos compulsórios provocaram novas dinâmicas na vida da população e mesmo sendo feito de forma planejada não atendeu às necessidades de moradia. Vale ressaltar que o direito à moradia está assegurada na Constituição Federal no seu art. 1º, assim como na Declaração Universal de Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais entre outros tratados nacionais e internacionais, neste sentido, a moradia não se limita somente a parte física da residência, a moradia constitui entre outras coisas, bem-estar social e está ligado ao espaço e ao acesso a saneamento básico, educação, saúde, lazer, acessibilidade a outros espaços da cidade sem prejuízos monetários.

Desta forma, compreende-se que os reassentamentos não atendem essas necessidades básicas e por esse motivo se caracteriza como segregação socioespacial.

Conforme o dossiê da Norte Energia a retirada dessas comunidades dos baixões fazia parte das condicionantes da Licença de Instalação (LI), definida no Plano Básico Ambiental (PBA), como parte da mitigação e prevenção dos impactos. A retirada das famílias e limpeza dos igarapés traria melhoria à cidade pois daria espaço para construção de parques e vias, diminuindo as doenças provenientes da falta de saneamento e ao mesmo tempo diminuiria a criminalidade. Instituto Socioambiental (ISA) – Dossiê Belo Monte – (ISA, 2015).

Observa-se através destas afirmativas que os argumentos utilizados para a remoção estavam pautados nas questões ambientais, sanitárias e a melhoria do aspecto visual dessas áreas centrais, não levaram em consideração fatores que eram positivos para os moradores como a localização próxima ao centro da cidade e de aparelhos públicos como escolas, hospitais, trabalhos, áreas de lazer e em especial a relação com rio, típico das cidades da Amazônia.

Sobre a relação das comunidades remanejadas com o rio, Trindade Junior (2013) argumenta que essa prática é bastante comum nos projetos de urbanização e reurbanização das cidades da Amazônia, e que a separação dessa população com o rio traz perdas irreparáveis, pois o rio é a via de circulação, o complemento da alimentação, o trabalho, o lazer e a história dessas comunidades.

Outro argumento utilizado foi a melhoria de vida das comunidades com a possibilidade de ter uma casa de alvenaria com instalações sanitárias adequadas, situação que contrastava com as moradias de palafitas e a ausência de saneamento. Entretanto, esses elementos não foram suficientes, pois não propiciaram condições para permanência nos novos reassentamentos, fato que se confirma com o abandono das casas e em muitos casos o retorno das famílias para áreas de ocupação e zonas rurais.

Também foi utilizado como alegação para as remoções das famílias, a possibilidade de redução da violência no centro da cidade. Assim, percebe-se a reprodução do discurso preconceituoso baseado no fato dos baixões concentrarem grande parte da população pobre da cidade, e assim como se criou o estereótipo ligando a favela com a violência, os baixões foram relacionados com a criminalidade, entre outros problemas sociais, ao passo que, segundo os responsáveis pelas remoções, afastar estas comunidades do centro da cidade resolveria a violência. Todavia, ao serem questionados sobre a segurança nos RUC as comunidades informam que se sentiam mais seguros em suas antigas moradias, e que ao serem reassentados viraram alvos de bandidos e dos agentes de segurança pública que ao invés de proteger tem tratamento preconceituoso e injusto com moradores.

O processo de remoção das famílias para os RUC não respeitou as relações subjetivas dos moradores com o local da sua antiga moradia, quebrando os laços afetivos constituídos durante anos com o local e com a vizinhança. Embora, grande parte da sociedade altamirense compreendesse os baixões como local de pobreza e insalubridade, para os moradores, os baixões, eram seus territórios, o espaço conquistado na cidade onde produziam a sua existência. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 2005). O pensamento do autor se justifica quando percebemos a nostalgia na fala dos moradores, que apesar das dificuldades enfrentadas, principalmente em período de cheia do rio se identificava com o lugar.

Para essas pessoas, os baixões não era apenas um aglomerado de casas autoconstruídas de madeira. Lá era o lar, o lazer, o trabalho, a cultura, a crença e o local de representatividade daquelas comunidades, fato este percebido nas falas orgulhosas ao serem indagados sobre sua antiga moradia “eu sou do Açaizal”, eu sou do “baixão do Tufi”, “eu sou das Olarias”.

As respostas de nossos entrevistados representam pertencimento ao local, ao território onde as comunidades se construíram ao longo dos anos com suas características individuais e coletivas relacionadas ao espaço. Segundo Becker (2010), a territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações por meio do reforço do controle sobre uma área geográfica específica, isto é, o território.

Com as remoções, as comunidades perderam esse sentimento de pertencimento com o local de moradia e segundo eles, morar em reassentamento é sinônimo de preconceito, e um obstáculo para ingressar no mercado de trabalho. O processo de remoção provocou nas comunidades a desterritorialização.

De acordo com Haesbaert (2002), a desterritorialização se dá através das rupturas drásticas com o local de moradia e das perdas matérias e relações afetivas, tal como aconteceu com a população remanejada para os RUC.

Ainda falando sobre emblemático remanejamento, acrescenta-se como ponto negativo a falta de organização que culminou na quebra dos laços de vizinhança das comunidades. É válido ressaltar que o cumprimento desse elemento poderia ser um ponto positivo no processo de adaptação e reterritorialização das comunidades.

De acordo com os entrevistados, a empresa responsável pelas remoções firmou compromisso com as famílias de que os vizinhos e familiares iriam para o mesmo reassentamento, com a possibilidade de ficarem na mesma rua. No entanto, o que aconteceu foi um processo atropelado com remoções aleatórias, ocasionando o distanciamento, e a fusão das comunidades em RUC diferentes, com isso ocorre a desconstrução das redes solidárias

que existiam e que facilitavam o acesso e permanência nos empregos, assim também como o sentimento de segurança. Vale frisar, que a remoção aleatória misturou as comunidades, e segundo os moradores, colocou no mesmo espaço, integrantes de gangues rivais, o que ocasionou uma onda de violência nos primeiros anos. A falta de compromisso e organização da Norte Energia no processo de remanejamento dificultou a reterritorialização sendo a perda da identidade com o local de moradia um fator negativo.

A reterritorialização é um processo complexo de adaptação a um novo espaço, muitas vezes esse momento é traumático e costuma desestabilizar as famílias, a inclusão de elementos ligados a antiga moradia pode trazer conforto e confiança, assim, seria coerente que os familiares e vizinhos pudessem ficar próximos dando continuidade as relações afetivas e solidárias já estabelecidas.

O processo de implementação dos RUC na cidade se caracteriza como segregação socioespacial, porque as decisões foram tomadas unilateralmente sem a participação da comunidade. A empresa responsável pelas remoções se aproveitou da baixa escolaridade e instrução dos moradores, para conseguir vantagens nas negociações, também usou o momento de insegurança e medo para impor os baixos valores das indenizações, deixando os moradores sem opção, haja vista o momento de grande especulação imobiliária e aumento do valor das terras e da moradia.

A população pobre foi “arrastada” para periferia como peça desnecessária para o novo modelo de modernidade e desenvolvimento estabelecido na cidade. Não houve sensibilidade com a crise material, econômica e emocional que as remoções causaram para essas famílias.

Os RUC foram ocupados sem oferecem equipamentos necessários como creches e postos de saúde, demonstrando total falta de compromisso com as comunidades, sobretudo por se tratar de equipamentos públicos ligados à manutenção do trabalho e da vida. A falta de creches penalizou as mulheres que tiveram que largar seus empregos, pois não tinham com quem deixar os filhos menores que necessitavam de cuidados. Essa atitude é uma agressão ao direito da mulher de trabalhar e de dar melhores condições de vida para sua família.

O fator distância talvez seja o que mais caracteriza a segregação, principalmente, pelo contexto da palavra relacionado com distanciamento e isolamento, deste modo, foi o aspecto mais comentado como negativo durante as entrevistas.

A ausência de transporte público conectando os RUC ao centro da cidade provocou desemprego, onerou as despesas, afastou a população das áreas de lazer, isentou a possibilidade de escolha de outra escola e de aperfeiçoamento profissional, isolou a comunidade pobre em um espaço e tirou delas a possibilidade de interagir com outros grupos

sociais dentro do espaço urbano.

O distanciamento dos RUC foi um descumprimento da Norte Energia com a sociedade, sendo que fazia parte do acordo os loteamentos estarem localizados em até 2 quilômetros de distância das antigas moradias, a quebra desse acordo é um desrespeito com os reassentados e uma omissão de direitos acessibilidade dentro do espaço urbano.

A empresa responsável pelo reassentamento utilizou de recursos midiáticos e destacou as condições das moradias de palafitas para manipular a opinião popular e sair como bem feitora, como salvadora do povo pobre e desassistidos. No entanto, as pessoas que estavam à frente desse processo não faziam parte da nossa região e tão pouco conheciam as nossa cultura e nossa forma de vida. As casas de palafitas nunca foi, a nosso ver, o grande problema da cidade. As palafitas, moradia característica das populações ribeirinhas, eram a materialização da falta de políticas públicas que atendesse os problemas habitacionais de trabalhadores pobres que migraram para a zona urbana em diferentes fases de desenvolvimento da cidade e que encontraram nos baixões uma forma de sobreviver com o mínimo de dignidade.

O que realmente precisava ser feito independente de hidrelétrica, era dar condições para que as pessoas pudessem viver com qualidade de vida no espaço que elas escolhessem ocupar na cidade, seja no centro ou afastada. Todavia, um empreendimento milionário se estabeleceu em Altamira e ao invés de promover o bem-estar dessa população que foi afetada diretamente, usou de má fé, aproveitando-se do momento de anomia social para obter vantagens em cima de quem não tinha quase nada.

O processo de remanejamento das famílias dos baixões para os RUC foi no mínimo vergonhoso, cruel e desumano, devido a empresa responsável pelas remoções planejadas, aliada com órgão do governo, mascarar o processo em que vários fatores negativos foram ocultados da sociedade.

Não podemos deixar de registrar nosso repúdio ao comportamento desrespeitoso dos responsáveis pelo empreendimento, quando em momentos de conflito e denúncia por parte dos atingidos e de movimentos sociais da região, a empresa responsável pelas remoções respondem com o discurso de que os trabalhadores pobres da cidade estavam reclamando de “barriga cheia”, ou seja, tentando desmerecer a luta, diminuir o povo, e que a situação nos reassentamentos seria melhor que anterior. Todavia, os problemas explícitos falam por si só.

Desta forma, consideramos que as problemáticas existentes nos RUC, comprometem a qualidade de vida dos moradores e caracterizam os reassentamentos como espaços de segregação socioespacial mesmo com sua condição planejada.

3.4. A quem interessa as remoções urbanas?

Seguindo o mesmo padrão de outras regiões que receberam megaprojetos de desenvolvimento, a usina hidrelétrica de Belo Monte foi construída para atender às necessidades energéticas do país. Todavia, a forma como se deu o processo de instalação, penalizou a população local e o meio ambiente para dar rendimentos às empresas do setor energético, grandes empreiteiras e montadoras nacionais e internacionais.

A implantação da hidrelétrica impactou de forma negativa a população pobre da cidade com as remoções das comunidades que viviam nas áreas centrais para reassentamentos nas periferias da cidade, alterando seu modo de vida, no trabalho, na economia, nas relações sociais e culturais. A vinda da hidrelétrica para a região do Xingu gerou volumosos recursos para o governo e empresas particulares em detrimento da moradia, um direito fundamental do ser humano. Mais uma vez, a agressão ao direito dos pobres de viver com dignidade na cidade, foi respaldado com discurso discriminatório bastante utilizado na história das intervenções urbanas pautados na higienização, desenvolvimento turístico, gentrificação e a desfavelização.

A história recente do país sobre os projetos de urbanização e reurbanização das cidades, seja para a implementação de um grande projeto, ou para receber um evento, mostra que são utilizados os mesmos procedimentos que foram utilizados na urbanização em decorrência da industrialização, porém agora com “métodos refinados”, sendo a remoção planejada um desses métodos, principalmente por divulgar à sociedade a necessidade das remoções como sendo uma melhoria na qualidade de vida da população atingida.

O que percebemos é que mesmo em tempos diferentes e com objetivos variados, a dinâmica da urbanização e reurbanização das cidades sob uma ótica capitalista tem sempre o mesmo desfecho, afastar a população pobre, remover de um local para outro, de modo que atenda às necessidades do capital.

Anteriormente, a população pobre era removida de uma área da cidade muitas vezes através da força policial sem nenhuma política pública de habitação que pudesse garantir a essa população um local para serem realocados, e essa ação imoral era legal tanto no ponto de vista jurídico como social.

Com o passar do tempo, a sociedade foi se organizando e cobrando das autoridades a garantia desse direito de moradia para a população, desse modo que as remoções são feitas hoje dentro de um planejamento. Contudo, esse planejamento não atende as reais

necessidades de moradia, sendo o fator acessibilidade um dos mais expressivos e que demanda outros problemas.

As remoções de populações pobres das áreas centrais da cidade em decorrência da revitalização, já aconteceu tantas vezes que a sociedade tende a naturalizar o processo como se esta exclusão fosse algo normal, convencional e necessário para o desenvolvimento da cidade. De certa forma, o pobre é visto dentro de uma ideia de cidade moderna e desenvolvida como um empecilho para a concretização dos objetivos, seja eles de revitalização das áreas para valorizar dentro do mercado imobiliário, seja para interesse de transformar áreas em potencial turístico ou mesmo para atrair investidores.

Assim, as remoções são naturalizadas pela sociedade pela lógica da ordem social que acredita que o aglomerado de pobres seja nos cortiços, nas favelas ou nos baixões como no caso das cidades da Amazônia, demandam desordem e atraso, sendo a segregação desses sujeitos de seus lugares de moradia como uma necessidade.

Sobre esse processo Lefebvre (2008, p. 10) afirma que “os expulsos para as periferias desurbanizadas são aqueles considerados os incômodos, os inconvenientes, ou mesmo ameaçadores”. De acordo com o autor, esta ação segregadora que vem se repetindo nas cidades se justifica pelo pensamento racionalizado de ordenamento espacial de acordo com a classe social onde o sujeito está inserido, tendo como resultado uma cidade que exclui a população trabalhadora mais pobre do crescimento econômico, social e cultural.

A expulsão das pessoas de baixa renda para periferias atende aos interesses políticos dos gestores das cidades, que através destas intervenções remodelam a cidade, muitas vezes com exclusão de todo espaço, como aconteceu aqui em Altamira nas áreas de baixadas que foram transformadas em parques como parte da requalificação.

Os espaços onde moram a população mais carente sempre foram vistos como locais sujeitos a readequação e requalificação, este tipo de ação é um reflexo de um espaço urbano idealizado dentro do contexto capitalista de modernidade. Sendo que as pessoas são removidas para áreas afastadas com pouco valor comercial onde a ausência do governo se manifesta pela falta de investimento em infraestrutura e pela falta de serviços e equipamentos urbanos.

Ainda na intenção de entender a quem interessa as remoções, trazemos discussão de Maricato (2013), em que a autora fala sobre o interesse comercial na expulsão dos desprovidos para valorização imobiliária do local, nesse caso a reabilitação de algumas áreas da cidade e conseqüentemente o afastamento da população pobre se dá para atender aos interesses de construtoras, promotores, financiadores, e proprietários mobiliários privados.

Geralmente, o espaço onde a população pobre ocupava nas cidades são substituídos por shopping, áreas culturais, parques entre outros, esses empreendimentos valorizam as áreas e aumenta o valor comercial da terra e dos imóveis. No entanto, a reabilitação da cidade, seja por objetivos diferenciados sempre conduz à segregação dessa parcela da população que devido suas parcas condições financeiras não tem como se manter nas áreas centrais.

Villaça (1999) diz que os investimentos públicos feitos nos municípios brasileiros de forma geral são regressivos, pois eles alimentam o mercado imobiliário ao invés de democratizar o acesso à cidade. O autor nos leva a refletir sobre as reformas urbanísticas que são apresentadas à sociedade como solução para a crise da moradia e prometem democratizar a cidade. No entanto, são feitas reforma urbanística em áreas específicas das cidades, o que aumenta o valor da terra e impulsiona a segregação da população mais carente de recursos financeiros.

Democratizar a cidade vai além de revitalizar áreas específicas das cidades e muitas vezes está além de um projeto urbano, pois significa antes de tudo democratizar a renda da população, para que todos tenham condições de viver com dignidade, o que se torna utópico em um país que se sustenta na base da exploração do trabalhador.

Villaça (1999) nos fala sobre o caráter segregador do mercado em transformar territórios e descartar aqueles que se tornaram populares, isso está ligado à lógica econômica fundiária de apropriação da terra. Referendando a fala do autor, a lógica fundiária vai contra o princípio da reforma urbana, que é coibir a especulação imobiliária e a disparidade econômica da população entre outros fatores.

Os movimentos pela reforma urbana vêm lutando por essas demandas e acredita que o direito à cidade possibilitara a população carente acesso à educação, saúde, lazer entre outros direitos. Assim, a revitalização feita em Altamira com a instalação da usina, que entre outros fatores culminou no remanejamento dos moradores das áreas de baixadas para as áreas periféricas da cidade aumentando as dificuldades de acesso aos aparelhos públicos e reforçando a segregação socioespacial.

Maricato (2013), por sua vez, esclarece que o governo trabalha de acordo com os interesses das empresas imobiliárias, ou seja, se determinada área da cidade não interessa ao mercado imobiliário, as prefeituras não investem recursos nos locais. Essa mesma autora completa dizendo que na década 1970, o governo fazia um planejamento visando o crescimento da cidade como um todo, e que atualmente, a projeções são feitas de acordo com o uso empresarial, cultural e institucional.

A moradia deixou de ser um direito para ser um privilégio, parte se deve ao desajuste entre o salário e o custo de vida, ou seja, se o salário não cobre as necessidades da família algum setor fica penalizado, sendo a moradia um dos primeiros reflexos.

A reurbanização das cidades e a revitalização de algumas áreas não incluem todas as classes sociais, prevalecendo o jogo da valorização e expulsão.

A cidade deveria ser um espaço de pluralidade cultural e racial onde diferentes classes se relacionam. Contudo, a presença da pobreza em áreas centrais da cidade tem sido encarada como um problema social que precisa ser eliminado, contudo, não tem se adotado políticas públicas para resolver o problema da moradia que priorize as necessidades da população carente de forma justa.

No século XX, as intervenções sanitárias nas grandes metrópoles brasileiras, expulsaram os pobres das áreas centrais sobre um discurso higienista apoiados pela ciência tornando os espaços hegemônicos de acordo com suas condições econômicas. Seguindo a mesma dinâmica do passado, as cidades da Amazônia que recebem grandes projetos têm como principal consequência o desajuste social com a penalização da população pobre. Todavia, pelas mudanças de postura da sociedade e visibilidade através das mídias sociais, a exclusão se respalda agora no discurso da qualidade de vida da população pobre.

3.5. Responsabilidade com a população atingidos

Desde que a usina de Belo Monte começou a operar em 2016, que os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo começaram a receber a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conhecida como royalties. Trata-se de um recurso financeiro sobre os ganhos com a venda da energia produzida, que é repassada para os municípios que foram impactados com áreas alagadas e com mudanças na sua estrutura e dinâmicas sociais. Este valor corresponde a 7% do que é produzido e o valor muda de acordo com área alagada que cada cidade, ou seja, quanto maior o prejuízo, maior a compensação monetária.

A omissão da Norte Energia e da Prefeitura Municipal em atender o direito à qualidade de vida dessas pessoas, fez com que as famílias fossem empurradas para os RUC sem que os equipamentos sociais estivessem operando, como transporte, posto de saúde, policiamento com posto atendimento, creches, espaços de lazer e convivência, sem política para geração de emprego e incentivo para aperfeiçoamento profissional.

As comunidades sofrem pela ausência de uma gestão que seja comprometida em reparar os danos causados tanto por parte da Norte Energia como também do executivo municipal, a verdade é que existe um abismo entre o poder dos órgãos responsáveis e a resistência das comunidades, na sua grande maioria sem conhecimentos formais e com baixo nível de escolaridade são incapazes de para entender o processo cruel e desumano pelo qual foram submetidos.

De acordo com o MAB (2015), a Norte Energia usou seus aparelhos midiáticos, para enfatizar as características negativas dos baixões como local insalubre, sem saneamento básico, sem água potável, com casas sem segurança que ficavam alagadas durante o inverno amazônico.

A Norte Energia S.A. sempre ressalta as características negativas desse espaço, para se colocar como uma grande benfeitora. Enfatiza que os atingidos vivem em áreas insalubres, sem acesso a tratamento de esgoto e sem fornecimento de água potável, e que já passam três meses do ano alagados, durante o inverno amazônico. Em suas peças de comunicação, evita considerá-los atingidos pela obra, apresentando-os como beneficiados (MAB, 2015, p. 109).

Dessa forma, a empresa fortaleceu o discurso de que as pessoas removidas estariam sendo beneficiadas e não atingidas. A empresa usou argumentos na tentativa de minimizar as reais condições que foram feitas as remoções e todos os direitos que foram negados à população. Tal como aponta Raminelli (2011):

O caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é um exemplo emblemático de como as informações podem ser manipuladas e restringidas à posicionamentos de interesse da grande mídia. Assim, se a televisão apresenta apenas argumentos contrários à construção da Usina, na internet é possível encontrar, também, os defensores deste projeto e suas razões para apoiá-lo, como o blog da Usina de Belo Monte (RAMINELLI, 2011, p. 5).

Conforme a autora, as notícias passadas a população foram manipuladas para que uma grande parte da sociedade, sobretudo as pessoas que não vivenciaram o processo, não tivesse conhecimento das ações executadas onde pessoas foram, humilhadas, desrespeitadas com a destruição do seu modo de vida e da segregação socioespacial que foram submetidas.

Isolados e esquecidos pelas autoridades, as comunidades dos RUC resistem às adversidades e lutam para que seja cumprido os acordos firmados e para que os reassentados tenham o mínimo de dignidade no espaço das suas moradias.

Toda expectativa criada em torno dessa obra sobre desenvolvimento da região e melhoria da qualidade de vida da população resultou em um grande desastre, sobretudo pela falta de informação sobre os procedimentos realizados e que atingiam de forma direta os cidadão a ausência de transparência no processo de negociação das antigas moradias e assédio

aos moradores para aceitarem as imposições por parte da empresa responsável, o não reconhecimento das perdas imateriais e por fim, a falta de políticas que garantam os direitos da população atingida por esses empreendimentos.

Esses fatos implicam na segregação socioespacial que os moradores dos RUC vivenciam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema principal apresentado neste trabalho é a segregação socioespacial, a qual relacionamos ao processo de remoção planejada das comunidades que viviam nas áreas de várzeas, próximas aos igarapés que cortavam a cidade e que foram remanejadas para os RUC localizados nas áreas periféricas, em decorrência da implantação da hidrelétrica de Belo Monte.

A reurbanização da cidade de Altamira foi feita para atender os interesses político do setor energético, empresas do setor hidrelétrico e de commodities internacionais. Assim, não trouxe benefícios para os moradores e por outro lado, reforçou a segregação já existente, acentuando a pobreza através das remoções planejadas. De acordo com Soja (1993), o espaço vem sendo organizado de acordo com relações sociais, interesses políticos e econômicos.

A estrutura do espaço organizado representa: [...] um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais [...] homologia espacial correspondente com as relações de classe tradicionalmente definidas, e, por conseguinte, com as contingências do conflito de classe e da transformação estrutural. [...] essa homologia espaço-classe pode ser verificada na divisão regionalizada do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas, em relações espaciais de produção socialmente criadas e polarizadas, captáveis com maior precisão no conceito de desenvolvimento geograficamente desigual (Soja,1993, p. 99).

Soja (1993) aponta para as formas como o espaço das cidades vem sendo produzido, reflete o pensamento capitalista de dominação e subordinação das classes trabalhadoras e que essa ideologia pode ser facilmente percebida na divisão do espaço urbano. Desta forma, achamos conveniente este pensamento do autor, pois representa a ideia central no qual discorre esse trabalho.

A cidade desigual e a segregação planejada: o caso dos reassentamentos urbanos coletivos em Altamira-PA, discorreu sobre o processo de reurbanização ocorrida na cidade com a instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte e que ocasionou entre outros problemas a remoção de uma parcela da sociedade.

Entre os anos de 2014 e 2015, uma grande área da cidade foi reurbanizada, esse projeto de revitalização fazia partes das condicionantes para liberação e execução das obras da usina. A área específica que abordamos neste trabalho, foram as baixadas que estavam localizadas nas áreas centrais e que no decorrer de mais de trinta anos serviu como refúgio para a construção das casas de trabalhadores pobres sem renda suficiente para adquirir uma

casa em terra firme.

Os reassentamentos que as comunidades foram remanejadas são denominados de RUC e estão localizados nas áreas periféricas das cidades, cerca de 5 quilômetros de distância do centro da cidade. O processo de negociação até o momento das remoções foi feito de forma confusa, sem transparência para a população impactada diretamente. A grande maioria dos remanejados eram pessoas com baixa escolaridade o que tornou o processo mais desigual e injusto.

Iniciamos este trabalho com a hipótese de que o processo de remoção planejada para RUC se configurava como segregação sociospacial, para comprovar a ideia inicial levantamos algumas variáveis como mobilidade/acessibilidade, desemprego, violência, saúde, educação, relação com a vizinhança, saneamento, abastecimento de água e lazer. Através das entrevistas semiestruturadas feitas com os moradores dos RUC, podemos analisar, dialogando com os autores apresentados no decorrer deste trabalho a segregação socioespacial presente nas comunidades. Essa pesquisa de campo usou como parâmetro comparativo a pesquisa feita pela FVPP concluída em 2017.

Através das visitas às comunidades e da participação de eventos, reuniões e de conversas informais podemos ouvir a opinião dos moradores sobre as reais condições de vida e suas principais queixas.

Dentre as variáveis apresentadas, o elemento que mais se destacou como negativo foi a distância (mobilidade). Os RUC foram construídos em áreas periféricas distante dos centros urbanos onde a grande maioria trabalhava, a distância onerou as despesas com transporte tanto para quem faz uso do transporte público como particular, com o acréscimo dos gastos com transporte, a alimentação e outras necessidades da família foram prejudicados, a falta de uma rede de transporte público com horários regular intensificou a problemática, pois devido aos atrasos constantes muitos trabalhadores foram demitidos por não conseguirem cumprir com a pontualidade. O desemprego cresceu e com ele a fome e a desestrutura familiar.

O fator distância também é negativo para a qualidade de vida dos remanejados, pois para conseguir chegar no horário o sono foi prejudicado, causando doenças. A distância também causou o isolamento social, antes das remoções esses moradores tinham fácil acesso a espaços de lazer como praças, quadras de esportes, o cais do porto e o mais importante o acesso ao Rio Xingu que tradicionalmente faz parte da vida das comunidades.

Os movimentos sociais tem sido uma fonte de apoio, oferecendo cursos profissionalizantes, incentivando o comércio local, como também assessorando nas mobilizações e denúncias.

A violência foi destaque nesta análise. Segundo os moradores, os primeiros anos nos reassentamentos parecia zona de guerra com muitos assaltos, homicídios, violência contra as mulheres e crianças. A falta de um policiamento efetivo nos RUC encoraja a ações de bandidos, por outro lado, os moradores se queixam da postura agressiva da polícia com os moradores. Também se destacam nesse quadro de violência os suicídios ocorridos no período entre 2015 e 2019, sendo vítimas jovens entre 14 e 25 anos que passaram pelo processo de reestruturação da cidade e de remoções das suas antigas moradias. De acordo com o MXVPS, estes suicídios aconteceram pela desordem social causada pela implantação da hidrelétrica de Belo Monte e pela falta de apoio as famílias que estavam diretamente atingidas.

Outro fator negativo apresentado pelos moradores entrevistados está relacionado ao abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário. A falta de água é constante chegando a passar dias sem água nas torneiras, a qualidade da água é duvidosa e em alguns casos os moradores pegam água para o consumo em casas de parentes e amigos em bairros próximos. A questão da água também se relacionou ao afastamento dessas famílias do Rio Xingu, fator este que causa revolta, pois as comunidades se sentem injustiçada pelo uso do rio para geração de energia e conseqüentemente progresso para outras regiões, sendo que a população da cidade tem este recurso hídrico racionado.

A educação e saúde oferecida nos RUC também é fator de queixa pela comunidade entrevistada, a meu ver, as famílias não veem na educação projetos que integrem à comunidade, dando-lhes suporte intelectual para a melhoria de vida. Os alunos que estão em idade escolar do ensino médio, cursos profissionalizantes e superior se sentem prejudicados devido à distância dos RUC para as instituições e muitos acabaram desistindo. Apenas um RUC estudado possui creche, o que impossibilita as mulheres que tem crianças pequenas de trabalharem.

A saúde da população piorou em todos os aspectos depois das remoções, não foi levado em consideração a saúde mental dos moradores, pois não houve acompanhamento psicológico para a adaptação no novo espaço, sendo que até o momento da pesquisa ainda existe moradores que não se sentem pertencentes ao espaço e muitos alegam depressão ocasionadas pelos traumas do processo.

Nem todos os RUC estudados tem posto de saúde para a comunidade. O RUC Água Azul não foi contemplado com este equipamento e segundo os moradores a empresa responsável alega está dentro da legalidade, sendo a comunidade a maior prejudicada.

Os laços familiares e de vizinhança foram quebradas as pessoas perderam suas referências e sobretudo a rede de apoio que tinham na vizinhança. Cumprir o acordo feito com

os moradores de manter os vínculos familiares e de amizade construídos nas antigas comunidades era imprescindível para o processo de reterritorialização tão necessária no momento de transição.

A infraestrutura das casas foi o único item relativamente positivo na entrevista, no entanto, percebe-se que maioria das casas tem um cômodo a mais de madeira tal como era as antigas moradias, o que de forma demonstra um apego as raízes ou até mesmo um protesto a forma como foi pensada e executada o remanejamento destes populares.

Na minha percepção, pouca coisa mudou para melhor e muitos outros elementos pioraram bastante. Os remanejados participantes da pesquisa se sentem frustrados e desamparados pelos órgãos responsáveis pelo remanejamento e pela manutenção dos RUC.

Durante as visitas aos conjuntos, a sensação que se tem é de abandono, o matagal toma conta das ruas e avenidas, muitos comércios e fechados equipamentos públicos deteriorados.

Quando perguntados se as pessoas se elas gostariam se mudar dos RUC a resposta positiva foi unânime, o que confirma a insatisfação. Por fim, a instalação da hidrelétrica de Belo Monte na nossa região trouxe muitas expectativas positivas e negativas para os moradores das cidades, obviamente que o remanejamento das pessoas que viviam em áreas de várzeas era uma dessas expectativas, entretanto, a forma como o processo se deu foi extremamente traumático para os moradores, principalmente para aqueles que tinham esperança que com a vinda desse empreendimento, as suas condições de vida mudariam para melhor.

Antes de ser pesquisadora, eu tinha uma visão simplista do processo, o caos estabelecido na cidade, a desordem, o tumulto acreditava ser falta de planejamento muitas vezes causados pela inexperiência de quem executa as ações. Hoje eu vejo que a desordem nada mais é que a ordem da produção do espaço como mercadoria, em que a história da vida das pessoas, as tradições cultivadas por geração simplesmente são desmerecidas. Mesmo depois de passado quase 7 anos das remoções, as pessoas ainda se emocionam ao relatar a violência e a falta de respeito com a população. A ideia inicial da melhoria de vida, não condiz com a realidade atual, pois a pobreza aumentou com o distanciamento das famílias.

Por fim, Altamira é mais uma cidade da Amazônia que recebe os grandes projetos de interesse nacional e internacional que tem como umas das consequências a reestruturação espacial e a segregação da grande parcela das pessoas pobres da cidade com o discurso de melhoria de vida. Pelo que ficou demonstrado, a usina instalada na região atendeu aos interesses de outras regiões e não o da população local.

Neste trabalho, afirma-se que o processo de remoções planejadas das comunidades

pobres para os RUC, tornou a cidade ainda mais desigual e acentuou a pobreza, uma vez que moradores dos RUC estão segregados e limitados não só ao espaço, mas também, às possibilidades educacionais, culturais, de trabalhos, acesso à saúde e lazer. Entre outras palavras de crescimento social, cultural, intelectual e econômico.

Finalizamos com o desejo de aprofundarmos nossos estudos na temática e trazer para a sociedade um olhar mais crítico sobre a forma como as cidades da Amazônia tem sofrido impactos negativos com a implantação de grandes projetos econômicos que não atendem aos interesses regionais e que se persiste em olhar para as cidades da Amazônia como espaço de enriquecimento e exploração da população local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: UFPA/NAEA, 1988.

ABRAMO, Pedro; FARIA, Teresa Cristina. **Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário.** Anais, p. 421–456, 2016.

ALONSO, Sara; CASTRO, Edna. **Processo de transformação e representações do rural urbano em Altamira.** In: **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas.** Belém: EDUFPA, 2006.

ALVAREZ, Isabel Pinto. **A segregação como conteúdo na produção do espaço urbano.** In: **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013.

BECKER, Bertha. **A urbe amazônica.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2013.

BECKER, Bertha. **As Amazonas de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região Amazônica.** Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário.** São Paulo: Annablume, 2007. 316 p.

CALDEIRAS, Teresa Pires do Rio. **Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana.** São Paulo, 1997.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

CARLOS, Ana Fani A.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. **A cidade como negócio.** São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia urbana crítica: teoria e método.** Editora Contexto, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Edna. **Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas.** In: **Cidades na floresta.** São Paulo: Annablume, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Organização espacial.** In: CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial.** 2ª ed. São Paulo: Ática. 1987. 93 p. (Coleção Princípios).

CORRÊA, Roberto Lobato. **A periodização da rede urbana da Amazônia.** Revista

Brasileira de Geografia, v. 49, n. 3, p. 39–68, 1987. 64

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica**. Revista Brasileira de Geografia, v. 50, n. 2, p. 107–124, 1988.

CLARCK, David. Introdução à geografia urbana. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1982.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

FLORES, C. **Segregação residencial e resultados educacionais na cidade de Santiago do Chile**. In: RIBEIRO, L.C.Q.; KAZTMAN, R. (Ed.). A cidade contra a escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008. p. 145-179.

GERD KOHLHEPP. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estudos Avançados, n. 16 (45), p. 37–61, 2002.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HARVEY, David. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação**. Socialist register, v. 40, n. 1, p. 95–126, 2004.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Espaço e debates, v. 6, p. 6–35, 1982.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERRERA, José Antônio; MIRANDA NETO, José Queiróz de; RODOLFO PRAGANA MOREIRA. **Transformações do território em área de fronteira de acumulação: interpretações a partir de evidências no microterritório de Altamira**. Anais do 2o Seminário Internacional sobre Microterritorialidades na Cidade.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**_ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. (Coleção. Estudos Brasileiros; V.44)

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.72

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Papers: revista de sociologia, n. 3, p. 219-229, 1974. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MAIA, L.; Teixeira, C.M.; Kalaoum, F. **Do surgimento das favelas cariocas a UPP: políticas públicas de segurança, segregação, controle e a formação de contra movimentos locais.** Revista Mosaico, v.11, n.2, p. 11 - 18, 2020.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 65

RAMINELLI, Francieli Puntel. **A possibilidade da expressão de posicionamentos minoritários na internet**1 belo monte blog da hidrelétrica de Belo Monte. acessado em junho 2022.

RIBEIRO, L.C.Q.; KAZTMAN, R. (Ed.). **A cidade contra a escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008. p. 145-179.

MAB, **Panorama sobre o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Altamira (Pa) 2015.** Acessado em junho de 2022.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades, Alternativa para a crise urbana.** Editora vozes Ltda,2001.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** In: FERNANDES, Florestan (Org.). Marx e Engels: história. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989a. p. 182-214. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36).

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Mobilidade do trabalho e reestruturação urbana em cidades médias: UHE Belo Monte e as transformações na cidade de Altamira-PA. IIISimpósio Internacional Cidades Médias–III CIMDEPE (apresentação oral), 2015.**

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência.** 2016.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Reassentamento da população urbana diretamente afetada pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades,** v. 2, n. 13, 2014.

MIRANDA NETO, José Queiroz de; ALVAREZ, Wellington de Pinho. Relatório técnico sobre a ocorrência de alagamentos no Bairro Independente I - Área da Lagoa. 2017.

MIRANDA NETO, José Queiroz de; HERRERA, José Antônio. **Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. IN:Confins,** n. 28, 2016.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises**. Coletâneas do nosso tempo, v. 8, n. 08, 2010.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PARK, Robert. Ecología Humana. IN: THEODORSON, G. A. ed. Estudios de Ecología Humana, Barcelona: Ed. Labor, 1º vol., 1974. p. 57-68

PIMENTEL, M. A da S. et. All. **A ocupação das várzeas na cidade de Belém: causas e consequências socioambientais**. IN: Revista Geonorte, Edição Especial, V.2, N.4, p.34 – 45, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2009.74

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2008.

SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: **A reafirmação do espaço na teoria social**. Tradução: Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado.2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade empresarialista**. In: **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 13, n. 2, p. 135–151, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Reflexões sobre a natureza da segregação espacial**. Revista de Geografia. Dourados: AGB, set/out/nov/d TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território**. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 135–151, 2011

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”:** espaço, ambiente e urbano diversidade na Amazônia brasileira. Papers do NAEA, n. 321, p. 1–22, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Formação Metropolitana de Belém (1960-1997)** -1. Ed- Belém -Para: Paka-Tatu,2016.392 p. ;21cm.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boguea; UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. **Altamira e sua história**. 4. ed. Ponto Press Ltda., 2012.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração**. Cidades, v. 1, n. 2, p. 259–274, 2004.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; Silvana Maria Pintaudi (org). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: **Segregação urbana e desigualdade**. Estudos avançados, v. 25, n. 71, p. 37–58, 2011.

VILLAS-BÔAS, André et al (ORG). **Dossiê Belo Monte: Não há condições para a licença de operação**. Instituto Socioambiental (ISA), 2015.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida**. In: **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, 1967.